

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

LUCINÉIA APARECIDA GOMES PEREIRA

**TRAJETÓRIA DE PE. ALOYSIO JACOBI: DINÂMICAS POLÍTICO-
SOCIAIS EM UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE IGREJA E ESTADO**

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

LUCINÉIA APARECIDA GOMES PEREIRA

TRAJETÓRIA DE PE. ALOYSIO JACOBI: DINÂMICAS POLÍTICO-SOCIAIS EM UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE IGREJA E ESTADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições.

Orientador: Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Gomes Pereira, Lucinéia Aparecida

Trajetória de Pe. Aloysio Jacobi: Dinâmicas político-sociais em uma relação de poder entre Igreja e Estado / Lucinéia Aparecida Gomes Pereira. --

Campo Mourão-PR, 2024.

123 f.: il.

Orientador: Frank Antonio Mezzomo.

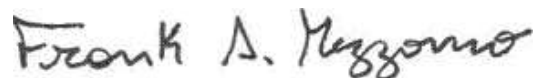
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Trajetória. 2. Igreja Católica. 3. Campo Mourão. 4. Peabiru. 5. Engenheiro Beltrão. I - Mezzomo, Frank Antonio (orient). II - Título.

LUCINÉIA APARECIDA GOMES PEREIRA

**TRAJETÓRIA DE PE. ALOYSIO JACOBI: DINÂMICAS POLÍTICO-
SOCIAIS EM UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE IGREJA E ESTADO**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Orientador) - Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Astor Weber - Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Nilceu Jacob Deitos, UNIOESTE, Cascavel

Data de Aprovação

28/05/2024

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada a todos que estiveram ao meu lado durante essa trajetória que percorri. Minha mãe Zilda e meu pai Vicente, cujo amor e incentivo sempre foram base para conquistar meus objetivos. Minha irmã Luciana e meu irmão Sylvester pelo apoio e compreensão durante momentos difíceis. Ao meu grande amigo e irmão de fé, Prof. Fábio Sexugi, que foi o meu suporte de força e motivação. E ao Pe. Fiorenzo Longhi, Congregação da Sagrada Família de Bergamo, que compreensivamente, permitiu ausentar-me do trabalho durante essa jornada

AGRADECIMENTOS

Para chegar a este momento de agradecimento, foi uma jornada árdua e complexa. Mas é com profundo sentimento de alegria que agradeço primeiramente a Deus, fonte de minha vida, inspiração e fé.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Frank Antonio Mezzomo, pela sua orientação, dedicação, incansável apoio e compreensão. Sempre com seu carisma e bom humor, contribuiu não só com minha pesquisa e escrita, suas orientações foram essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal. Obrigada, professor Frank, por entender minhas angústias e sempre me apoiar e mostrar-me o caminho certo a percorrer.

A Congregação do Verbo Divino, em especial ao meu conterrâneo peabiruense, Pe. Aparecido de Souza – nosso saudoso Pe. Cido – por nos disponibilizar fontes de pesquisa importantíssimas, que contribuíram para o desenvolvimento e enriquecimento dessa dissertação.

A Câmara Municipal de Peabiru, Campo Mourão e Engenheiro Beltrão, que atenciosamente, atenderam ao nosso pedido e contribuiu com as atas das reuniões dos vereadores, que ajudou para entender o cronotopo, ao qual Pe. Aloysio estava inserido.

Aos leigos da Paróquia São João Batista de Peabiru, que indiretamente me instigaram a iniciar esta pesquisa acadêmica, e que contribuíram com fontes empíricas para a construção e desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, deram-me muito apoio no decorrer desses dois últimos anos, especialmente ao meu amigo, Prof. Fábio Sexugi, que foi incentivador para que eu fizesse o mestrado, e sempre acreditou no meu potencial. Nas crises para querer desistir, foi meu maior aporte para continuar. E ao meu colega de turma, Brandon dos Anjos, também discente do PPGSeD e membro do grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, que me aconselhou e apoiou durante esse tempo de pesquisa.

E por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), e todos os professores, que auxiliou no meu desenvolvimento pessoal e como pesquisadora.

PEREIRA, Lucinéia Aparecida Gomes. 121f. **Trajetória de Pe. Aloysio Jacobi: dinâmicas político-sociais em uma relação de poder entre Igreja e Estado.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

RESUMO

Procuramos compreender a trajetória de Pe. Aloysio Jacobi, problematizando as relações de poder estabelecidas entre Igreja e Estado na Mesorregião Centro-Occidental do Paraná, entre os anos de 1940 a 1970. A pesquisa qualitativa utiliza fontes identificadas em repartições públicas, arquivos eclesiásticos, jornais e escritos autobiográficos. Nesse período, a região passou por uma significativa formação de núcleos populacionais devido, em parte, a política de imigração promovida pelo Governo do Estado, embalada no discurso territorialização do estado. A imigração remonta a virada do século XIX, com a chegada de um contingente populacional vindo da Europa, também acompanhada por congregações religiosas que se empenharam no desenvolvimento do catolicismo. Nesse movimento, a Congregação do Verbo Divino, à qual Pe. Aloysio se vincula como missionário, tem um destaque no Paraná, em particular na região citada, de maneira que sua inserção é percebida em projetos políticos, sociais e educacionais, colocando em relação interesses da Igreja e do Estado durante sua atuação nas paróquias que trabalhou, deixando um impacto que traçou – transcendendo-as – fronteiras temporais, religiosas e geográficas.

Palavras-chave: Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Trajetória, Igreja.

PEREIRA, Lucinéia Aparecida Gomes. 121f. **Father Aloysio Jacobi's trajectory: political-social dynamics in a power relationship between Church and State.** 121f. Dissertation (Master's) - Interdisciplinary Postgraduate Program Society and Development, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

We seek to understand the trajectory of Father Aloysio Jacobi, problematizing the power relations established in the Central-Western Mesoregion of Paraná, between the years 1940 and 1970. The qualitative research uses sources identified in public offices, ecclesiastical archives, newspapers, and autobiographical writings. During this period, the region underwent a significant formation of population centers due, in part, to the immigration policy promoted by the State Government, wrapped in the discourse of state territorialization. Immigration dates back to the turn of the 19th century, with the arrival of a population contingent from Europe, also accompanied by religious congregations that were dedicated to the development of Catholicism. In this movement, the Congregation of the Divine Word, to which Father Aloysio is linked as a missionary, has a prominent role in Paraná, particularly in the mentioned region, so that its insertion is perceived in political, social, and educational projects, bringing together the interests of the Church and the State during his tenure in the parishes he served, leaving an impact that transcended temporal, religious, and geographical boundaries.

Keywords: Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Trajectory, Church

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da formação das reduções jesuíticas	29
Figura 2 - Mapa do município de Campo Mourão do ano de 1947 a 1946.....	33
Figura 3 - Pe. Francisco Tollinger e Pe. Francisco Dold, primeiros padres missionários da CVD	35
Figura 4 - Edificações em Guarapuava da paróquia, casa paroquial, e o Colégio São José, feitas pela CVD	38
Figura 5 - Dom Manoel Koenner e Pe. Aloysio Jacobi durante as primeiras visitas na região de Campo Mourão	42
Figura 6 - Pe. Aloysio e a primeira matriz de Campo Mourão	43
Figura 7 - Pe. Aloysio Jacobi	48
Figura 8 - Registro de estrangeiros de Pe. Aloysio	49
Figura 9 - Dom Manoel Koenner e Pe. Aloysio nas primeiras visitas na região de Campo Mourão	51
Figura 10 - Homenagem em frente à Catedral São José de Campo Mourão	53
Figura 11 - Pe. Aloysio ao lado do recém ordenado Pe. Aroldo Mendes dos Santos,	57
Figura 12 - Primeira Paróquia de Campo Mourão	62
Figura 13 - Ata de criação da paróquia de Peabiru	65

LISTAS DE SIGLAS

- AEC – Associação de Educação Católica
- APNSG – Arquivo da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Engenheiro Beltrão
- CMNP – Companhia de Melhoramento Norte do Paraná
- CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático
- CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná
- CVD – Congregação do Verbo Divino
- CVSC – Colégio Vicentino Santa Cruz, Campo Mourão
- FAP – Frente Agrária Paranaense
- JEC – Juventude Estudantil Católica
- JOC – Juventude Operária Católica
- JUC – Juventude Universitária Católica
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LEC – Liga Eleitoral Católica
- LTPNG – Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Graças, Engenheiro Beltrão
- LTPSJ – Livro Tombo da Paróquia São José, Campo Mourão
- LTPSJB – Livro Tombo da Paróquia São João Batista, Peabiru
- MARIPÁ – Madeireira Colonizadora Rio Paraná
- MEB – Movimento de Educação de Base
- PL – Partido Liberal
- PPGSeD – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
- PR – Partido da República
- PRP – Partido Republicano Trabalhista
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- PST – Partido Social Trabalhista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- SDP – Secretariado Diocesano de Pastoral
- SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná
- TLC – Treinamento de Liderança Cristã
- UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA NO PARANÁ, A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO E A TRAJETÓRIA DE PE. ALOYSIO	20
2.1 A formação dos núcleos populacionais no Paraná e a presença da Igreja Católica...20	
2.1.1 Constituição do território paranaense e a imigração	21
2.1.2 A formação da Igreja paranaense	27
2.2 Atuação da Congregação do Verbo Divino no Paraná e região de Campo Mourão..	34
2.2.1 Chegada da Congregação do Verbo Divino no Paraná	34
2.2.2 Congregação do Verbo Divino na região de Campo Mourão	40
2.3 Trajetória de um carpinteiro que atuou como missionário no Paraná	45
2.3.1 Biografia abrindo horizontes para historicidade.....	46
2.3.2 Aspectos religiosos da vida de Pe. Aloysio.....	54
3 PE. ALOYSIO: ATUAÇÃO E DISPUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS	59
3.1 Alianças e disputas com a hierarquia, leigos e agentes públicos	59
3.1.1 Criação de paróquias e a formação da diocese de Campo Mourão.....	60
3.1.2 Relação de Pe. Aloysio com leigos, clero e bispos	70
3.1.3 Relação do Pe. Aloysio com agentes públicos.....	76
3.2 Instituições de ensino e ação social.....	85
3.2.1 Instituições educacionais.....	85
3.2.2 Ação Social	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES	113
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Se não é tarefa simples contemporizar e discutir, academicamente, a vida de alguém, menos ainda o é quando se trata de um agente religioso. A complexidade se agudiza, se considerarmos a primeira metade do século XX no Brasil, se o clérigo for estrangeiro e responsável por catequizar povoamentos durante um processo complexo de adensamento populacional: os desafios que se apresentam ao investigador são, pois, gigantescos, sobretudo, quando, ao redor desse vulto sobre o qual se pretende lançar as luzes de uma pesquisa, pairam, de um lado, situações aparentemente controversas e, do outro, a “fama de santidade”, de modo que o pesquisador fica sempre sobre uma corda bamba entre os riscos de ser apontado, se pisar numa extremidade, como detrator ou, no caso de tentar equilibrar-se na outra ponta, como hagiógrafo.

Mesmo que tais perigos possam ameaçar quem se lança nessa porfia, o desejo de lançar um olhar científico sobre a trajetória do Pe. Aloysio Jacobi parecia valer a pena arriscar especialmente pela possibilidade de investigar suas relações de poder entre a Igreja e o Estado.

Os motivos pessoais pelos quais iniciei essa pesquisa devem-se ao fato de que, em 2019, fizemos um levantamento histórico a pedido da Mitra da Diocese de Campo Mourão por ocasião dos 60 anos da sua criação. Algum tempo depois, em 2021, começamos os preparativos para os 70 anos da Paróquia São João Batista de Peabiru, que teve vez no ano de 2023. Ao rever os relatos, fiquei curiosa ao perceber o quanto Pe. Aloysio Jacobi, primeiro pároco de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, foi relevante para o desenvolvimento do catolicismo da região. Além disso, fiquei pessoalmente intrigada com sua habilidade em relacionar-se com diferentes figuras públicas seculares ao mesmo tempo, em que parecia rivalizar com outras. Essa foi a motivação inicial para essa pesquisa.

A partir disso que foi delineada essa pesquisa, cuja temática leva a analisar, através da trajetória de Pe. Aloysio, as relações de poder entre Igreja e Estado, priorizando os impactos recorrentes dos (des)encontros entre Pe. Aloysio e figuras públicas, bem como as ações sociais e educacionais desenvolvidas pelo nosso personagem. Nessa conjuntura, torna-se relevante a análise do passado durante a fase de ocupação da região de Campo Mourão, num período histórico que compreende o desenvolvimento dessa região, ainda que o recorte adotado privilegie, sobretudo, os municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, que são dos municípios cujas paróquias foram fundadas por Pe. Aloysio.

Para entender e conceituar o tema, se faz necessário entender que as relações de poder entre Igreja e Estado preconizam a história de diversas regiões do Brasil que, a propósito, remonta à Idade Média, período de aumento das riquezas e influência da Igreja. Desde então, constituiu-se a concepção de que a Igreja era, de certa forma, um modelo de Estado, levando à teoria da existência de dois poderes, o religioso e o civil (Hoonart, et al., 1977). Desde a colonização do Brasil, essa relação foi preponderante para a legitimação do país, tanto que no período colonial “a própria Santa Sé, aliás, conferia ao governo luso o poder religioso, mediante a instituição do Padroado” (Azzi, 1981, p. 8). O padroado, no século XIX, era uma organização do governamental portuguesa, com o direito de nomear líderes eclesiais no Brasil. A partir de 1891, com a Proclamação da República, a Igreja passou a assumir um papel de maior relevância social, dando início a uma visão mais crítica em suas relações. Por mais que os séculos tenham passado, ainda existe esse imbricamento das relações de poder entre Igreja e Estado, seja de divergências, ou seja convergência. A questão que interessa a esta pesquisa é perceber como, no recorte temporal pela qual perpassa a trajetória de Pe. Aloysio, afeta setores e pessoas ligadas à Igreja e ao Estado, que, por sua vez, travam relações de diálogos, ora parcimoniosas, ora conflitivas. Tomando como referência nosso personagem verbita, podemos entender e problematizar as relações de poder que permearam a constituição da sociedade.

A motivação do tema, portanto, parte da análise da trajetória de Pe. Aloysio, para entender sua presença na região Centro-Ocidental do Paraná, nas décadas de 1940 e 1970. Esse recorte temporal é devido às décadas em que Pe. Aloysio atuou em cada paróquia da qual estamos dando ênfase, de 1947 a 1953, em Campo Mourão; de 1953 a 1962 em Peabiru; e de 1962 a 1974 em Engenheiro Beltrão, município em que faleceu. A partir disso, buscaremos entender também a atuação da Congregação do Verbo Divino (CVD), à qual o padre se vinculava, na constituição da Igreja no Paraná, em sintonia com a formação concomitante de núcleos populacionais dessa região do Estado.

Ao reconstruir e contextualizar as interpenetrações entre Governo do Estado e a presença da CVD na formação de núcleos populacionais do Paraná, a pesquisa se centra na atuação de Pe. Aloysio com agentes públicos, em um período que Campo Mourão e região estavam em plena formação, visando a entender como Pe. Aloysio atuou, durante a formação das novas cidades, construindo instituições religiosas e educativas.

Nessa busca em desenvolver o catolicismo – que, por vezes, era assistencialista e que podem se encarregar de desenvolver papéis sociais e políticos (Bourdieu, 2007) –, inicia uma sugestiva disputa de poder entre Igreja e Estado, como podemos verificar em livros tombo, circulares, ofícios, arquivos paroquiais, jornais da época, na busca de responder quais foram os

impactos gerados pela presença de agentes da Igreja na formação dessas cidades e, de modo especial, nas disputas de poder que tratavam com agentes do Estado.

A pesquisa, além disso, é relevante a partir do cruzamento da trajetória de Pe. Aloysio com os acontecimentos históricos das décadas de 1940 a 1970, quando a disputa pelo poder e posses de terra predominavam, como podemos constatar em recortes de jornais, onde um deles intitula: “Grupos armados lutam no Paraná: Disputas de terras no município de Campo Mourão – Um general e um coronel os chefes” (APNSG/Engenheiro Beltrão, s.d.). Esse período se encontrava ligado com importantes fatos, tanto ao nível estadual, nacional, como nível mundial.

Destacamos nacionalmente a era Vargas (1930-1945), período que Getúlio Vargas fez a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, criando o Estado Novo, no qual ocorreu a centralização do poder, dando início a um regime autoritário de poder que vigorou até 1945. No Paraná, Manoel Ribas, o Interventor do estado, tinha uma certa inclinação ao governo federal, governando o estado entre 1932 e 1945. Com o surgimento do Estado Novo, o Interventor deu guarida à ideia varguista, quando quase todo o oeste do estado teria sido desmembrado a fim de formar o Território Federal do Iguazu (Costa, 1994).

Nesse mesmo período, transcorria a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que foi um dos conflitos mais devastadores da história da humanidade, no qual o Brasil teve sua participação após se aproximar dos países aliados, junto com Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e França. A participação no Brasil na Guerra tinha o intento de construção de siderúrgicas, na pretensa do desenvolvimento industrial do país (Ferraz, 2005). Pouco depois, no Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) governou o estado, cuja plataforma trazia o ideário do “Paraná Moderno”, com ações implementadoras no setor agrário (Ramos, 2023).

Após o segundo governo de Vargas, esse democrático e cujo mandato finda em 1955, Juscelino Kubitschek (JK) emerge vitorioso das eleições, assumindo a presidência do país em 1956, com o ideário de desenvolvimento industrial, deixando em segundo plano – se é que isso é possível no complexo cenário político brasileiro – as questões eleitorais (Mourão, 2012). Concomitantemente, no Paraná, o governador eleito foi Moisés Lupion, que se empenhava em ocupar espaços territoriais e também investia em industrialização, em meio a conflitos sociais do campo. Após JK, entra na presidência Jânio Quadros, que ganhou as eleições de 1960, mas renunciou 7 meses depois de sua posse, assumindo seu lugar, o vice-presidente, João Goulart, o “Jango”. Segundo Delgado (2010), o governo Jango ficou marcado por ser um dos grandes líderes trabalhista do país e dava apoio a movimentos sociais como a liga camponesa,

movimento estudantil e organizações sindicais, apesar de a Igreja Católica demonstrar resistência a esses movimentos. Nesse mesmo período, no Paraná, o governador era Ney Braga, cujo governo se centrava na produção industrial e agrária. Como veremos a seguir, Pe. Aloysio não ficou indiferente a essas relações parcimoniosas e conflitivas, boa parte delas registradas nos livros tombos das paróquias nas quais ele atuou como pároco.

Durante o período compreendido entre 1940 a 1970, um evento de enorme relevância para o Brasil ocorreu em 1964, quando se desencadeou o Golpe Militar e Jango foi destituído por grupos antidemocráticos, como a União Democrática Nacional (UDN), setores das Forças Armadas, a ala conservadora da Igreja Católica, latifundiários, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais (Delgado, 2010). Quem tomou posse foi Castelo Branco e, mais tarde, Emílio Garrastazu Médici, que governou até 1974. Nesse cenário, é importante destacar o contexto no estado do Paraná, onde o governador Paulo Pimentel liderava esforços por transformações no campo, o que resultou na expansão significativa da indústria madeireira na região.

Foi dentro de todo esse presépio político-social complexo que Pe. Aloysio atuava e que trazemos à baila para compreender sua trajetória biográfica. Assim, a propósito, o uso da biografia se torna importante nessa pesquisa, pois, por ela, buscamos entender os acontecimentos de um determinado recorte histórico (Silva, 2015; Velho, 2006; Gonzalez-Monteagudo, 2007). Destarte, buscamos entender nosso personagem central da investigação – o missionário verbita alemão –, na intenção de compreender suas relações com agentes políticos durante a ocupação da região de Campo Mourão, bem como a edificação de templos ao redor dos quais se organizaram os municípios.

É importante lembrar, à partida, que, para Silva (2011), a biografia – gênero pelo qual inevitavelmente permeia investigações desse cunho – traz um conjunto de significados, representado por diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização das sociedades humanas. Na visão do autor, a biografia traduz a experiência da duração de estruturas imaginativas, às quais se relacionam sua vida e seus vínculos com a cultura na qual se insere. Nesse sentido, a biografia é, *grosso modo*, uma forma de vida póstuma, na qual os mortos e vivos dialogam a partir de heranças dos primeiros e das carências dos segundos, enquanto avaliação de um indivíduo em sua trajetória e em seu tempo (Silva, 2011). Sendo assim, procuraremos conjugar o tempo, as estruturas circunstanciais e os vínculos com os quais Pe. Aloysio estava inserido a fim de, ao traçar sua biografia, contribuir para o estudo problematizado da formação dos núcleos populacionais e a atuação da CVD no Paraná e, de modo mais restrito, na região de Campo Mourão. Para tanto, daremos um passo atrás, buscando

entender as formações jesuíticas no Estado paranaense, que com sua presença e do avanço espanhol reconfigurou a territorialidade do Paraná, enquanto ainda era província, o que resultou significativamente na formação do território do Guaíra, tornando-se um ponto de convergência de colonialismo e também em uma fronteira de transgressão, evangelização e conquista. Essa formação territorial do Paraná foi além de formação geográfica, foram eventos complexos que influenciaram na relação de diferentes grupos, em busca de poder e consolidação da identidade cultura (Schallenberger, 2008).

Nesse contexto, buscamos criar um elo para discernir a constituição da Igreja nesta região do Brasil, apontando alguns elementos históricos que culminam na década de 1940, quando nosso sujeito de pesquisa chega à região de Campo Mourão, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): fato que o torna alvo de uma certa rejeição, sendo até denunciado como quinta-coluna, ou seja, espião nazista, tendo que prestar explicações à polícia de Curitiba (Perbeche, s.d.). Apesar disso, como demonstraremos oportunamente, sua atuação foi preponderante para o desenvolvimento tanto da região como do catolicismo, consolidado pela criação, pela Sé Apostólica em 1959, da nova diocese de Campo Mourão.

Nesse sentido, nosso biografado ganha proeminência, revestindo-se de complexidade, na pesquisa na medida em que há a intenção de entender suas relações com agentes políticos durante a ocupação da região de Campo Mourão, podendo ter impactado na edificação de templos ao redor dos quais se organizaram os municípios, bem como as ações sociais desenvolvidas por ele nesse período.

A propósito, buscamos entender as relações complexas em que Pe. Aloysio se encontrava e se engajava na região, por meio das postulações de Morin (2002) e Velho (1994) especialmente, quando discutem a complexidade. Espera-se que a pesquisa contribua para entender os meandros, nessa parte do Paraná, da relação Igreja-Estado.

Ainda que não pretendamos equilibrar-nos sobre a aludida extremidade da corda bamba – na parte sobre a qual reside o proselitismo e a idealização do biografado –, esta pesquisa usará de expressões linguísticas e expressões religiosas para, de um lado, aproximar o leitor da realidade eclesial pré-conciliar em que as personagens históricas se inserem, e de outro, compreender a religião enquanto possível agente no desenvolvimento da região de Campo Mourão, e as contribuições sociais que a Igreja Católica, através da atuação de Pe. Aloysio trouxe ao fundar paróquias, capelas e instituições de ensino.

A abordagem utilizada possui enfoque qualitativo, que se aplica a diversos campos do conhecimento, como antropologia, sociologia, economia, psicologia, administração, biologia, ciências sociais e educação, entre outros. Essa abordagem de pesquisa é conhecida por várias

denominações, como estudo de campo, observação participante e entrevista qualitativa. Não há uma definição única ou exaustiva sobre a pesquisa, e que não se pretende limitar a abordagem qualitativa a um único tipo de pesquisa (Oliveira, Strassburg, Piffer, 2017).

Para tanto, parece adequado o uso de mais de um método e técnica, já que, segundo Cano (2012), se permite um maior diálogo com várias disciplinas. Isso é necessário porque usaremos fontes encontradas nos arquivos das paróquias e seminários onde Pe. Aloysio atuou, bem como em registros contidos em livros tombos das paróquias de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, visando a compreender o processo de pesquisa como um mosaico que busca descrever um fenômeno complexo a ser compreendido, como é o caso da temática proposta. Nessa perspectiva, as diversas peças que compõem esse mosaico representam um conjunto de procedimentos que precisam estar abertos a novas ideias, questionamentos e dados. Abrir espaço para o novo é o que motiva a condução da pesquisa empírica, a fim de torná-la compreensível, especialmente, no contexto rígido e formal em que se insere. Nessa perspectiva de dar espaço ao novo, reiteramos o fato de que a temática, no recorte proposto nesta região do Paraná, ainda é pouco estudada academicamente (Gunther, 2006; Duarte, 2004).

Considerando que o período histórico a ser investigado corresponde a uma época em que não existiam redes sociais eletrônicas, e que, portanto, as reclamações e os pedidos de direito de resposta eram publicados quase que exclusivamente por meio da imprensa, realizamos um levantamento nas plataformas da Hemeroteca Digital Nacional e do Arquivo Nacional em busca de eventuais interlocuções públicas envolvendo a personagem que protagoniza a presente investigação.

Para estruturar a pesquisa e organizar o texto, partiremos da formação dos primeiros núcleos populacionais do Paraná, visto que o Estado possui uma história opulenta e diversa em relação à formação de seus núcleos populacionais. Desde a presença de povos indígenas nativos da região, e a chegada dos primeiros europeus no século XVI, passando pela intensa migração de diferentes partes do país e do mundo, principalmente imigrantes europeus, e a presença cabocla a partir do século XIX. Para Wachowicz, “os caboclos não precisam ser necessariamente descendentes de índios. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisa apenas ter sido criado no sertão, ter hábitos e comportamento sertanejo” (Wachowicz, 1985, p. 104). O processo de formação de núcleos populacionais paranaenses é marcado por uma mescla dessas culturas, tradições e histórias. Nesta perspectiva, exploraremos um pouco mais sobre a contribuição da Igreja Católica na formação dos núcleos populacionais no Paraná e sua presença na configuração do desenvolvimento do catolicismo na região de Campo Mourão.

Na segunda seção do texto, o objetivo é o de compreender a formação da Igreja Católica no Paraná e região de Campo Mourão. Abordamos a relação entre a formação dos núcleos populacionais e a constituição da Igreja, estimulada pelas companhias colonizadoras, ocasionando em 1940 um intenso movimento imigratório, e conseqüentemente uma expansão da estrutura eclesiástica (Mezzomo, 2002; Priori, 2012; Wachowicz, 2002; Rocha Neto, 1995).

Podemos retomar esse desenvolvimento com a contribuição dos espanhóis para o povoamento do Paraná e a formação das reduções jesuíticas a partir de 1610, cujo objetivo era catequizar os grupos indígenas e fundar colégios. Nessa perspectiva, procuramos contextualizar as interpenetrações entre o Governo do Estado e a CVD na ocupação do Paraná, já que durante o processo imigratório muitos europeus eram católicos, pediam assistência religiosa à congregação, que ficou responsável por boa parte das paróquias no estado do Paraná.

Ainda na seção dois, pretendemos discutir a importância da biografia como objeto de análise, com objetivo de compreender aspectos sociais relevantes, cujo enfoque se dá a partir da trajetória de Pe. Aloysio: padre alemão que quis exercer o sacerdócio, mas desde muito jovem teve que aprender o ofício de carpinteiro para ajudar a família que tinha dificuldades financeiras. Com uma vocação tardia, entrou no seminário e veio para o Brasil, onde ordenou-se sacerdote e deu início aos trabalhos missionários na região Centro-Ocidental do Paraná. A biografia não se estabelece apenas a narrativa da vida de um indivíduo, mas também compreende o foco principal de uma rede complexa de relações. Ao escrever sobre uma trajetória individual, há uma interconexão de diferentes elementos, como a noção de individualidade, as diversas temporalidades que compõem a vida (passado e presente), os vínculos sociais e os pertencimentos (Silva, 2009).

Silva (2018) fala da biografia metaforicamente, como uma Torre de Babel, que exprime a extensão do campo de pesquisa e os desafios enfrentados na composição de biografias, que podem ser equiparados à diversidade linguística e à dificuldade de comunicação após a sua construção. No entanto, ao contrário da torre mítica que sofre desgastes e acende iras, o biografismo é constantemente reconstruído, se mantendo presente apesar dos desafios, o que destaca a capacidade humana de enfrentar dificuldades na construção e reconstrução de narrativas biográficas. Nesse sentido, que a construção da biografia do Pe. Aloysio Jacobi torne-se um desafio para compreender e reinterpretar as relações de poder entre Igreja e Estado, no período em que o padre chega à região de Campo Mourão. Já na seção 3, pretendemos analisar os embates e as sintonias entre a Igreja e Estado, protagonizados por Pe. Aloysio junto a órgãos públicos e seus agentes, em relações de aproximação e distanciamento, nas quais se evidencia uma tentativa de apropriação de benefícios públicos, tais como aquisição de lotes para

construção de templos, colégios e hospitais. Visto que, segundo Azzi (1979), desde a década de 1920 até a de 1940, a Igreja vinha de um contexto da Restauração Católica, e começava a difundir as ações sociais pelo Brasil, por intermédio de seus principais líderes.

Tanto eram as tentativas de emersão da Igreja, que Souza Junior (2015) destaca como Dom Sebastião Leme, bispo coadjutor do Rio de Janeiro, alegava que a nação brasileira deveria ter uma presença mais notória e resistente na sociedade. O prelado ainda insistia na influência da Igreja sobre o sistema republicano e na atuação dos leigos sobre o meio social, recuperando e restaurando o poder das Instituições religiosas. Os católicos deveriam, portanto, ter uma maior influência na vida pública, de sorte que sua presença seria significativa em vários campos de atuação, do qual o mais relevante seria a educação, que promoveria a reaproximação da Igreja de Roma com o Estado. Com esse objetivo, aliás, é que foi iniciada a fundação de colégios feminino e masculinos (Souza Junior, 2015).

Isto posto, vale lembrar que Pe. Aloysio protagonizou alguns atritos, seja com leigos, seja com colegas clérigos e prelados, demonstrando, ocasionalmente, uma postura controversa. Esses atritos vinham, por vezes, de questões políticas, administrativa e pastorais, demonstrando a complexidade da sociedade e da religião a que estava inserido. Segundo Morin (2002), cada indivíduo possui uma série de traços, que enfatiza uma dualidade e contradição. Essa variedade de perfis destaca uma ampla e complexa experiência humana, que abrange características, algumas vezes, contraditória. E era no âmbito de tal complexidade, que Pe. Aloysio se envolvia em assuntos polêmicos e conflituosos.

Como consta nos Livros Tombos de Campo Mourão (1943), Peabiru (1953) e Engenheiro Beltrão (1962), Pe. Aloysio era próximo a algumas famílias, traçando elogios pelos seus feitos e ajuda nas construções de templos. Como observado em seus relatos, enaltece fieis, como o caso de um proprietário de uma serraria em Engenheiro Beltrão, dizendo que “Snr. Santiago foi um ótimo elemento, sem ele nunca Beltrão tinha construído a Primeira Igreja” (Arquivo da Província do Verbo Divino de Curitiba, s.d.). Em contrapartida, com outras famílias, ele mantinha uma relação desarmônica, tecendo críticas às pessoas que lhe contradiziam. Um exemplo é o ocorrido com a família Bosa e família Barros que, conforme alega o religioso, formaram uma comissão para uma capela de Engenheiro Beltrão, sem seu conhecimento, chegando a admitir que não daria ordens sobre a destinação do dinheiro da igreja (Livro Tombo da Paróquia São João Batista/Peabiru, 1953).

Essa relação de aproximação e distanciamento também se manifestava entre Pe. Aloysio e seus colegas de presbiterato, como evidenciado no Arquivo da Província do Verbo Divino de Curitiba (s.d.), que relata que o ano de 1958 teve início com conflitos entre os membros da

congregação. Dom Manoel Koenner – prelado de Foz do Iguaçu, a quem pertencia Campo Mourão e região –, por exemplo, teria entrado em desavença com o Vigário Geral da Congregação, Kampmann, e outros padres. Pe. Aloysio, que nunca adotava postura neutra, tomou partido, demonstrando apoio a Dom Manoel, enaltecendo a simplicidade e retidão do bispo, enquanto atribuía ao Pe. Kampmann e aos demais colegas orgulho, ganância e falta de moralidade.

Nessa trajetória, Pe. Aloysio parece dar enfoque à fundação das instituições de ensino, visto que uma das finalidades da CVD é a educação que, como se demonstrará, à sua época, assumia um viés assistencialista.

Nos municípios aos quais foi designado como vigário, Pe. Aloysio buscava fortalecer o sistema educacional, abordando consideravelmente o Ensino Religioso. Em Campo Mourão, ilustrativamente, além de pedir recursos para construção do colégio, ainda colocava a “mão à obra”, executando seu ofício de carpinteiro (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.). No contexto de Peabiru, podemos inferir a partir das observações feitas no Livro Tombo, havia uma parceria entre o Governo Municipal e a Igreja, para a fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Já em Engenheiro Beltrão, ele demonstrava a preocupação de instituir o Ensino Religioso nas escolas públicas (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

O padre alemão enfatizava a importância do assistencialismo e, quando oportuno, usava programas do Governo para melhorar a instrução de seus paroquianos. Como registrado no Livro Tombo de Peabiru (1953, p. 75), o “movimento da Frente Agrária e associativismo rural, será feita em breve, um comunicado, seguindo também as listas para inscrição de trabalhadores rurais”. Além disso, relata-se que o desfecho favorável de uma conferência da Frente Agrária, realizada na paróquia à presença de Dom Eliseu Mendes – primeiro bispo de Campo Mourão, em 1960 – e resultou no estabelecimento da diretoria provisória da paróquia de Peabiru, com a nomeação do Sr. Humberto Baglio como presidente. Adicionalmente, decidiram que, em cada capela¹, deveria haver uma comissão intermediadora para atrair mais interessados no alistamento junto à Frente Agrária.

Para abordarmos nuances tão complexas, optamos por adotar uma abordagem interdisciplinar à nossa pesquisa, ou seja, buscamos compreender o fenômeno religioso explorando conceitos e perspectivas de diversas áreas do saber, a fim de obtermos uma compreensão menos incompleta e limitada. A interdisciplinaridade, neste caso, não é abordada apenas pelo olhar de um historiador, que olha para o passado, mas também pela cosmovisão de

¹ Uma capela, dentro da organização territorial das paróquias da Igreja Católica, é uma estrutura menor de culto religioso, geralmente subordinada a uma igreja principal (matriz) dentro da mesma paróquia.

uma pesquisadora que busca utilizar ferramentas do campo da história para analisar o período de formação dos núcleos populacionais e o estabelecimento do catolicismo na região de Campo Mourão. Nesse sentido, a sociologia é uma área fundamental para a compreensão da sociedade na qual Pe. Aloysio estava inserido como principal liderança. Também as discussões antropológicas são importantes para a concepção de noções de cultura, sociedade, alteridade e organização do Estado e da Igreja naquele momento histórico. Em outras palavras, procuramos compreender o fenômeno religioso em sua complexidade, integrando diferentes áreas do conhecimento para uma análise mais ampla e profunda.

Abranger as memórias históricas da formação dos núcleos populacionais e da constituição da Igreja Católica no Paraná é importante para elucidar fenômenos ocorridos na sociedade no passado que influenciam o presente. Por meio dessa pesquisa, é possível identificar as relações entre Igreja e Estado.

Vale lembrar que a CVD costuma valorizar o uso da trajetória, enfatizando a importância de reconhecer e aceitar as experiências únicas de cada pessoa. E isso pode ser percebido, ao menos, na atuação do clero no estado do Paraná, onde a CVD criou, na cidade Ponta Grossa um corpus documental chamado de “Pró-Memória SVD”, a fim de trabalhar com a trajetória religiosa do Paraná na observância dos trabalhos feitos pela congregação, durante desenvolvimento do catolicismo no estado, e documentados no decorrer dessas décadas (Johansen; Sacchelli; Zulian, 2006). Tivemos acesso a vários documentos eclesiais que ajudaram a entender melhor o panorama dessa relação entre a Igreja Católica e o Estado. Aliás, nosso biografado demonstrava preocupação em manter relatos sobre sua trajetória, como indicam as fontes empíricas, que agora são analisadas por nossa pesquisa.

2 A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA NO PARANÁ, A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO E A TRAJETÓRIA DE PE. ALOYSIO

Nesta seção, cuja ideia é entender como correu a formação dos núcleos populacionais no Paraná juntamente à constituição da Igreja Católica no estado, que se deu desde o período colonial e foi explorada pelos portugueses e espanhóis, procuraremos tecer uma análise das influências e interações entre a formação dos núcleos populacionais no Paraná e a atuação da hierarquia católica, já que, nesse período, surgem os primeiros núcleos populacionais, influenciado no final do século XIX e início do século XX pelos imigrantes de vários lugares.

A Igreja Católica nesse cronotopo teve seu desenvolvimento atrelada à formação desses núcleos, onde identificamos a CVD como uma das ordens religiosas que mais influenciou no desenvolvimento do catolicismo no Paraná. Essa presença eclesial traz em seu bojo uma figura importante na região de Campo Mourão, Pe. Aloysio Jacobi, cuja trajetória será relevante para entendermos o estabelecimento do catolicismo na região e seu envolvimento – muitas vezes, problemático – com figuras públicas.

É importante destacar que entre os anos de 1940 a 1970, período em que ocorre esse processo, uma série de questões pertinentes surgem, a qual pretendemos explorar e desenvolver neste capítulo, visando a aprofundar nossa compreensão acerca da dinâmica e do impacto da atuação presbiteral na região, bem como do papel desempenhado por Pe. Aloysio Jacobi nesse contexto histórico.

2.1 A formação dos núcleos populacionais no Paraná e a presença da Igreja Católica

O Paraná inicia a formação dos núcleos populacionais em meados do século XVI, na região litorânea, quando chegam os portugueses seguidos dos espanhóis. Nessa busca por riquezas, exploraram os recursos naturais e se expandiram para a região do interior do estado. Aos poucos, desenvolveram outras atividades econômicas, como o tropeirismo, exploração da erva-mate, o pinheiro, o cultivo da agricultura, etc. Todas essas atividades, sobretudo, a partir do final do século XIX, contou com atuação de imigrantes europeus, como italianos, alemães, poloneses, ucranianos, que desempenharam um importante papel para formação de núcleos populacionais do Paraná.

Atrelado à formação desses primeiros núcleos populacionais, verifica-se a presença da Igreja Católica, que chega ao Paraná com os imigrantes europeus, e contribui para a organização desses primeiros núcleos.

2.1.1 Constituição do território paranaense e a imigração

Para iniciar, é importante destacar, que o Estado do Paraná, como o restante do país, foi originalmente povoado por grupos indígenas. Quando os europeus chegaram à região que deu origem ao estado, já havia diversas tribos, que se dividiam em 2 grupos tupi e gês (Polon, 2019). A importância desses grupos étnicos é tão significativa que influenciou não apenas a história de muitas cidades, mas até mesmo o próprio nome do estado do Paraná, que significa “rio como o mar” (Ferreira, 2006, p. 19), devido à presença de grandes rios que banham o estado paranaense. Mas os europeus, ao chegarem na Província do Paraná, escravizaram esses indígenas, tomando posse do seu território.

A reocupação do Paraná foi impulsionada por Espanha e Portugal, alguns anos após o descobrimento do Brasil. Conforme determinava o Tratado de Tordesilhas – linha imaginária que traçava as Américas de norte a sul, para evitar conflitos entre Portugal e Espanha –, a maior parte do Paraná tinha domínio da coroa espanhola e apenas o litoral paranaense pertencia a coroa portuguesa.

Em 1534, Portugal dividiu sua parte de terras brasileiras em 14 capitanias hereditárias, sendo que duas dividiam o Paraná, a de São Vicente e de Santana, que ficaram sob comando de Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes de Souza. Aparentemente, os portugueses não tiveram interesse no desenvolvimento das capitanias, deixando-as em um cenário de abandono (Wachowicz, 2002).

Os portugueses iniciaram sua ocupação pelo leste do Paraná, em busca de metais preciosos e aldeamento de indígenas. Entretanto, segundo Martins (1995), até meados de 1600, os portugueses povoaram apenas o planalto meridional de São Paulo e a costa sul, não prosseguindo além de Paranaguá. Supostamente, essa falta de ocupação mais expressiva se deu pela dificuldade do acesso a outras regiões.

Os espanhóis, por sua vez, iniciaram a ocupação pelo oeste do estado, e se empenharam em explorar os territórios paranaenses até mais que os portugueses. A pedido do governador do Paraguai, Martinez de Irala, o espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca iniciou uma exploração que fundaria um dos primeiros núcleos populacionais do Paraná, a vila de Ontiveros, criada em 1554. Três anos depois, em 1557, Ruy Dias Malgarejo, nas margens do rio Piquiri, funda a Ciudad Real del Guairá, a qual conhecemos, atualmente, como Guaíra. E em 1576, novamente, Ruy Dias Malgarejo funda a Vila Rica Del Espiritu Santo, às margens do rio Ivaí (Martins, 1995).

O Guairá foi uma das principais regiões de encontro do colonialismo luso-espanhol, que culminou em frentes de colonização. Dessas frentes, surgiu uma pressão sobre as sociedades tribais, e a força de trabalho exercida sobre eles afetou suas estruturas familiares e sociais, além de acarretar tensões e crises, tendo ocorrido a intervenção do Estado e da Igreja (Schallenberger, 1999).

Dessa forma, o processo de fundação e desenvolvimento do Guairá, assim como as outras vilas, teve embasamento nas *encomendas*, que era um sistema de colonização, que consistia em escravizar os indígenas, que se demonstravam resistentes a esse sistema. Assim os espanhóis iniciaram a pacificação e conversão dos índios através dos missionários da Companhia de Jesus, que foram responsáveis na região do Guairá pelo primeiro sistema de reduções (Wachowicz, 2002).

Essas reduções buscavam trazer uma quantidade significativa de indígenas para as reduções, pois não rompiam com as estruturas das vidas tribais. A obrigação que tinham era de cultivar um terreno particular que recebiam quando contraíam matrimônio. Além de cultivar esse terreno, plantavam em coletividade, criavam cavalos, bovinos e galinhas. Esses produtos eram armazenados e distribuídos às famílias indígenas moderadamente, para que não houvesse desperdícios, e era desses depósitos que provinham os pagamentos à coroa espanhola. Os jesuítas não inseriram o uso de moedas entre os indígenas, a fim de evitar a cobiça (Wachowicz, 2002). Os jesuítas exerceram um importante papel no povoamento do Paraná, sendo responsáveis pela formação de núcleos populacionais, colocados em xeque com a destruição dessas reduções.

Voltando ao litoral paranaense, território da coroa portuguesa, em 1578, têm-se os primeiros indícios de ouro nesta região. A descoberta do ouro abriu precedentes para um expressivo povoamento e desenvolvimento litorâneo paranaense. Visto que o conceito de desenvolvimento sempre se baseia em posses e bens, Morin e Kern (2003, p. 102) ponderam que o desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica. É que, de acordo com esses autores, o verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano. Sendo assim, é necessário abandonar o conceito de desenvolvimento que se resume apenas a questões econômicas: esse conceito deveria ser ampliado, considerando outras proporções e deixando de lado os modelos ocidentais.

Conforme Martins (1995), em 1640, o bandeirante Pedro de Lara começa a explorar Paranaguá, e foi o responsável pelo levantamento de um Pelourinho, em 1646, símbolo de governo e autoridade civil. Após alguns anos, em 1648, foram realizadas as eleições, com cujo resultado Pedro de Lara foi nomeado governador e fundador de Paranaguá, e,

consequentemente, elevada à capitania: estava fundada a primeira vila do Paraná. A vinda de interessados para essa região em busca do ouro criou uma expansão demográfica de subsistência, pois apesar de não encontrarem riquezas, tinham que se preocupar com alimentação e sobrevivência. Esse aumento populacional e econômico ajudou que Paranaguá fosse elevada a vila (Nadalin, 2001).

Porém, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, ocorreu uma intensa migração para esse estado, o que propiciou o despovoamento do Paraná e o esvaziamento de algumas cidades, gerando uma crise ocupacional na região.

Após o término da corrida pelo ouro, iniciou-se a atividade do tropeirismo, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento populacional do Paraná (Martins, 1995). Os tropeiros, responsáveis pelo transporte de mercadorias, gado e muares do estado do Rio Grande do Sul para São Paulo, utilizavam o Caminho de Viamão. No percurso desse caminho, organizam suas próprias hospedagens, que rapidamente formaram povoados e vilas. Além disso, essas paradas realizadas por esses tropeiros estimulavam o surgimento de pequenos comércios, contribuindo para o desenvolvimento de pequenos povoados (Nadalin, 2001).

Muitos desses tropeiros estabeleceram-se na região e desempenharam um papel significativo na formação de vilas e cidades, impulsionando o processo de povoamento dos Campos Gerais, Campos de Palmas e Campos de Guarapuava, bem como contribuindo para a formação de importantes cidades no estado (Wachowicz, 2002).

No fim do século XIX, com a construção de ferrovias e o declínio do ciclo do ouro no Brasil, houve também uma diminuição do tropeirismo no Paraná. No entanto, esse declínio não teve um impacto significativo na economia e na formação populacional do estado. Isso se deve ao fato de que, desde o século XVIII, a exploração da erva-mate já havia se estabelecido no Paraná, e segundo Szesz (1997), a erva-mate dava indícios de que se tornaria a fonte de renda mais eficaz o que mais tarde se tornaria o esteio do Paraná.

Em 1833, o crescimento da exploração da erva mate tornou-se uma atividade de grande importância para o Paraná. Esse crescimento impulsionou a emancipação política da região, levando à constituição do próprio governo e à sua separação da Província de São Paulo. A cidade de Curitiba tornou-se a capital do novo estado (Ipardes, 1976). O desenvolvimento da economia da erva-mate estimulou o aparecimento das primeiras indústrias. Toda a região litorânea foi tomada pelos engenhos do mate (Szesz, 1997). Além da indústria da erva-mate, outras atividades, como a criação de gado, a produção de lavouras e a extração de madeira, também contribuíram para o desenvolvimento do Paraná (Rompatto, Guilherme, Crestani,

2016). A partir desse contexto, iniciou-se uma campanha para atrair imigrantes de outras regiões do Brasil e de outros países, visando o povoamento e o crescimento do estado do Paraná.

Outro fator que contribuiu para o ingresso de imigrantes europeus foi a publicação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibia o tráfico negreiro. A imigração promovida pela política brasileira tinha o intento de formar núcleos coloniais e, ao mesmo tempo, usufruir de trabalhadores assalariados (Balhana, 1996; Gregory, 2002). Com o aumento da necessidade de mão de obra trabalhadora nas lavouras, o governo passou a estimular a política de imigração europeia, além de estimular a política de branqueamento do Paraná. Esse processo de branqueamento trouxe um grande contingente de imigrantes europeus, ligando-se a sua cultura e com o escopo de reduzir a população indígena e africana do estado (Renk, 2014).

Pode-se atribuir a esse processo de branqueamento uma desvalorização das populações negras, indígenas e mestiças. Esse fato não ocorreu apenas no Paraná, mas em outras regiões do Brasil. Silva (2000), tomando por base ideias de Oliveira Viana, problematiza o entendimento de que o Brasil se desenvolveu apesar de negros, índios, e mestiços, mas que tudo era devido aos brancos. Além disso, Oliveira Viana previu uma nação branqueada, embasado no alargamento da imigração europeia, na maior fertilidade dos brancos em comparação com as raças inferiores – como a população negra que, segundo ele estacionou –, e no predomínio de cruzamento entre os filhos de casais mestiços herdariam as características superiores do pai em que os filhos de casais mestiços herdariam as características superiores do pai branca. Mais tarde, o autor corrigiu sua posição, mas os seus livros continuam a influenciar a ideia do branqueamento. Essa foi a ideia passada.

Rocha Neto (1995) pontua dois momentos importantes para expansão do povoamento do estado. O primeiro quando ocorre a abolição da escravatura, em 1888, sem escravos e falta de mão de obra, nas fazendas cafeeiras de São Paulo, o Senador Vergueiro inicia a imigração europeia. Um segundo momento da imigração, é quando as famílias colonizadoras começam a dividir as terras entre os irmãos, aqueles mais abastados, com poder de compra, ficam com a parte do irmão. Esse irmão que vende a terra, por sua vez, migra para os estados do Paraná e Santa Catarina. Para Nadalin (2001), outro processo conhecido era o de enxamagem, que consistia na junção dos descendentes dos imigrantes alemães que se juntavam a novos imigrantes da mesma origem que continuavam a chegar, contribuindo para o povoamento e colonização do Rio Grande do Sul. Esses alemães tinham uma vida baseada na atividade agrícola, mas as pequenas propriedades, divididas entre os filhos, tiveram como resultado a diminuição dos rendimentos, ficando inviável a economia e ocasionando migração para a cidade. Os pais compravam para cada filho lotes de terras sempre mais adiante, onde

conseguiram um preço mais acessível, como Paraná e Santa Catarina, o que resultou em um marco de imigrantes que se erradicaram para esses estados.

Esse segundo momento imigratório do Paraná começou no final do século XIX e início do século XX, onde houve uma aceleração nesse movimento nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, que foi impulsionado pela colonização mediante a concessão de uma vasta área terras devolutas às companhias colonizadoras, vendidas a preços baixos. Esse fato levou a região a uma devastação pelas companhias e concessionárias devido à grande exploração da erva-mate, das madeiras de lei e os pinheiros (Nadalin, 2001). Para o governo a colonização acabaria com os vazios demográficos, e para as empresas particulares seria um negócio atrativo (Gregory, 2002).

No início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial (1914/1918), inicia no Paraná o que Wachowicz (2002) descreve como “imigração moderna”. Seria uma imigração mais organizada, em que estrategicamente chegaram imigrantes com planejamentos e financiamentos de entidades internacionais para formar núcleos populacionais. Vieram grupos significativos de poloneses, ucranianos, alemães, japoneses e italianos. Tiveram-se também outros grupos menores, como franceses, ingleses, holandeses, espanhóis, russos, etc.

O Paraná no decorrer dos séculos foi moldando-se aos seus imigrantes, com suas culturas e crenças, podemos dizer que ocorreu uma interregionalidade, interculturação, onde temos uma afirmação de Rocha Neto, quando diz: Não temos o tipo eticamente definido do paranaense – como não existe o tipo racial brasileiro. Mas vai aí uma grande diferença. Fundem-se no Paraná, subordinadas ao elemento disciplinador do nosso poder de adaptar, quase todas as raças européias (Rocha Neto, 1995, p. 42).

No entanto, a mescla de cultura e raças ainda pode ser vista como um desafio para a significação de uma identidade coletiva, dado que não existe uma característica única que determina os moradores da região. Tanto que no início do século XX, houve uma intensificação do movimento valorizando o estado do Paraná, chamado de paranismo ou movimento paranista que, segundo Batistella (2012), iniciou-se com o historiador Alfredo Romário Martins, e ainda ressalta os intelectuais, literatos e artistas plásticos, que desempenharam um papel crucial nesse processo, tornando-o um dos principais ‘arquitetos’ da identidade local do Paraná. Esse paranismo trouxe consigo uma considerável exclusão relacionada à herança escravocrata. Eles acreditavam que os negros eram inferiores e degenerados, influenciando em sua genética, o que se tornava necessário o branqueamento do estado. Aqui, podemos observar o que chamamos de sociedades complexas, que Velho (1994) define que seria um contexto onde os indivíduos

convivem com uma ampla variedade de diferenças, tanto em assuntos sociológicos quanto de universos simbólicos.

No início do século XX a atividade econômica que se destaca era a exploração do pinho, que celeremente ultrapassa a exploração da erva-mate. Porém, a intensidade de sua extração esgotou rapidamente as reservas, abrindo precedentes para uma nova atividade econômica que já havia se iniciado em 1860, a produção de café. A lavoura de café foi outro fator que trouxe muitos imigrantes mineiros e paulistas, em especial para a região norte. O que fez a região ficar conhecida como norte pioneiro a partir de 1924. O desenvolvimento do café levou ao aumento da produção de cereais para abastecer São Paulo e Rio de Janeiro (Rocha Neto, 1995). Desde então, o governo iniciou uma campanha para ocupação de terras que contou com a ajuda das companhias colonizadoras. Essas companhias dividiram milhares de alqueires de terras em zonas, glebas, lotes colônias.

O norte do Paraná ficou conhecido como Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, conforme foi sendo ocupado. O território Norte Pioneiro foi ocupado no século XIX. Em um estudo feito pelos ingleses no Paraná, um dos missionários, Lord Lovat, ficou impressionado com a produtividade das terras. Nessa conjuntura os ingleses criaram a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), tendo a companhia adquirido vasta área de terras que eram vendidas em pequenos lotes de terras. Atraídos pelas condições e pelo preço acessível das terras, além dos vários compradores nacionais, vieram também compradores “italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranios etc.” (Wachowicz, 2002, p. 270).

De acordo com Wachowicz, as dificuldades da Segunda Guerra Mundial (1939/1945), os ingleses venderam a CTNP para os paulistas e esta passou a se chamar Companhia de Melhoramento Norte do Paraná (CMNP). A atividade dessa companhia resultou na formação de cidades como Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte, Umuarama. O surgimento de Maringá e Cianorte, podemos denominar como o Norte Novíssimo, que inicia na década de 1940. Conforme PADIS (1971), devido à organização da CTNP, surgiu muitas cidades na região norte do estado. Das décadas de 1940 até 1970, o Paraná sofreu grandes modificações.

A CTNP, também teve certa participação no povoamento da Mesorregião Centro-Ocidental, onde se concentra a região do município de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, escopo de nossa pesquisa. Por esses campos passaram espanhóis, portugueses, e em uma expedição que correu nos fins do ano de 1769 e início de 1770, comandada pelo Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, percorreu a região do Ivaí, reconhecendo os campos e

dando-lhe o nome de Campos do Mourão, mais tarde mudaria essa denominação, e passaria chamar Campo Mourão (Veiga, 1999).

Em 1880, quando vem expedicionário de Guarapuava, para a região dos Campos do Mourão no intuito de criar gado, temos o início do povoamento. Mas o local teve habitação efetiva, apenas, em 1903, quando os Irmãos Pereira chegaram e fixaram residência na região, construindo suas casas e iniciando os trabalhos na agricultura. Porém, a ocupação só se concretiza a partir da década de 1940, quando tem a expansão agrícola no Paraná, assimilando-se com a formação do Norte do Paraná, com vendas de lotes de terras pelas empresas colonizadoras. Porém, porém o plantio do café não predominou, explorando outras culturas como lavoura, suinocultura, exploração da madeira, etc. Os imigrantes que povoaram a região, foram os paulistas, mineiros, nordestinos, descendentes de europeus oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (IPARDES, 2004). Campo Mourão tornou-se município, aos 10 de outubro de 1947, desmembrando-se Pitanga.

Novas sociedades foram criadas a partir das imigrações. Nessa ótica, a complexidade da relação entre diferentes grupos sociais, culturais e étnicos, assim como a interdependência entre vários motivos que influenciaram o desenvolvimento da região de Campo Mourão, ajudaram a promover uma visão mais ampla e integrada desse processo. Entender como funcionam essas interações e a função que exercem na constituição das identidades locais pode ajudar a trazer luz para a constituição dessa região.

2.1.2 A formação da Igreja paranaense

No Paraná, a Igreja Católica teve um papel preponderante para o desenvolvimento do estado. Desde o início do seu repovoamento pelos europeus, os clérigos foram figuras importantes para o desenvolvimento do catolicismo. Segundo Fedalto (2014), desde que os colonos tomaram posse de suas feitorias, houve pedido de assistência espiritual aos sacerdotes. E os donatários podiam instituir vilas e paróquias. Com o início da Igreja Católica surgiram os primeiros educadores e até mesmo os primeiros hospitais evidenciando o início do assistencialismo feito por essas instituições.

As questões sociais são caracterizadas por uma complexidade que envolve muitas variáveis, como história, cultura, instituições políticas e econômicas, entre outras. A Igreja Católica acaba por se envolver nessas questões, uma vez que elas ocorreram diretamente na vida das pessoas. Para Velho (2006), a complexidade dessas questões tem sido objeto de

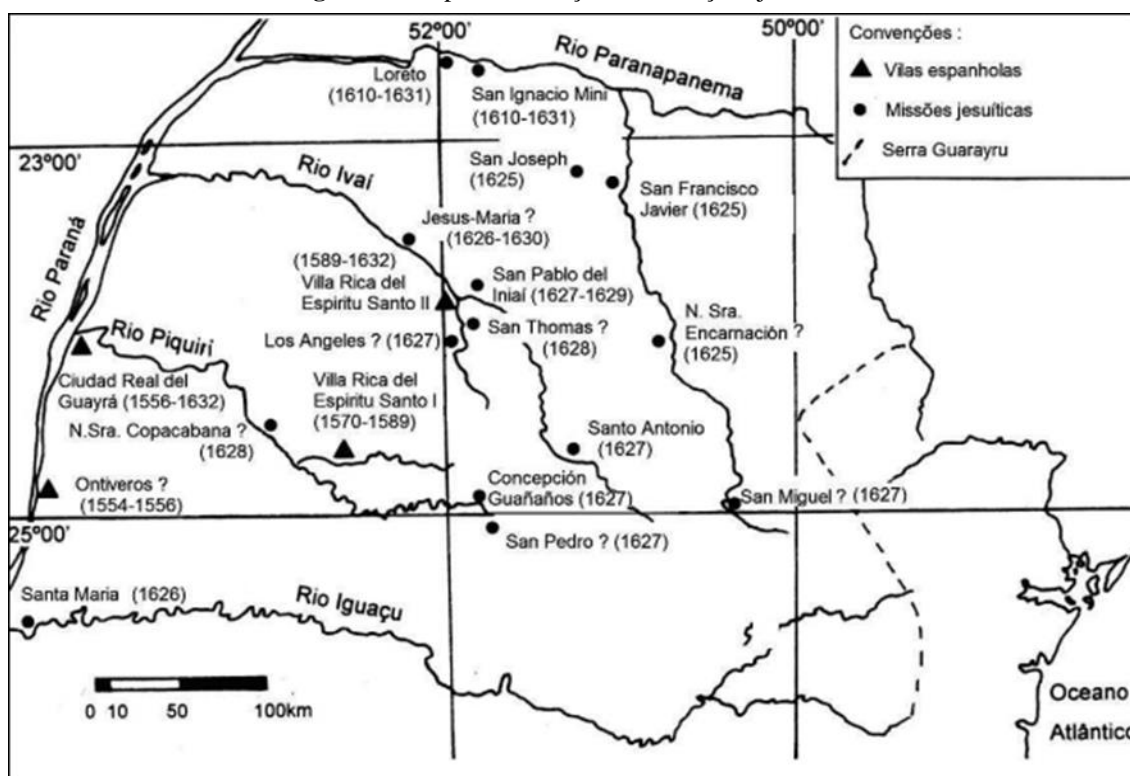
discussão sobre a importância e a posição do indivíduo nas ciências sociais, o que frequentemente constitui um assunto polêmico e desafiador.

Merece destaque que a atuação da Igreja Católica no Paraná é iniciada com a chegada do primeiro padre jesuíta em Paranaguá, chamado Leonardo Nunes, em 1550. Em 1578 foi construída a primeira capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, e em 1665 foi elevada a paróquia pelo prelado do Rio de Janeiro, a quem pertencia à igreja. Esta foi a primeira paróquia do Paraná. Enquanto o Paraná dependia do Rio de Janeiro, além de Paranaguá, foram criadas mais três paróquias, Nossa Senhora da Luz em Curitiba, São José em São José dos Pinhais e Nossa Senhora do Pilar em Antonina (Fedalto, 2014).

Certamente, a busca pelo sagrado é uma característica intrínseca do ser humano que, frequentemente, leva ao desenvolvimento de práticas religiosas e à formação de diversas instituições, como a Igreja. Segundo Morin (2002), a cultura é formada por um conjunto de costumes, hábitos, práticas, conhecimento, normas, tabus, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se desenvolvem por várias gerações, em cada sujeito e gerando a complexidade social. Nessa perspectiva, os jesuítas expandem seus trabalhos no Paraná, praticando estratégias culturais, conforme aponta Morin (2002).

A primeira região de dominação espanhola a adotar a estratégia das reduções jesuíticas foi Guairá, que, *grosso modo*, corresponde a maior parte do atual território paranaense. A metodologia adotada consistia em atrair mais indígenas com suas famílias, formando uma povoação nesse local, onde o missionário também fixava sua moradia. Nessas comunidades, além de receberem ensinamentos doutrinários, os nativos eram instruídos em diferentes ofícios, como tecelões, ferreiros, carpinteiros, lavradores, entre outros (Chiquim, 2005). Os jesuítas foram responsáveis, ainda, por fundar o primeiro ensino primário e secundário no Paraná (Fedalto, 2014), onde houve a formação de 13 reduções, nas quais eram usados os rios como meios de comunicação e aproximação dos índios (Aguilar, 2010). Os primeiros padres jesuítas a chegarem em território paranaense foram Manoel Ortega e Tomás Fildes. Abaixo podemos observar o mapa da formação das reduções.

Figura 1 - Mapa da formação das reduções jesuíticas



Fonte: Parellada, 2009

Dessa maneira, tais reduções tinham uma espécie de governo próprio, na qual os indígenas ocupavam cargos administrativos. Sendo assim, as reduções apresentaram tanto êxito, e “o acúmulo de riquezas por uma Ordem” (Fedalto, 2014, p. 29), que despertou temores dos luso-brasileiros paulistas. Esses, temendo que os espanhóis chegassem até a baía de Paranaguá, querendo prear índios e almejando atingir as minas de Potosi em 1628 – que eram minas de prata encontrada no Peru pelos espanhóis (Deveza, 2006) – formou-se uma expedição comandada por Antônio Raposo Tavares, que iniciou a destruição das reduções jesuíticas, matando e escravizando muitos índios. Governan afirma que:

Sem qualquer outro mérito histórico a parte, Antônio Raposo Tavares deve ser lembrado com desgosto por cristãos de fibra. Avançando sobre as reduções ele pilhou, queimou e liquidou as missões tomando prisioneiros e debochando das reclamações inúteis jesuítas (Governan, 1974).

No entendimento de Wachowicz (2002), grande foi a barbárie contra os indígenas que habitavam as reduções jesuíticas, pois foram escravizados ou mortos brutalmente, representando um fracasso a precedente tentativa do povoamento do Paraná. Restaram 11 reduções das 13 existentes. Além disso, em 1759, Marques de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal, em decorrência, foram expulsos, de vez, do Brasil (Governan, 1974).

Em verdade, é comum nos depararmos com situações em que povos foram ou são aniquilados em nome do poder, o que evidencia a crueldade presente em eventos históricos. O Paraná não foi exceção a essas ocorrências. Segundo Morin e Kern (2003), ao discutirem o processo de ocidentalização do mundo, ao longo da história, testemunhamos a desumanidade direcionada a civilizações e sociedades que foram submetidas à dominação ou derrota. No entanto, é importante destacar que a violência e a destruição não se limitam apenas aos fatos registrados historicamente, mas também se aplicam a culturas pré-históricas e aos primeiros seres humanos.

De acordo com Aguilar (2010), após a expulsão dos jesuítas no Brasil, as ordens religiosas desinteressaram-se pelos indígenas, e ficaram por quase 70 anos em abandono e ocorreu a destruição de diversas construções. No entanto, com a ocupação do Campo de Guarapuava, em 1810, essas ordens religiosas voltam a se interessar e desenvolver seus trabalhos.

Vários foram os missionários que contribuíram para a formação da Igreja no Paraná, dos quais podemos citar, “capuchinhos, carmelitas, beneditinos, dominicanos” (Chiquim, 2005, p. 37). Mas no prelúdio do povoamento do Paraná, devemos dar ênfase aos missionários jesuítas, que conseguiram evangelizar os indígenas e evitar a exploração que os colonizadores exerciam sobre eles. Não só ensinavam o catolicismo, mas também, educavam, ensinavam habilidades agrícolas e artesanais (Fedalto, 2014).

Eclesiasticamente até 1892, o Paraná estava subordinado à diocese do Rio de Janeiro e tinha apenas 4 paróquias. A primeira paróquia foi a de Paranaguá em 1655, seguida por Curitiba, São José dos Pinhais e Antonina. Depois, o Paraná passou a ser subordinado à diocese de São Paulo até 1892, quando foi criada a diocese de Curitiba. O governador Zacarias de Góes registrou a precariedade da situação religiosa do Paraná em 1853, incluindo a falta de padres e a má formação dos padres (Fedalto, 2014).

Com a Proclamação da República em 1889, a Igreja Católica livrou-se do padroado e reestruturou os bispos do Paraná. Por conseguinte, em 1894, é criada a diocese de Curitiba, pelo Papa Leão XIII, através da bula “*Ad Universas Orbis Ecclesias*”. O primeiro bispo do Paraná, foi Dom José de Camargo Barros, que contou com a ajuda de congregações europeias: “fundavam escolas e traziam em seu bojo um programa pedagógico, social e pastoral conforme com as orientações da Santa Sé” (Chiquim 2005, p. 117). No ano de 1897, Governan (1974) relata que Pe. Francisco Dold da CVD, visita Curitiba, e em 20 de setembro é enviado um padre da congregação, para Curitiba.

Em 1926, Papa Pio XI, pela bula “*Quun in Dies Nurerus*”, cria a Província Eclesiástica do Paraná, elevando Curitiba a arquidiocese, sob comando do arcebispo Dom João Francisco Braga. Como sufragâneas temos Ponta Grossa e Jacarezinho como dioceses e estabelecida Foz do Iguaçu como prelazia.

Dom João Francisco Braga, a fim de organizar o catolicismo no Paraná viaja para Europa em busca de congregações religiosas. Convidou padres passionistas, capuchinhos, josefinos de Asti, os Estigmatinos, as Irmãs Passionistas e as Irmãs de São José, para assumirem o cuidado das paróquias da região. O arcebispo preferiu a ajuda dessas congregações do que formar o próprio clero diocesano (Chiquim, 2005).

A criação da diocese de Jacarezinho teve como escopo o grande desenvolvimento da região, impulsionado pelas atividades agrícolas e a chegada de imigrantes de diferentes regiões do país. Inicialmente, para administrar a diocese, foi nomeado o bispo Dom Fernando Taddei. Foi elevada como catedral a paróquia Imaculada Conceição.

Em 1950, o Paraná sofreu diversas mudanças econômicas, e como resultado, surgiram várias cidades no interior do estado, o que gerou uma maior necessidade de auxílio religioso. Nessa época, a Província Eclesiástica do Paraná, com sede em Curitiba, estava sob jurisdição de Dom Manuel da Silveira, que trabalhava pela criação de novas províncias eclesiásticas, a implantação do Ensino Religioso nas escolas oficiais do Estado. Além de ampliar os seminários, é proposta a criação de novas dioceses.

O Paraná passou por um processo, que Aquino (2012) chama de diocesanização, e descreve como um fenômeno de fundação de dioceses que rearranjou lugares físicos, políticos e em termos de dimensões sócio-políticas e religiosas, consistentes com as decisões da Cúria Romana, fenômeno esse que do qual ocorre a nomeação de novos bispos e define sua atuação em uma determinada área territorial, sendo uma região que antes era atendida por uma diocese, passa a ser elevada ao *status* de diocese autônoma.

Já a formação da diocese de Londrina, contou com a presença da Companhia de Terras Norte do Paraná, sob administração dos ingleses, que vendiam propriedades de terras, atraindo a atenção de investidores para a região. A escolha de Londrina como diocese foi estratégica, visto que a região era uma das mais promissoras. Diante de cenário tão promissor, no dia 01 de fevereiro de 1956, o Papa Pio XII, criou a Diocese de Londrina, pela bula “*Latíssimas Partire Ecclesias*”, e como primeiro bispo Dom Geraldo Fernandes.

A criação da diocese de Maringá assemelha-se à de Londrina, sendo criadas pela mesma bula e dia, em 1º de fevereiro de 1956, pelo Papa Pio XII. E assim como Londrina, o desenvolvimento da região deu-se, com a venda de lote de terras pela CMNP. Com o

desenvolvimento da região, criou-se a Diocese de Maringá. Seu primeiro bispo foi Dom Jaime Luís Coelho, e a paróquia elevada a Catedral foi Nossa Senhora da Glória.

O povoamento da região de Palmas deu-se desde a formação das reduções jesuíticas. Que, mais tarde, foi ocupada por fazendeiros, com as atividades do tropeirismo. A região se desenvolveu em meio a conflitos de terras, onde posseiros foram se instalando naquele território. Em consequente, foi criada a diocese de Palmas-Francisco Beltrão, no dia 14 de janeiro de 1958, pelo Papa Pio XII e bula “*Maius Christífidelum*”, e como primeiro bispo, Dom Carlos Eduardo Saboia Bandeira de Mello.

A criação da diocese de Toledo e Campo Mourão deu-se concomitantemente pelo Papa João XXIII no dia 20 de junho de 1959, através da bula “*Cun Venerabilis*”. Inicialmente, a diocese de Toledo foi dirigida por Dom Inácio Krause, e mais tarde, em 1960, tomou posse Dom Armando Círio. Toledo foi povoada devido a existência de uma fazenda chamada Britânia que possuía uma vasta área de terras, com mais 274 mil hectares, comercializados pela empresa Maripá, formando um expressivo povoamento em Toledo e região.

Nesse processo de diocesanização foram criadas as dioceses de: Paranaguá (1962), pela bula “*Ecclesias Sancta*”; a de Apucarana (1964), pela bula “*Ad Maiorem Dominici Gregis*”; a de Guarapuava (1965), pela bula “*Chrissitivices*”; a de Paranaíba (1968), pela bula “*Nihil Gratius*”; e a Eparquia Ucraniana São João Batista (1971), pela bula “*Eius Vicarius*”. Após a criação do Regional Sul II da CNBB, foram criadas as dioceses das cidades de Apucarana (1964), Guarapuava (1965), Paranaíba (1968), Cornélio Procópio (1973), Umuarama (1973), União da Vitória (1976), Cascavel (1978) e Foz do Iguaçu (1978) (Chiquim, 2005).

A diocese de Campo Mourão, por onde Pe. Aloysio atuou, está localizada na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. Segundo Hespanhol (1993), a origem da região de Campo Mourão remonta no início do século XX, impulsionada pelo Governo do Estado com a implantação de colônias e as Companhias como a CTNP. A figura abaixo ilustra a região de Campo Mourão, nos anos de 1947 a 1953.

Figura 2 - Mapa do município de Campo Mourão do ano de 1947 a 1946



Fonte: Unespar (s.d.)

Naquela ocasião, ocorreu simultaneamente a abertura de estradas, o que intensificou a entrada de famílias e teve significativamente o povoamento da região, que nesta época, pertencia à prelazia de Foz do Iguaçu. Campo Mourão ao ser elevada a diocese teve como seu primeiro bispo, Dom Eliseu Simões Mendes e sob sua jurisdição ficaram os municípios de Peabiru, Araruna, Iretama, Jussara, Mamborê, Goioerê, Terra Boa, Barbosa Ferraz, Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Rondon, Ivaiporã, Pitanga, Barra Santa Salete e Palmital (Aguilar, 2020).

O desenvolvimento populacional do Paraná tem um aumento significativo na década de 1940, quando os imigrantes foram atraídos pelo baixo preço das terras e das lavouras de café.

Aos poucos, implementaram no estado estradas e caminhos que estimularam as produções e as atividades comerciais. Entre as décadas de 1940 e 1960, o crescimento populacional foi de 105% (Swain, 1998). Nesse contexto, onde a população dobrou de tamanho, desenvolveram vários municípios e se acelerou o processo de diocesanização no Paraná, e a CVD, por seus porta-vozes, foi um ator importante nesse processo de expansão.

2.2 Atuação da Congregação do Verbo Divino no Paraná e região de Campo Mourão

Muitas paróquias foram criadas ou colocadas sob os cuidados da Congregação do Verbo Divino, que efetuaram um processo promissor para a instituição do catolicismo e para o assistencialismo social na área da educação e saúde, com a criação de instituições de ensino e hospitais. Sua atividade foi intensa, de maneira que boa parte do estado ficou aos cuidados dos verbitas. Dom João Francisco Braga, bispo de Curitiba, teria dito aos membros da congregação “Digam ao Padre Fundador, que eu entro na CVD, caso ele aceite ainda o restinho das paróquias disponíveis” (Governan, 1974, p. 168).

Assim como no restante do Paraná, na região de Campo Mourão também enfrentaram desafios, uma vez que a área ainda era coberta por densa vegetação. Isso, todavia, não os impediu de visitar vários povoados.

2.2.1 Chegada da Congregação do Verbo Divino no Paraná

Inspirada pelo prólogo do Evangelho de São João – “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,4) –, a Congregação do Verbo Divino, criada pela Sociedade dos Missionários do Verbo Divino, foi fundada em 08 de setembro de 1875, em Steyl, nos Países Baixos, pelo padre e professor alemão Arnaldo Janssen, canonizado pelo Papa João Paulo II em 2003.

A ordem religiosa surgiu na Europa quando passava por uma transformação sociopolítica e econômica. Em um contexto de secularização, a Igreja Católica na Alemanha ficou proibida, pelo chanceler prussiano Bismark, de criar novos seminários e paróquias. Mesmo com dificuldades, Pe. Arnaldo Janssen foi para o país vizinho, a Holanda, fundando, ele próprio, um seminário em Steyl, a Casa Missionária de São Miguel (Reuter, 2008).

Conforme Governan (1974), Pe. Arnaldo Jansen ressaltou a necessidade da fundação de escolas paroquiais, primárias, normais e ginásio em todas as igrejas que estavam sob cuidados. Isso tem relação com que Morin (2021) diz sobre as organizações “emergentes”, que incentivam as partes a apresentarem suas potencialidades, envolvendo a cultura, linguagem e educação,

que corrobora para o crescimento da mente e inteligência do sujeito. Isso mostra que a abertura de escolas paroquiais foi significativa para a organização educacional, intelectual das pessoas que a CVD atendia. É dentro dessas circunstâncias, que os padres da CVD chegaram no Brasil.

Figura 3 - Pe. Francisco Tollinger e Pe. Francisco Dold, primeiros padres missionários da CVD que chegaram no Brasil



Fonte: Governan (1974)

No Brasil, os primeiros verbitas – Pe. Francisco Dold e Pe. Francisco Tollinger – chegaram na cidade de Vitória (ES), em 12 de março de 1895. A princípio, o fundador Arnaldo Janssen, presumia que seria apenas um trabalho passageiro de 3 meses aqui no Brasil e que logo poderiam seguir para a Argentina. Todavia, não foi o que aconteceu. Cada vez mais, chegavam pedidos de missões (Wisniewski, SVD, 1995). Ao perceberem a grande demanda e a necessidade de serviços pastorais para a região, fez-se o pedido de ajuda de outros missionários verbitas. O trabalho da congregação, dessa maneira, expandiu-se para o interior do país, chegando a Minas Gerais e ao Paraná em 1899, atuando em trabalhos educacionais.

Nesse período, o país passava por um projeto de mudança mais global do catolicismo e da Igreja do Brasil e a imigração coincidiu com o projeto da romanização². Assim, os imigrantes acabam contribuindo seja para a afirmação da igreja tridentina³ e do catolicismo romanizado, seja para assegurar os vínculos de dependência cultural e econômica com as nações da Europa (Zulian, 2009).

Durante o período de imigração, a Igreja Católica no Brasil teve sacerdotes oriundos de outros países europeus, e que tinham um viés assistencialista. Como menciona Balhana (1969), a entrada de estrangeiros de ordens religiosas estava ligada com a formação de paróquias e comunidades de imigrantes. Esses religiosos, compostos por sacerdotes e freiras, não só prestavam assistência espiritual, mas também auxiliavam no ensino e nas obras assistenciais. Tal fato, observamos nos trabalhos feitos pela CVD no Paraná. O Papa Leão XIII havia encarregado o bispo Dom José de Camargo Barros, para que os jovens tivessem ensino fundamentado no catolicismo. Logo, o bispo providenciou congregações religiosas masculinas e femininas, acolhendo em sua diocese “o Apostolado da Oração, os Religiosos da CVD, as Irmãs dos Santos Anjos, de Chambéry e da Divina Providência” (Chiquim, 2005, p. 119). Essas congregações trabalharam na evangelização, educação e saúde. Nessa ótica dos acontecimentos, podemos sugerir, que tais ações eram uma tentativa da expansão do catolicismo (Queiros; Campos, 2018).

Nesse contexto, no ano de 1897, o bispo de Curitiba, Dom José, solicitou a visita do padre verbita Francisco Dold na diocese recém-criada, em 1894. Após a avaliação da diocese, o fundador, Pe. Arnaldo Jansen, designou Pe. Frederico Hellenbrock. Em 1898, Pe. Frederico Hellenbrock saiu em visita pastoral com o bispo Dom José de Camargo Barros, para o interior do estado, passou por Imbituva, Prudentópolis, Guarapuava, Palmeira, Porto d’União, e São José do Triunfo. Os relatórios enviados ao Pe. Arnaldo Jansen foram categóricos, a tal ponto que o fundador resolveu preparar missionários e enviá-los a Curitiba (Governan, 1974). Em 1899, o bispo de Curitiba oferece a paróquia do bairro de Abranches – colônia de imigrantes poloneses que ficava a 5 km da cidade – com igreja e casa paroquial já construídas (Wisniewski, SVD, 1995).

² Por Igreja romanizada entendemos a reformulação das práticas eclesiais, segundo as tradições romanas (Azzi, 2006).

³ A Igreja tridentina foi um seguimento de reformas e ensinamentos feitos pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) ou Concílio de Trento, convocado em resposta a Reforma Protestante. No Brasil, esse Concílio buscava definir a atuação de Igreja e Estado, do qual a Igreja deveria ser responsável pelas questões espirituais, enquanto o Estado se responsabilizava pela política e pelas questões sociais e econômicas (Azzi, 1981).

Como os padres verbitas se colocavam à disposição do bispo de Curitiba, lhes foi confiada a paróquia São José de São José dos Pinhais, no ano de 1899. Em 1900, os verbitas já dirigiam uma escola paroquial com 48 alunos. Logo o bispo, Dom José, ofereceu-lhes uma casa mais ampla, que conseguiu acomodar 70 alunos. Anos mais tarde, em 1905, a paróquia de São José dos Pinhais encontrava-se em precariedade, e foi necessário pedir auxílio ao Pe. João Beckert da CVD. Ele havia planejado a construção de uma Academia em Juiz de fora – que tinha por objetivo o ensino superior. Outras paróquias foram sendo confiadas a CVD que, conforme Fedalto (2014), em 1900 Dom José também designou aos seus cuidados a paróquia de Palmeiras. E em 1903, São José do Triunfo, Murici e Ponta Grossa.

A CVD comprometeu-se em cuidar da colônia, chamada de Murici, formada por aproximadamente 60 colonos poloneses. Pe. Carlos Dworaczak foi o responsável por assumir, e logo fundou uma escola, dedicando-se às aulas. Pe. Carlos se envolveu em questões sociais, e fundou uma sociedade agrícola chamada São José, visando o objetivo de ensinar novos métodos de cultivo da terra (Governan, 1974).

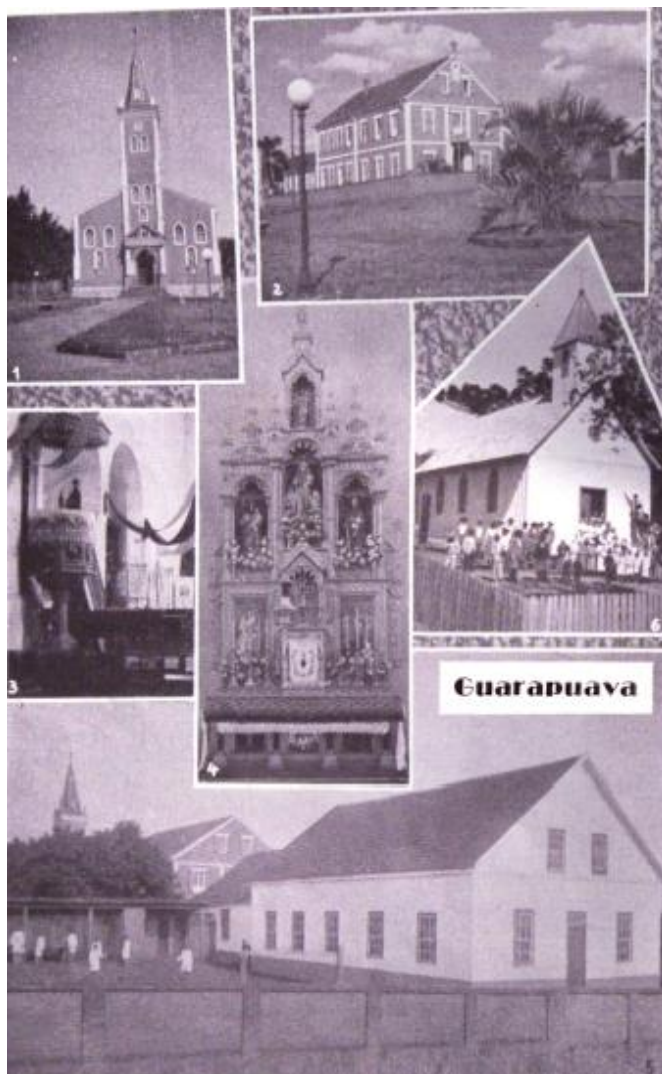
Vale ressaltar que, no início do século XX, o Paraná passava por transformações econômicas e sociais. Nessa mesma época, houve um relevante aumento populacional, que segundo Priori (2012), foi devido à política de imigração de pessoas que vinham da Europa e de estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A principal atividade econômica desses imigrantes era cultivar a terra.

Nesse contexto, na cidade de Ponta Grossa, destacava-se a presença de imigrantes italianos, ucranianos e de origem oriental. Para atendê-los, em 1903, o Pe. João Batista de Oliveira solicitou o auxílio da CVD em Ponta Grossa, e como resposta, o Pe. Luiz Berger foi enviado como coadjutor para atuar tanto na paróquia quanto na escola local. Ao mesmo tempo, as Irmãs Servas do Espírito Santo desempenhavam um importante papel no cuidado do Colégio Nossa Senhora de Sant'Ana, reinaugurado em 1910. Nessa mesma época, os verbitas conseguiram construir sua própria casa, consolidando sua presença na região.

Os padres da CVD se dedicavam a promover as ideias do fundador, Pe. Arnaldo Jansen, que tinha como objetivo a fundação de escolas. Em cada paróquia em que atuavam, eles buscavam criar instituições de ensino, como forma de desenvolver socialmente as comunidades atendidas. Tanto é assim que, ao assumirem a paróquia de Guarapuava em 16 de março de 1907, com os padres Matias Esser e Nicolau Simon, encontraram uma situação de ruínas e miséria, como mencionado por Carlos e Kill (1945). Desde o início, Pe. Nicolau percebeu a necessidade de uma escola na localidade e, com a autorização do vigário, conseguiu estabelecer uma escola em menos de um mês, contando com 30 alunos. Posteriormente, Pe. Guilherme Münster ocupou

o posto de Pe. Mathias e iniciou a construção de uma nova paróquia, ainda que não permanecesse por muito tempo, já que solicitara licença para se dedicar melhor às visitas pastorais. Como observado na figura 4, as edificações feitas pela CVD em Guarapuava.

Figura 4 - Edificações em Guarapuava da paróquia, casa paroquial, e o Colégio São José, feitas pela CVD



Fonte: Carlos; Kill (1945)

Em 1907, o Pe. Münster foi designado para missões com os indígenas no Paraná, visando o objetivo de unir os nativos do Paraná com os do Paraguai em uma missão no rio Madaley. Nessa perspectiva, ele partiu para a missão que, segundo Pissolato e Souza (2008), encontrou pequenos grupos de Botocudos, Coroados, mestiços caboclos e outros grupos indígenas que não chegou a classificar, localizados ao longo das margens do rio Marrecas, seguindo pelo rio Ivaí até Colônia Velha, Barra Preta, Rio Jacaré e Barra do Só. Percorreu a cavalo a serra da Esperança, nas extensões do Rio Iguçu, até o Rio Corumbataí, na Serra da Pitanga, onde fundou a capela de Sant'Ana. Naquela região, encontrou cerca de 30 famílias

indígenas e também um grupo de índios Botocudos na Serra, próximo ao Rio Iguaçu. Desceu pelas margens do rio do Cobre em Laranjeiras, chegando até o rio Corumbataí, próximo à Vila Rica do Espírito Santo, onde encontrou cerca de 20 índios (Carlos; Kill, 1945). A jornada do Pe. Münster estabeleceu contato com os indígenas e buscou restabelecer as missões.

Quando a CVD chega a Pitanga, em 1907, inicia suas primeiras visitas na região de Campo Mourão. Nesta época os missionários vinham de Guarapuava, que em “uma só viagem de Guarapuava – Pitanga – Campo Mourão durava três meses” (Carlos; Kill, 1945, p. 98). Essas visitas estimularam a formação de pequenas capelas, em um período em que a região passava por um processo de desenvolvimento e surgimento de novos municípios.

Com seus trabalhos sempre atrelados à educação, a CVD atuou em Laranjeiras e Foz do Iguaçu, às margens do rio Guarani, em uma capela fundada por Pe. Paulo Tschoner e Ir. Joaquim, da SVD, os missionários Monsenhor Guilherme, Pe. Winggen e Germano Horning, fundaram uma escola na aldeia indígena dos Guaranis. Monsenhor Manuel, em uma tentativa de levar meninos indígenas para o colégio em Laranjeiras, teve sua missão em vão, esses meninos fugiram. Pe. Guilherme Münster, Pe. Umberto Ostlender, Ir. Domingos e Ir. Bianchi, tentaram fazer missões similares, nas margens do Ivaí, mas não obtiveram sucesso. Esses indígenas arrasaram Pitanga, e mais tarde, foram afugentados por colonos, deixando apenas a frustração aos padres da CVD (Carlos; Kill, 1945).

Queiroz-Virmond era uma extensa área que abrigava cerca de 180 famílias. Devido à sua vastidão, acabou sendo dividida em várias colônias. Dessa divisão, surgiu, em 1921, Virmond: os colonos que ali habitavam, preponderantemente, eram de descendência polonesa. Essa colônia já possuía uma escola e uma igreja dedicada à Nossa Senhora de Czestochowa. Até 1934, os padres que atendiam Virmond eram também da CVD e vinham de Guarapuava. A partir de dezembro de 1934, foi efetivado o primeiro padre, Pe. Estanislau Cebula (Carlos; Kill, 1945), que passou a assumir os trabalhos paroquiais.

A fim de entender o vasto trabalho da CVD no Paraná, na década de 1950, suas atividades propagaram em municípios paranaenses como Palmeiras, Santo Estanislau, Ponta Grossa, Colônia D. Luiza (Ponta Grossa), Laranjeiras do Sul, Pitanga, Foz do Iguaçu, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Campo Mourão, Peabiru, Araruna, Mamborê, Assaí, Cianorte, Corbelia, Quatro Pontes, Toledo, Dez de Maio, Tijucas do Sul, Murici, Agudos do Sul, Mandirituba, São José dos Pinhais (paróquia Monte Claro). Das 18 dioceses criadas no Paraná, 12 tiveram a atuação de bispos verbitas, atualmente, nove dessas dioceses se encontram aos cuidados da CVD. Tanto foi o trabalho missionário da CVD no Paraná, que Carlos (1945)

afirma que “ano por ano fizeram com sua mula um total de mais de 3.000 quilômetros, isto é quase a extensão do Brasil desde o extremo norte até o extremo sul” (Carlos; Kill, 1945, p. 94).

2.2.2 Congregação do Verbo Divino na região de Campo Mourão

A Congregação do Verbo Divino teve um papel preponderante na formação da Igreja em Campo Mourão e região, realizando missões a partir de 1909, conforme relato de Veiga (1999) sobre as visitas do Pe. Francisco Vedder. A região era de difícil, e as visitas ocorriam, com grandes intervalos de tempo.

No entanto, as missões da CVD enfrentavam muitas dificuldades, pois a região ainda estava em desenvolvimento e não havia estradas abertas, como afirmado pelo Pe. Aloysio no livro Tombo de Engenheiro Beltrão de que “não havia nem estrada nem picada” (APNS/ Engenheiro Beltrão, s.d.). Governan (1974) observa que os missionários da CVD agiram de forma semelhante aos bandeirantes ao realizar suas missões nos sertões, renunciando ao conforto e bem-estar para se aventurarem em jornadas exaustivas e ininterruptas pelo interior. Apesar de colocarem sua própria saúde em risco, os missionários estavam comprometidos com os povoados que surgiam na região de Campo Mourão.

Alguns moradores de Campo Mourão, em 1914, foram até Guarapuava, para pedir que a região, ainda pouco habitada, fosse atendida pelos padres da CVD. O pedido foi atendido e quem veio novamente, percorrer a região, foi Pe. Francisco Vedder. As visitas eram espaçadas e demoravam de 2 a 1 ano para serem feitas, mas essas famílias, não deixavam de valorar o sagrado que, para Morin (2002), o mito, o rito e a religião têm uma função reconfortante na sociedade humana. Essas manifestações culturais serviram para aliviar a angústia e amenizar as tensões e preocupações humanas, agindo como uma espécie de proteção contra a realidade muitas vezes difícil de suportar. Ao revisar a historicidade dos acontecimentos durante o desenvolvimento dos municípios da região de Campo Mourão, observamos as dificuldades que os novos moradores encontravam. Diante de tais fatos, atribuímos a valorização do sagrado.

Veiga (1999), relatando sobre o povoamento de Campo Mourão, relembra como as primeiras famílias traziam a religiosidade consigo: “Essas primeiras famílias, animadas pela fé cristã, trazia entre seus pertences, pequenas imagens de Santos de sua devoção, que adornam os oratórios, fazendo aquecer a crença que reanimavam os pioneiros na luta constante para vencer o sertão agreste” (Veiga, 1999, p. 171).

Nessa conjuntura, observamos mais uma vez a importância do sagrado, como se os indivíduos em suas dificuldades tivessem a necessidade de se conectar com a religião. Morin e

Kern (2003) ponderam que a religião tem o sentido de “re-ligar”, o que possivelmente está aqui essa necessidade da busca pelo sagrado que muitos indivíduos possuem. Destaca ainda o que chamam de “evangelho de fraternidade”, que é uma maneira ética de enfatizar a relevância da união e conexão entre pessoas, em vez de separá-las ou fragmentá-las. Os autores fazem uma analogia dessa ética com a ideia de complexidade no pensamento, propondo que ambas apelem para uma abordagem holística e integrada, em vez de uma visão reducionista ou fragmentada do que é real. Além disso, aqui podemos o conceito de nomização, em que a religiosidade contribuía para adaptação e reconhecimento do novo ambiente, valorizando os aspectos religiosos e simbólicos (Deitos, 2007; Mezzomo, 2002).

Como sinal da devoção católica dessas famílias que chegavam na região de Campo Mourão, fizeram em um cedro um cruzeiro, como se fosse a Santa Cruz. Nesse local, mais tarde, foi construída uma capela chamada Santa Cruz, e assim é conhecida até os dias atuais (Veiga, 1999). É importante mencionar, que o cedro tinha um simbolismo proeminente, principalmente entre os caboclos do Sudoeste. Quando planta brotava, significava que a nova localidade teria um futuro promissor (Schreiner, 2002).

Os padres da CVD avançavam com seus trabalhos missionários nos povoados que se constituíram ao redor de Campo Mourão. Conforme Aguilar (2020, p. 16), os padres que podemos destacar nessas missões são: “Hubert Ostlender (1916-1917), Paul Schneider (1920-1921), João Gualberto Pogrzeba (1922-1923), Paul Ostlender Tschorn (1924-1935)”. Em 1930, fizeram uma estrada de rodagem, o que facilitaria o percurso dos missionários (Governan, 1974). Os religiosos verbitas percorriam um total de 36 capelas ou estações e, geralmente, demoravam cerca de dois meses para ir e voltar (Carlos, Kill 1945).

Em 1933, recebem a primeira visita de um bispo, Dom Antônio Mazzarotto, da Diocese de Ponta Grossa (SDP/Campo Mourão, s.d.). E, em 1934, quando a capela Sant’Ana de Pitanga foi elevada a paróquia, desmembrou-se da Diocese de Ponta Grossa e passou a fazer parte da Prelazia de Foz do Iguaçu. A partir de 1936, foram os padres de Pitanga que percorriam Campo Mourão, fazendo as visitas. Por conseguinte, a partir de 1938, chega Pe. Aloysio Jacobi, o sujeito dessa pesquisa, que passa a protagonizar as visitas feitas pela CVD na região de Campo Mourão. Pe. Aloysio passou a realizar visitas três vezes ao ano. Em 1940, Monsenhor Manoel Koenner visitou Campo Mourão pela primeira vez (SDP/Campo Mourão, s.d.). Segundo a figura a baixo, essa foi uma das primeiras vistas de Monsenhor Koenner e Pe. Aloysio, na região de Campo Mourão.

Figura 5 - Dom Manoel Koenner e Pe. Aloysio Jacobi durante as primeiras visitas na região de Campo Mourão



Fonte: Memórias Rondonenses, s.d..

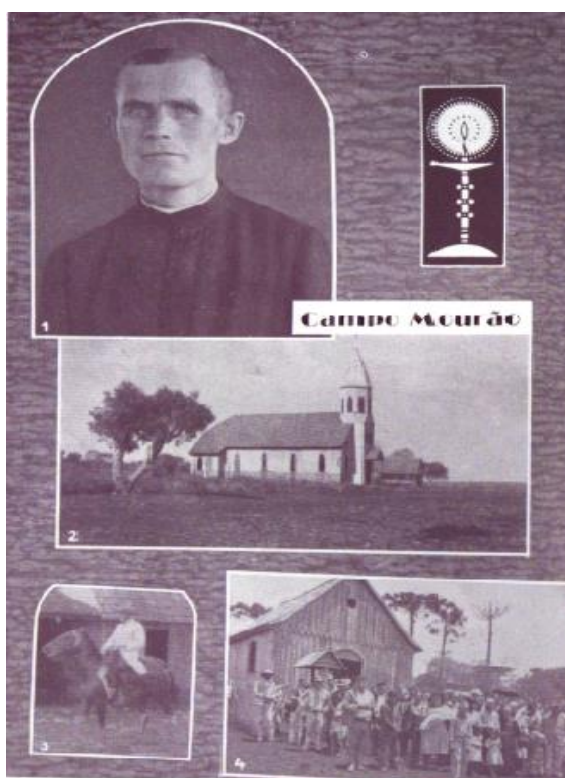
Em 1942, foi requerida pela Prefeitura de Guarapuava a demarcação do distrito de Campo Mourão. Com o aumento da população na região, iniciou-se a reivindicação pela municipalização. O governo tinha como objetivo aproveitar de maneira racional as terras devolutas do interior do Paraná, com o intuito de controlar a crescente expansão urbana e evitar o isolamento das famílias. Diante dessas demandas, em 10 de outubro de 1947, Campo Mourão foi elevado à categoria de município pela Lei n. 2, e recebeu o título de domínio pleno das terras em 1952.

Nesta época, Campo Mourão recebeu uma significativa quantidade de imigrantes que, segundo Hespanhol (1993), formaram duas frentes que ocuparam a região: uma oriunda do Norte, composta por paulista, mineiros e nordestinos; e outra originária do Sul, integrada por imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas frentes, ao se deslocarem, e chegarem na região de ocupação, encontram a presença cabocla, que sobreviviam do que produziam, e seu comércio era baseado na confiança mútua (Hammel, 2019). Os caboclos, definidos por

Silva (2012), eram uma ascendência mista de diferentes populações, resultante de uma complexa expansão territorial no Brasil. Eles não possuíam aquisições financeiras e também estavam em busca de posse de terras para segurar a sobrevivência por meio do seu trabalho. A atividade cafeeira não predominou na região, favorecendo a pecuária e a agricultura familiar, desenvolvidas pelos italianos, alemães e ucranianos.

A região de Campo Mourão foi formada por colônias e vilas, como Peabiru, vila que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), situada entre a colonização da CMNP, ao norte; a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPA) a oeste; e a colonização da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), ao sul e noroeste. Essa região fez o governo intensificar as atividades para o povoamento (Rocha; Silva, 2022). Em 1951, com o sucesso da vila de Peabiru, esta nem chega a se tornar distrito e foi elevada à categoria de município. Nos anos de 1952 ocorre sua emancipação. Engenheiro Beltrão tornou-se distrito do novo município. Engenheiro Beltrão foi fundada em 1947 por uma família associada ao Governo do Estado, a família Beltrão, o distrito teve sua formação associada à ocupação promovida por uma empresa privada, a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.

Figura 6 - Pe. Aloysio e a primeira matriz de Campo Mourão



Fonte: Carlos; Kill (1945)

É nesse cenário de formação e povoamento que a CVD se instala na região de Campo Mourão. Ao chegar, os verbitas encontram uma capela, que fora construída em 1936, na atual Vila Carolo. Em 1942, após a visita de Monsenhor Manoel Koenner, a capela São José passou a ser paróquia, sendo designado como pároco Pe. Aloysio, que fixou sua residência, em 05 de março de 1943, e como coadjutor Pe. Humberto Frisch (Carlos, Kill, 1945). Nesse período várias capelas foram constituídas na região, e ficaram sob cuidados da recém-criada paróquia de Campo Mourão, capelas essas que os padres da CVD iam prestar assistência religiosa.

Assim, a presença da CVD na região de Campo Mourão, trouxe consigo um conjunto de circunstâncias históricas e sociais que fizeram com que os primeiros habitantes da região solicitassem a presença da ordem religiosa. Todos esses fatores foram fundamentais para a organização do catolicismo na região.

Já em relação a Engenheiro Beltrão, a presença dos padres verbitas remonta a meados de 1948, quando o Padre Aloysio, acompanhado de Dom Manoel Koenner, realizou as primeiras visitas ao povoado. Naquela época, Engenheiro Beltrão ainda era distrito de Peabiru, que havia se tornado município em 1951. Em 1952, já existia uma capela construída na localidade. Em seus apontamentos nos arquivos da PNSG/Engenheiro Beltrão, que o surgimento do distrito foi marcado por confusões, devido às disputas de terras que ocorriam na região. Somente em 1962 Pe. Aloysio foi oficialmente designado como vigário da paróquia de Engenheiro Beltrão, que havia acabado de se desmembrar de Peabiru. Após o falecimento de Pe. Aloysio em 1974, Pe. Léo Pientika assumiu a paróquia. Em 1976, Pe. João Milczewski tornou-se o vigário, sendo o último padre verbita a atuar em Engenheiro Beltrão, conforme o *Jornal Servindo* (2011).

Diante disso, podemos observar que no processo de formação desses municípios, sempre se desenvolve em forma conjunta à religião. Tanto que, Coulanges (1998) afirma que é fundamental entendermos, que no mundo antigo, a prática do culto religioso sempre serviu como um elo unificador de todas as sociedades. A religião desempenha um papel na organização social, desde as civilizações antigas.

Dessa forma, a presença da CVD na região da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, com foco nos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, é um tema de pesquisa relevante. Vale mencionar que as atividades da CVD se estenderam para outros municípios da região, como Araruna, Jussara e Mamborê, o que evidencia a abrangência dessa ordem religiosa na região. Em Araruna, as visitas da CVD tiveram início em 1945, quando Dom Manoel Koenner foi à localidade para celebrar o sacramento do Crisma. Já em Jussara, a primeira visita da CVD foi realizada pelo Pe. João Asmann em 1953. Com a criação da paróquia

de Peabiru, Jussara passou a fazer parte dessa paróquia e foi visitada pelo Pe. Aloysio. No ano de 1956, Jussara tornou-se uma paróquia, com Pe. José Arz como seu primeiro vigário, que foi batizado em 1960, sendo até sucedido por Pe. Cristiano Viemman até 1962, conforme relatado pelo Jornal Servindo (2014). Já no município de Mamborê, a presença da CVD remonta a 1934, quando o missionário Pe. Paulo Tschorm realizou as primeiras visitas como pároco de Guarapuava. Em 1938, foi construída a primeira capela de Mamborê por Pe. Léo Guimarães, que foi abençoada pelo Pe. Aloysio Jacobi. Com a criação da paróquia em 1956, Pe. Guilherme Matt foi nomeado o primeiro vigário de Mamborê, servindo até 1959, e posteriormente, Pe. Leopoldo Jarek assumiu como pároco até encerrar as atividades da CVD em Mamborê em 1962, segundo o Jornal Servindo (2012).

Através desses exemplos citados podemos compreender a ampla atuação da CVD na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, com sua presença em diferentes municípios e contribuições para o desenvolvimento religioso em diversas localidades. A pesquisa sobre a presença sociorreligiosa da CVD nessas regiões é de grande importância para compreender a influência e legado dessa ordem religiosa na região e sua contribuição para a história e cultura local.

2.3 Trajetória de um carpinteiro que atuou como missionário no Paraná

Nessa seção, abordamos a importância da biografia, que ao fazermos um cruzamento das histórias e memórias de vida, pode remeter a entendimentos de alguns aspectos sociais relevantes da sociedade. Silva aponta que a biografia usada como objeto de análise ajuda a responder muitas questões, nos limites do conceito de verdade e representação, o papel social dos mitos, a relação entre público e privado, a relação entre histórias e seu tempo etc. (Silva, 2009).

Assim, fazemos uso da trajetória de Pe. Aloysio, alemão que quis ser padre, mas desde muito jovem teve que aprender o ofício de carpinteiro para ajudar a família que tinha dificuldades financeiras. Com uma vocação tardia, entrou no seminário e veio para o Brasil, onde se ordenou padre e deu início aos trabalhos missionários na região Centro-Ocidental do Paraná. Esses trabalhos missionários foram mais intensos em Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, trazendo à tona a importância de sua religiosidade no desenvolvimento do catolicismo nesses municípios e região.

2.3.1 Biografia abrindo horizontes para historicidade

O uso da biografia tornou-se vultuoso e seu potencial heurístico ajuda a lançar luzes sobre aspectos históricos, culturais e sociais do desenvolvimento humano. Ao fazer um cruzamento da vida com acontecimentos históricos podemos alcançar um melhor entendimento, tanto dos fatos ocorridos, quanto das dinâmicas sociais e culturais que influenciaram e foram influenciadas por esses fatos, especialmente, quando conseguimos compreender a subjetividade de cada indivíduo, podendo analisá-la, de modo interdisciplinar, a partir de diferentes campos do saber.

Não por acaso a biografia tem ganhado um amplo reconhecimento nos últimos tempos, tornando-se um importante instrumento de pesquisa. Tanto que Priore, ao discutir a evolução da biografia ao longo dos séculos, defende que seja “uma das primeiras formas de história – depois das dos deuses e de homens célebres –, retém cada vez mais a atenção dos historiadores” (Priore, 2009, p. 7). É nessa perspectiva que a biografia oferece uma visão mais detalhada e contextualizada da vida e das ações dos indivíduos pesquisados no decorrer do tempo.

Vale ressaltar que todo indivíduo, independentemente se é insigne ou não, traz consigo uma relevante historicidade, de acordo com a temporalidade em que vive. Silva (2009), a propósito, pontua que o biografismo não é apenas para indivíduos com certa fama, mas também para pessoas comuns, pois todo sujeito traz consigo uma narrativa da época em que vive, enquanto possui complexas dimensões relacionadas ao contexto em que estão inseridos e que as memórias foram criadas e reconstruídas.

É importante mencionar que, por um período, na Idade Média, a biografia se separou da história, dando lugar à hagiografia, que consistia na descrição da vida de santos, na pretensão de oferecer aos leitores e ouvintes modelos de condutas, virtudes, caridade, castidade e fé (Schmidt, 2012). Ao longo dos séculos seguintes, a biografia, começa a ter relevância, assimilando-se as notoriedades nacionais numa perspectiva de aprimorar os fatos históricos, de modo que, na década de 1980, com a crítica de Pierre Bourdieu sobre a subjetividade das biografias históricas, surge um novo pensamento que se integrou nas aquisições da história social e cultural, proporcionando aos diferentes atores uma importância individual e distintiva (PRIORE, 2009). Não se tratou mais, portanto, de uma hagiografia, que consistia meramente em romantizar a vida de santos, sem problemas ou falhas. Ao contrário, passou-se a examinar os atores – célebres ou não – como sujeito, testemunhas, reflexos e reveladores de uma época.

A biografia, enquanto forma de relato, é influenciada por memórias coletivas, individuais e sociais, que são constantemente negociadas e processadas. E o resultado é um

processo de reconstrução do passado que ocorre com base em referências atuais, e não apenas como um ato de resgate de informações do passado. Silva (2015) destaca que as biografias são influenciadas pelo tempo e pelo espaço em que são produzidas, e são moldadas por relações particulares com esses elementos. Isso implica que as biografias não são relatos objetivos e imparciais do passado, mas sim construções que refletem perspectivas contemporâneas.

Priore (2009) ainda ressalva que a biografia ajudou historiadores a resolver problemas práticos, tornando-se uma abordagem valiosa utilizada para entender e abordar problemas específicos no campo da história. Mas, como temos observado, a biografia tem abrangido outros campos além da história, visto que pesquisadores na área da sociologia, antropologia e demais áreas de conhecimento fazem seu uso para elucidar fatos, empregando-a de forma interdisciplinar e, por isso mesmo, muito mais ampla e complexa.

Essas ponderações ajudam a contextualizar a problemática de nossa pesquisa, ao entender a biografia como ligada a abordagens subjetivas que envolvem a interpretação pessoal das experiências individuais de uma pessoa como um conjunto de eventos que baseiam sua vivência (Born, 2001). Essa trajetória é normalmente determinada pela frequência dos acontecimentos, sua duração e localização ao longo da vida da pessoa.

Silva (2009) defende que trajetória seja uma reconstrução individual, percebendo as relações individuais com diferentes espaços de tempo, apresentando aspectos do objeto de pesquisa, do escritor e do leitor. Para Velho (1994), aliás, as trajetórias dos indivíduos se tornam mais consistentes quando são delineados projetos com objetivos específicos, que podem variar em complexidade. A concretização desses projetos depende da interação e jogo com outros projetos individuais ou coletivos, bem como da natureza e dinâmica do campo de possibilidades existentes.

Nessa perspectiva, Morin (2002) pontua que os indivíduos têm influências próprias e desenvolvem objetivos diferentes ao longo da história, como felicidade, amor, bem-estar, conhecimento, poder, entre outros. Não vive apenas para si ou sociedade, mas para um todo. Portanto, as biografias podem retratar como essas finalidades individuais se manifestam na vida de uma pessoa específica, mostrando como ela busca realizar seus propósitos em uma sociedade.

A partir dessa ótica e sem respaldos na hagiografia, trabalhamos a biografia de Pe. Aloysio fazendo um cruzamento de sua trajetória com os acontecimentos ocorridos durante o desenvolvimento da região de Campo Mourão, na pretensão de entender o seu papel durante o período em que se desenvolviam os municípios e a expansão do catolicismo nessa região.

De acordo com informações levantadas pelo Pe. Henrique Perbeche (1918-2011) e obtidas junto à sede da Província Sul do CVD em Curitiba, Pe. Aloys Jacobi – grafia alemã de seu nome de batismo – nasceu aos 17 de novembro de 1904, na cidade de Struth (atual Rodeberg), na Alemanha. Struth era uma pequena cidade no estado de Turíngia: o quinto de nove filhos do casal Filip Jacobi e Maria Richardt Jacobi. Seu pai era carpinteiro e sua mãe, dona de casa. Ele completou a educação básica em sua cidade natal, apesar dos desafios impostos pela Primeira Guerra Mundial, em 1918.

A Alemanha vivia uma época extremamente desafiadora. As consequências da guerra foram avassaladoras, com estimativas de oito a nove milhões de mortos e trinta milhões de feridos. O país encontrava-se em ruínas, tanto política quanto economicamente, enfrentando grandes dificuldades. Para garantir a sobrevivência, a família Jacobi teve que trabalhar em fábricas e minas. Embora o pai, Filip Jacobi, tenha conseguido montar sua própria carpintaria, foi Pe. Aloysio quem assumiu as rédeas dos negócios após o pai ter quebrado o fêmur (Aguilar, 2010).

Figura 7 - Pe. Aloysio Jacobi



Fonte: Diocese de Campo Mourão, (s.d.).

Como mostra a figura 7, nosso biografado já ordenado padre, e que, desde menino, dizia sentir-se chamado para a vida religiosa, embora a situação familiar fosse desafiadora. Seu pai insistiu que aprendesse o ofício de carpinteiro, e Pe. Aloysio passou três anos dedicados a essa formação, obtendo seu diploma profissional. Embora tenha sido uma conquista, logo ficou claro

que não era o que queria. O chamado religioso continuou a ecoar. Sem se sentir realizado no ofício de carpinteiro, aos 26 anos, numa vocação tardia, ingressou no Seminário Menor da Gesellschaft des Göttlichen Wortes, a CVD, estudando por dois anos. De lá, seus superiores o mandaram para o Brasil com outros jovens.

Nessa ótica, a trajetória de vida de uma pessoa pode incluir momentos de desafios, crises, transformações e mudanças de direção, que moldam sua experiência e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Morin (2010) aponta que a abordagem histórica tradicional narra os acontecimentos ruidosos e tumultuados das batalhas, dos golpes de Estado e das ambições desenfreadas, acreditando revelar verdades. Somente mais tarde, com o uso de técnicas polidimensionais, a história começou a se tornar mais pensada para a compreensão detalhada e imersiva de culturas e sociedades específicas. Além disso, novas abordagens, como a trajetória de vida, demonstram uma compreensão mais complexa e abrangente dos eventos e fenômenos históricos.

Apesar do registro de estrangeiros demonstrado na figura abaixo, constar o ano de 1942, desde 1929, Pe. Aloysio já residia no Brasil, onde estudou e fez sua ordenação no ano de 1936.

Figura 8 - Registro de estrangeiros de Pe. Aloysio

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS N.º.....

NOME : LOYS JACOBI

Admitido em território nacional em caráter Permanente artigo 37

Nacionalidade: Alemã

Data do nascimento: 17.11.04 Estado civil:

Pai: Mãe:

Profissão: Sacerdote

Registro Geral N.º Carteira NSRE.7697 Curitiba.2.8.42

Residência:

Emprêgo:

Local: S. Paulo, 27 de dezembro de 1961.

[Assinatura]

Delegado Especializado de Estrangeiros

S. G. - S 61 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 162 - 60.000

Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Pe. Aloysio chegou em terras brasileiras no dia 7 de janeiro de 1929, acompanhado de outros seminaristas. Foram acolhidos no Instituto Missionário São Miguel, na cidade de Antônio Carlos (MG), onde aprenderam o português e se dedicaram aos estudos humanísticos.

Esse Instituto foi projetado devido ao surgimento de novas vocações da CVD no Brasil. Antes da inauguração do noviciado, os vocacionados tinham de dividir o espaço com os estudantes da Academia de Juiz de Fora, fato que se tornou inviável devido ao exíguo ambiente onde viviam. Ao receberem a proposta de doação de 20 alqueires de terra da família Andradas, não hesitaram em aceitar, pois como descreve Governan (1974, p. 119):

lugar de clima ótimo, numa altitude de mil metros. A dois km de Sítio, em direção leste, existe a histórica fazenda 'Borda do Campo', localidade ligada aos tempos dos bandeirantes paulistas, testemunhas autênticas de célebres acontecimentos históricos do país. Há mais de um século pertenceu ela à família Andradas, berço de homens de destaque na História e na política brasileira.

Mesmo sendo seminarista, Pe. Aloysio, teve que desempenhar suas habilidades de marceneiro, ajudando na conclusão de algumas obras do Instituto. Foi necessário se adaptar a uma nova cultura e língua, além de desempenhar diferentes papéis dentro da instituição missionária em que foi acolhido. É dentro desse cenário que fica evidente a complexidade de sua trajetória, que envolve a superação de obstáculos e a adaptação a diferentes situações. Segundo Velho (1994), é comum nas sociedades complexas a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo.

Pe. Aloysio foi transferido para Santo Amaro (SP) em 1931, mesmo ano da inauguração da nova casa onde fez o noviciado. A construção dessa nova casa se deu pela urgência do aumento do número de candidatos. Anos antes, em 1924, o conselho provincial havia adquirido um terreno de 36 mil m². Diante da precisão em ampliar as acomodações para receber mais noviciados e escolásticos, construíram um prédio de dois andares, aberto em 1931, sendo chamado de Seminário do Espírito Santo. Como não parava o aumento de alunos, foi necessário ampliar pouco a pouco o local, e mais uma vez, Pe. Aloysio fez uso do seu ofício de carpintaria para ajudar nas construções.

A propósito, Governan (1974) pontua que o dia 6 de dezembro de 1936 foi uma data histórica para o Seminário do Espírito Santo, com 32 anos de idade, Pe. Aloysio foi um dos 6 primeiros presbíteros a ser ordenado pelo arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar da Fonseca e Silva. Após sua ordenação, no fim do ano de 1937, retornou para seu país de origem – a Alemanha – para visitar seus pais, voltando dois meses depois.

Após regressar de lá, em fevereiro de 1938, foi designado como coadjutor do Pe. Agostinho Lattenkamp, na região de Pitanga (PR). Cumpre lembrar que Pitanga era distrito do município de Guarapuava, e que estava sob jurisdição eclesiástica de Ponta Grossa, onde

competia a CVD dar assistência religiosa. Ao criar a paróquia Sant'Ana em Pitanga, no ano de 1933, a nova paróquia foi desmembrada de Ponta Grossa e passou a fazer parte da prelazia de Foz do Iguaçu, juntamente com a região de Campo Mourão. Essas regiões ainda estavam em processo de formação, havia poucas estradas abertas e muitos caminhos eram apenas picadas, que em várias ocasiões foram abertas pelos próprios verbitas em suas missões.

Em 1939, o Pe. Lattenkamp adoeceu e precisou buscar tratamento médico no Rio de Janeiro. Com isso, a responsabilidade pela paróquia de Pitanga foi assumida pelo Pe. Aloysio (Governan, 1974). Ao continuar suas visitas feitas na vasta região que incluía Campo Mourão, em 1940, o Pe. Aloysio pediu uma visita do Monsenhor Manoel Koenner, que havia sido designado para Foz do Iguaçu desde 1939, como o segundo Prelado a administrar essa prelazia. Monsenhor Manoel Koenner, assim como nosso biografado, também era de origem alemã, e veio para o Brasil em 1923, como professor e reitor no Colégio Arnaldo Jansen em Juiz de Fora (MG). Em 1947 foi ordenado bispo da prelazia de Foz do Iguaçu e ficou conhecido como Bispo do Sertão, por fazer as visitas pastorais tanto de Jeep como a cavalo.

Figura 9 - Dom Manoel Koenner e Pe. Aloysio nas primeiras visitas na região de Campo Mourão



Fonte: Aguilar (2020)

Na ocasião da primeira visita do Monsenhor em Campo Mourão, também apareceu uma comissão da parte das autoridades de Guarapuava para definir o território de Campo Mourão, que teve sua demarcação feita em 1942. Pe. Aloysio foi nomeado como o primeiro vigário do novo território, e se mudou para o local no ano seguinte. Ele foi incumbido de construir a nova

paróquia e, em suas memórias, descreveu que chegou em extrema pobreza, sem mesmo os paramentos para celebrar a missa. Inicialmente, celebrou usando sua própria camisola e construiu um altar com sacrário, além de fazer uma cama, mesa e banquinho. Ao constituir a primeira comissão paroquial, tinha o objetivo inicial de construir uma nova matriz, objetivo que foi alcançado, e no dia 19 de março de 1944, celebrou a primeira missa com os paramentos que Dom Manoel Konner havia enviado.

Durante seus trabalhos missionários em Campo Mourão, Pe. Aloysio enfrentou situações difíceis. Em certa ocasião lhe foi negado abrigo e alimentação, sendo forçado a buscar ajuda junto a seu rival, o agrimensor Eugenio Zaleski. Apesar de suas diferenças e de um mal-entendido anterior na formação territorial de Campo Mourão, Zaleski acolheu-o por dois anos. Essas circunstâncias revelam a complexidade das relações humanas e a necessidade de lidar com fatos ambíguos e contraditórios. Isso destaca também a importância de uma abordagem holística e integrada ao analisar e compreender eventos e situações na vida cotidiana, considerando aspectos múltiplos entre eles. Nessa esfera, Morin (2002) aborda que a complexidade das relações interpessoais destaca a presença do outro como parte intrínseca da construção da identidade e do eu, o que resulta na importância do amor e da compreensão na relação com o outro.

Mesmo com esses contratempos, o padre alemão, prosseguia com suas incumbências em Campo Mourão. No ano de 1945, iniciou a construção da casa paroquial, e na mesma circunstância chega um pedido do Superior Provincial para deixar o município, e o manda voltar para Pitanga. Ele teria negado, dizendo “eu não obedecer esta ordem” (Perbeche, p. 14, s.d.). No fim do ano, o superior manda novas ordens para que fique em Campo Mourão, prometendo lhe mandar ajuda para as novas construções.

Nesse período, a colônia de Peabiru foi se desenvolvendo, marcada por diversas empresas de colonização e, para povoá-la, o governo intensificou o mecanismo estatal de atração de pessoas para a região, Pe. Aloysio chega a mencionar que o Governo tinha interesse que a nova colônia fosse núcleo do estado. A primeira missa da nova colônia foi celebrada no dia 28 de novembro de 1947 (Perbeche, s.d). No ano de 1948, na festa de São João Batista, o padre coloca o cruzeiro, marco do início do catolicismo e da fundação do novo município. O sucesso da iniciativa da formação de Peabiru foi bem considerável, afinal se tornou independente em 1951 e comarca em 1953. Logo solicitaram a presença de um vigário, e Pe. Aloysio foi transferido para iniciar a construção da nova paróquia. No entanto, durante esse período, ele sofreu um acidente de jipe que resultou em fraturas cujo tratamento foi realizado em São Paulo, retornando 4 meses depois.

Para cumprir sua nova missão, o padre da CVD devia atender 14 capelas que pertenciam à Peabiru. Assim como em Campo Mourão, iniciou a construção de uma nova igreja e casa paroquial, adquirindo novos móveis e paramentos litúrgicos, conseguindo mediante a festas religiosas e doações. De acordo com Perbeche (s.d.), durante suas viagens para seu país de origem, ele sempre conseguiu ajuda para seus trabalhos.

Dentre os locais que Pe. Aloysio atendia, estava a capela do distrito de Engenheiro Beltrão, no qual ele celebrou, em 1945, a primeira missa (Perbeche, s.d). Nesse mesmo ano teve início a reocupação dessa região, que se deu com o *boom* da lavoura cafeeira. Uma empresa privada, a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., fundada em 1947 pela família Beltrão, ligada ao governo do Estado, foi responsável pela colonização de terras que daria origem ao novo município. Teria utilizado as mesmas técnicas de “colonização” utilizadas por outras empresas e pelo Estado, como a construção de estradas nos espigões e divisão de lotes para garantir acesso à estrada e água (Carvalho, 2007).

A partir de 1952 foram organizadas as atividades religiosas no distrito e a realização de sacramentos para as famílias locais que, dez anos mais tarde, em 1962, seria criada a nova paróquia (Aguilar, 2020). Antes, em 1954, Engenheiro Beltrão foi elevado a município, e recebia assistência religiosa dos padres de Peabiru. Após atuar por 10 anos em Peabiru, e com a fundação da nova paróquia, Pe. Aloysio foi transferido para Engenheiro Beltrão, onde mais uma vez iniciou a construção de uma nova paróquia, onde continuou a servir até o momento de seu falecimento, no dia 21 de setembro de 1974, acometido por insuficiência e pneumonia.

Figura 10 - Homenagem em frente à Catedral São José de Campo Mourão



Fonte: Ricardo (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2024)

Dos três municípios onde o Pe. Aloysio atuou como pároco – Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão – sua contribuição ficou registrada e reconhecida com homenagens e

monumentos. Como podemos constatar na figura 10, em frente à Catedral São José da diocese de Campo Mourão, foi atualmente colocada uma estátua de bronze em sua homenagem, acompanhado por um cavalo, representando um dos seus meios de transporte, durante as visitas pastorais que realizava na região.

2.3.2 Aspectos religiosos da vida de Pe. Aloysio

Os aspectos religiosos de uma pessoa podem ser diversificados inerentes de sua subjetividade, crenças e práticas religiosas. Nesse pressuposto que analisamos os aspectos religiosos de Pe. Aloysio, visto que, durante sua trajetória, difundia o catolicismo na região de Campo Mourão.

Como líder religioso, Pe. Aloysio não se limitava apenas à construção de templos. Sua visão ia, além disso, buscando incorporar os princípios da religião católica na vida das pessoas. Parece que o biografado compartilhava da ideia descrita por Chauí (2000) sobre o cristianismo, que, na sua avaliação, busca amplificar a mensagem religiosa para além das fronteiras, convertendo os não-cristãos e fazendo com que a fé católica fosse mais amplamente aceita e praticada.

Tanto que uma das primeiras ações que tomava ao chegar em um novo local era formar uma comissão de festa, visando a realização das comemorações alusivas ao padroeiro do município com novenas, como ele mesmo relata nas primeiras páginas do LTPSJ/Campo Mourão (1943, p. 1): “Meu 1º serviço foi fazer altar, e de noite fazer novenas na preparação da festa de São José. A festa de São José foi no dia 19 de março feita pelos seguintes festeiros e festeiras”. Ao longo da história, é possível observar que muitos dos primeiros núcleos formados no Paraná foram desenvolvidos com forte ligação às práticas religiosas, festas e cultos, de modo que uma das primeiras ações dos novos povoamentos era estabelecer um local dedicado aos cultos religiosos.

Desde as primeiras civilizações conhecidas, aspectos culturais e sociais têm desempenhado um papel fundamental na organização das sociedades. Morin (2002) descreve esse aspecto como um estado poético, em que a pessoa experimenta sensações de alegria, prazer, comunhão, encantamento e exaltação, sentindo-se conectada com algo maior do que si mesma. O estado poético é muitas vezes associado à busca de significado, transcendência e conexão com o sagrado, alcançado por meio de diversas formas, como a participação em rituais e cerimônias religiosas. Esses aspectos desempenham funções múltiplas nas sociedades, como

a coesão social, a transmissão de valores e tradições, a expressão de identidades culturais e a busca de sentido e propósito na vida.

Em várias situações Pe. Aloysio enfrentou desafios ao administrar comunidades paroquiais em regiões remotas, fazendo viagens a pé ou a cavalo por matas fechadas, enfrentando as dificuldades do sertão para ministrar os sacramentos e as festas religiosas solicitadas pelos moradores (Veiga, 1999). Essas práticas religiosas eram uma forma de fortalecer a identidade étnica, cultural, regional ou social dos moradores, estabelecendo laços de solidariedade e comunhão com outros membros do grupo. Velho (1994) destaca que as experiências sociais devem ser compreendidas não só como as variáveis externas ao fenômeno religioso propriamente dito, mas também aquelas que definem e demarcam a religião em si mesma como experiência sociocultural e produtora de significados.

Em outro episódio, o padre alemão foi atingido por um coice de cavalo, o que o deixou de cama por um mês e posteriormente desenvolveu pneumonia. Mesmo doente continuou a administrar os sacramentos do batismo e casamento para aqueles que o solicitavam. Chegavam até lhe atribuir milagres quando havia uma criança doente e por ele era batizado. Aliás, quando o assunto era batizado, o verbita chegou a criar polêmicas. Dependendo do nome da criança, ele trocava, argumentando que era necessário o primeiro nome ser de santo (Aguilar, 2010). Em sociedades complexas, as práticas religiosas muitas vezes passam por transformações e são influenciadas devido à diversidade de crenças, valores e tradições presentes na sociedade (Velho, 1994). Nesse contexto, a escolha de nomes de crianças durante o batismo pode ser um exemplo de como as práticas religiosas são influenciadas por fatores culturais, sociais e históricos.

Perbeche (s.d.), relata que inicialmente na região de Mamborê Pe. Aloysio encontrou situações adversas ao catolicismo. Um pai trocou a filha por uma vaca, algumas pessoas chegavam bêbedas na missa de casamento, dizendo “querer sufocar Jesus na cachaça”, casos de bigamia, ameaças de morte ao padre. Em outra localidade, chamada de Tatete, entraram na casa que estava hospedado e o obrigaram a fazer confissão. Foram contratempus que o padre alemão enfrentou, mas podemos sugerir que não o assustavam, visto que, segundo Aguilar (2010), Pe. Aloysio relatava os horrores da Primeira Guerra Mundial, onde viu uma moça ser abusada por oito soldados.

Sua atuação ia além da edificação de estruturas físicas. Pe. Aloysio, buscava padres de outras congregações para fazer missões nas paróquias que atuava, em busca de novos adeptos ao catolicismo. No LTPSB/Peabiru (1953) ele menciona que os padres capuchinhos vieram fazer missões na paróquia de Peabiru, cujo resultado teria sido satisfatório, já que 15

protestantes – notadamente, luteranos – passaram a professar a religião católica. Nessa dinâmica de expansão do catolicismo, o padre carregava consigo os desígnios do sagrado e os transmitia para o cotidiano das pessoas, buscando integrar a fé da Igreja de Roma à vida das pessoas simples nesse canto do Brasil.

Um dos aspectos religiosos de Pe. Aloysio era sua idiossincrasia como líder. Tanto que no desenvolvimento da diocese de Campo Mourão, Dom Inácio Krause – que havia sido nomeado, em 1958, administrador da prelazia de Foz do Iguaçu, e designado a organizar a diocese de Campo Mourão – administrava provisoriamente e remotamente a nova diocese, nomeou Pe. Aloysio como Vigário Geral que, como consta no LTPSJB/Peabiru, (p. 53), naquele momento de vacância fazia vezes de um bispo. No exercício pleno desse múnus de quase-bispo, era ele quem autorizava, por exemplo, que os padres da neodiocese ministrassem o batismo a protestantes alemães que se convertessem à fé católica, como no caso do ex-luterano Mario Adolfo Freitag, por meio do que chamou de “Provisão de Recepção no Grêmio da Igreja Católica” (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1959).

Pe. Aloysio expressou sua crítica quando percebia desrespeito às crenças católicas, como evidenciado em seus manuscritos no LTPSJB/Peabiru. Nas anotações ele demonstrava incômodo com a prática de jogar futebol durante as cerimônias e procissão do Domingo de Ramos, atribuindo isso desrespeito. Em alguns momentos ele também se mostrava antagônico em relação a outras religiões, como quando ressaltou que, durante o desfile da festa de aniversário de Cianorte, um pastor protestante chamado Abel se destacou mais do que a missa campal que ele celebrava. Velho (1994) pontua que nenhuma sociedade é culturalmente monolítica, ou seja, todas apresentam diferentes planos e dimensões construídos de forma singular de acordo com sua realidade.

Nosso biografado tornou-se conhecido por suas ações, já que era mais de ações concretas do que de muitas palavras. Durante o tempo em que atuou na região de Campo Mourão ele desenvolveu diversas atividades pastorais, tais como o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas, grupos de catequistas, promoção vocacional, Cursilho de Cristandade, Movimento Familiar Cristão, TLC, Missões Populares, escolas, reuniões, encontros e cursos de religião, além de formar e capacitar ministros da Eucaristia (Perbeche s.d.).

Chauí (2000) destaca que a religião pode ser culturalmente uma força que agrega os seres humanos, organizando o espaço e o tempo. Por essa razão, as pessoas buscam garantir que essa conexão e organização se mantenham e sejam sempre propícias. A autora ainda ressalta que os limites espaciais e temporais são elementos que influenciam a forma como a dimensão religiosa de uma sociedade é vivenciada e expressa, especialmente no contexto

religioso. Esses limites, tanto geográficos quanto temporais, contribuem para a configuração do perfil de uma situação social. Das atividades que desenvolveu no decorrer de quatro décadas, parece ter se dedicado a formar os leigos, como relata Aguilar (2010, p. 116).

Ele estava envolvido em várias frentes de trabalho, como a Caritas, buscando promover a vida espiritual e religiosa das pessoas, através do ensino, da formação e do engajamento nas atividades da comunidade. Mesmo não sendo conhecido por feitos extraordinários, tinha uma abordagem prática e efetiva em seu ministério, utilizando-se das oportunidades e recursos disponíveis para desempenhar sua função pastoral.

Pe. Aloysio dizia que a nossa interdependência era crucial e ilustrava isso com a metáfora do trapézio, onde cabe a cada indivíduo oferecer sua mão ao outro para alcançar o topo. Ele enfatizava a importância de cada um cumprir seu papel e deixar o mundo seguir seu curso. Quem o conheceu conta que apesar de sua sisudez ele tinha seus momentos de poeta, de apoio e gosto das festas religiosas. A cerveja, o pão e a linguiça estavam entre suas preferências (Aguilar, 2010). E chegou a influenciar vocações, como aconteceu com o Pe. Aroldo Mendes dos Santos, que era morador em Mamborê. Pe. Aloysio o levou a seguir o caminho sacerdotal, tanto, que se tornou padre no ano de 1956, em Santo Amaro – SP (TR Notícias, s.d.), mesmo local de sua ordenação no ano de 1938.

Figura 11 - Pe. Aloysio ao lado do recém ordenado Pe. Aroldo Mendes dos Santos, em sua primeira missa em Mamborê



Fonte: TR notícias (s.d.)

O legado do Pe. Aloysio é marcado por sua atuação em diversas frentes, desde religiosa, até do ensino, formação e envolvimento comunitário. Nessas atuações, ele se com figuras

políticas, que em algumas ocasiões eram harmoniosos e em outras conflitantes, evidenciando as relações de poder entre Igreja e Estado.

3 PE. ALOYSIO: ATUAÇÃO E DISPUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS

A interligação entre a Igreja Católica e os Estados, trazem em suas histórias vultuosas questões de disputa de poder. Nessa perspectiva que trazemos nesta seção como Pe. Aloysio se relacionava com figuras públicas da época, clérigos e leigos em uma região que se encontrava em expansão territorial, econômica e social.

Pe. Aloysio por vezes se envolvia em certas situações motivado por questões morais, sociais e políticas. O padre verbita era figura controversa e tinha uma estreita relação com o campo da política, desenvolvendo ações que colocam em contato as instituições da Igreja e do Estado. Negociação de terrenos, construção de escolas e eventos socioreligiosos, ao lado de criação de capelas e paróquias, formam alguns dos campos de entrecruzamento entre a ação do clérigo e as comunidades de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, principais locais de sua atuação. Procuraremos desenvolver nesse capítulo, dois movimentos problematizadores da trajetória do padre, a saber, as alianças e disputas com membros da hierarquia, leigos e agentes públicos, e sua atuação socioeducacional na região. Atas, circulares e livros tombos dão indícios dessas atuações nas relações sociais.

3.1 Alianças e disputas com a hierarquia, leigos e agentes públicos

A atuação da Igreja Católica e sua relação com o Estado são temas complexos e amplamente discutidos pela academia. Durante a célere construção de imponentes templos católicos entre a década de 1940 e 1970 podemos inquirir, disputas pelo poder religioso e secular, envolvendo Pe. Aloysio e grupos políticos locais, com quem criava tanto alianças, como disputas de poder.

Morin (2020, p. 11) traz o fato que “nosso universo é um jogo múltiplo de ordem e desordem”. Assim também observamos entre política e religião, que por vezes estão em uma relação ordenada na busca de um mesmo objetivo, e em outros momentos estão em desordem, com objetivos opostos, refletindo a complexidade da relação entre ambas. Mas religião e política, por mais que tentem se desprender, em um certo momento ocorre um novo imbricamento. Esse relacionamento é por vezes desarmonioso visto que ambos buscam o poder. Pe. Aloysio chega na região de Campo Mourão, quando municípios ainda eram criados. Nesse cenário de novas formações, onde as terras estavam sendo ocupadas, a política estava sendo estruturada, igrejas e escolas se organizando, o padre buscava estabelecer alianças com algumas

figuras públicas, com o propósito de receber benefícios estatais e, ao mesmo tempo, o que não faltou foram relações de disputa poder.

3.1.1 Criação de paróquias e a formação da diocese de Campo Mourão

Dentro das estruturas hierárquicas da Igreja Católica, uma paróquia pode ser definida como uma unidade administrativa, representada pela presença eclesial em um território específico, congregando fiéis cristãos, sob a liderança de um ministro ordenado. Trata-se de uma subdivisão geográfica dentro de divisão mais ampla: uma diocese. Uma diocese, abrange uma área territorial, colocada sob os cuidados episcopais, reflete uma interligação entre religião e território. Isso contribui para afirmar a identidade religiosa, que explora a dimensão política do sagrado, criando estratégias de ação de poder. Nesse contexto, assume um papel central na vida religiosa e social de seus membros, exercendo influência significativa na tessitura do tecido comunitário religioso (Azevedo, 1993).

Sendo assim, a formação de uma paróquia se vincula à presença de comunidades católicas locais, ao crescimento populacional e às necessidades e busca de assistência espiritual. Como afirma Rosendahl (2008, p. 69), “efetivamente, no curso natural da gênese e evolução das cidades, o papel desempenhado pela religião foi essencial”. Isso evidencia a relevância da religião, pois, quando uma nova localidade surgia, a presença do sagrado contribuía, de alguma maneira, para o fortalecimento das transformações e do desenvolvimento dessa comunidade em formação.

Quando uma nova Paróquia nasce, a presença de um líder espiritual é essencial: função que, geralmente, é assumida por um vigário ou um pároco, responsável por coordenar as atividades necessárias à estruturação e à consolidação da comunidade. Como salienta Rosendahl (2018), o pároco, em conjunto com outros agentes religiosos, desempenha um papel de preponderância na organização da vida religiosa, garantindo a transmissão do sagrado e, por conseguinte, a estabilidade da instituição religiosa que representa. Nesse mesmo contexto, que Pe. Aloysio foi designado como vigário paroquial e desempenhou um extenso trabalho na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. Incumbido de administrar e construir três paróquias que, mais tarde, pertenceriam à diocese de Campo Mourão – a Paróquia São José de Campo Mourão, a Paróquia São João Batista de Peabiru e a Paróquia Nossa Senhora das Graças de Engenheiro Beltrão – além de seu envolvimento na construção de diversas outras paróquias e capelas dentro dessa mesma diocese.

Nesse contexto, as visitas religiosas em Campo Mourão eram todas conduzidas pelos padres da CVD, vindos do município de Pitanga (PR), que fazia parte da Prelazia de Foz do Iguaçu desde 1934, conforme registrado por Carlos e Kill (1945). Com o crescimento da região na década de 1940, o território de Campo Mourão foi demarcado em 1942 e, conseqüentemente, foi fundada a Paróquia São José, como documentado no LTPSJ/Campo Mourão (1943, p.1): “no dia 2 de Dezembro de 1942 do Prelado, Administrador Apostólico de Foz do Iguassu. ‘Peça Jacobi organizar Paróquia Campo Mourão Humberto substituirá Jacobi mais tarde capelão Campo – M. Manoel’”. A origem da Paróquia São José deu-se a partir do pedido do monsenhor Manoel Koenner, que designou o Pe. Aloysio para ser vigário da recém-formada paróquia e supervisionar a construção do templo. Segundo Weber (2021), a historiografia local, traz recorrentes afirmações, que o estabelecimento de uma igreja, juntamente com outras instituições, simbolizava e promovia o progresso da região de Campo Mourão. Dessa forma, a formação de uma igreja era considerada um elemento crucial no desenvolvimento de uma nova localidade.

Nessa empreitada de estabelecer uma nova paróquia, o sacerdote fixou residência no recém-criado município, em 5 de março de 1943. Posteriormente, em 5 de setembro do mesmo ano, ocorreu o lançamento da pedra fundamental – um gesto simbólico marcado pela colocação de um tijolo ou pedra no início da construção. Esse evento se deu na presença de autoridades locais e membros da comunidade, durante o qual foi lida a ata de fundação e depositada junto ao marco inicial em uma cápsula do tempo, com a inscrição latina “ad perpetuum rei memoriam”, que significa, em tradução livre, “para a memória perpétua” (SDP, s.d.).

Nesse cenário, podemos observar que os padres da CVD demonstravam uma preocupação, que nos parece genuína, em registrar as memórias de seus trabalhos, como evidenciado pelo escrito deixado pelo próprio Pe. Aloysio, num documento autobiográfico intitulado “Minhas Lembranças de Minha Vida Missionária em Campo Mourão” (Perbeche, s.d., p. 7). Essa narrativa nos remete aos estudos de Silva (2009), que destacam que a memória não apenas pode ser utilizada para perpetuar mitos, mas também pode assumir uma natureza que preserva e transforma características, possibilitando a presença do passado no presente. Ela atua em níveis tanto individuais quanto coletivos, moldando experiências vividas e atribuindo significados aos processos de construção de identidades e diferenças, na compreensão do “eu” e do “outro”, e na concepção de “nós” e “eles”.

É nesse emaranhado de relatos e memórias, que Pe. Aloysio sempre ressaltava que o início foi difícil: “O começo foi pessemo. Achei uma capela não acabada [...]. Não tinha altar e nada na capela, na sacristia também nada” (Perbeche, s.d, p. 12). Nem os paramentos tinham

para as celebrações, e foi monsenhor Manoel Koenner que se encarregou de fornecer os primeiros paramentos (Perbeche, s.d.). Como de praxe, para iniciar a nova paróquia, Pe. Aloysio formou a primeira comissão administrativa, chamada, por vezes de conselho de fábrica, cuja função era organizar festas e combinar compra de materiais necessários, ajudando, portanto, na administração de uma nova edificação.

Juntamente com o conselho de fábrica e voluntários, o padre empreendeu a árdua tarefa de extrair da mata a madeira necessária para iniciar a construção da paróquia, intercalando seus trabalhos pastorais com os de carpintaria (Perbeche, s.d.). Como mostra a figura abaixo, a primeira capela foi sendo construída pelos próprios moradores que chegavam à região de Campo Mourão.

Figura 12 - Primeira Paróquia de Campo Mourão



Fonte: Diocese de Campo Mourão (2020)

Um episódio peculiar que merece ser mencionado ocorreu quando o Sr. Luiz Losso, residente em Guarapuava, havia prometido ao sacerdote uma doação de CR\$25.000,00 em madeira para a construção da nova igreja, porém acabou por mudar de religião e destinou sua

doação para a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Contudo, essa reviravolta não abalou a determinação de estabelecer a nova igreja, pois os próprios membros da comissão decidiram contribuir com doações em dinheiro para a compra de madeira. Registros preservados em Peabiru incluem uma lista de pedidos de madeira ao Sr. Luiz Losso para a construção da Paróquia de São José, acompanhada por um recibo selado que declara: “Recebi o valor real desta nota que é de 2:065:500 dois contos e sessenta e cinco mil e quinhentos réis. Campo Mourão, 7[...] de 1942” (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1942).

O trabalho árduo realizado nos primórdios da nova paróquia, e o progresso dessa construção foi tão notável que o padre relata que já no Natal de 1943 a igreja estava erguida (LTPSJ/Campo Mourão, 1943). A edificação de um prédio da igreja no centro da cidade ressalta a importância dos elementos religiosos e recreativos na vida da comunidade. Esse empreendimento visava, portanto, a unir os principais poderes locais, incluindo o executivo, o legislativo, o econômico, o educacional – que são dimensões do Estado – e o religioso (Weber, 2021).

No ano seguinte, em 1944, a festividade de São José, celebrada pela Igreja Católica no dia 19 de março, já pôde ser comemorada na recém-construída matriz, embora com um altar improvisado, e o templo ainda estivesse sem portas e janelas. A cerimônia de inauguração estava programada para o dia 7 de setembro de 1944, porém, as autoridades eclesiais não puderam realizar o evento naquela data. Somente no ano seguinte, em 1945, durante uma visita do Monsenhor Koenner, a benção de inauguração foi realizada, porém, a data de 7 de setembro ficou marcada. A partir de então, a paróquia celebrava duas festas distintas: a do dia 19 de março, em honra ao padroeiro São José, e a do dia 7 de setembro, em celebração à inauguração da nova paróquia.

A formação de uma paróquia, segundo Rosendahl (2018), possui uma relevância simbólica muito significativa na vida de seus membros. Mais do que apenas um espaço físico para encontros religiosos, uma paróquia pode representar, para seus paroquianos, um local rico de significado, no qual eles podem se engajar em questões centrais e fundamentais do cotidiano de cada indivíduo. Torna-se, pois, um ponto de referência e unidade para os habitantes locais, proporcionando um sentido de pertença à comunidade.

Nessa perspectiva, a paróquia de Campo Mourão foi, progressivamente, se estabelecendo como tal, contando, para isso, com uma significativa colaboração da população local, de modo que, no ano de 1949, dois sinos foram enviados de Curitiba e a torre foi reforçada para sua instalação. Em 1950, foi solicitada a instalação de eletricidade na igreja, e por

intermédio do prefeito Pedro Viriato de Souza, a inauguração ocorreu na presença do Governador Moyses Lupion, em 17 de agosto de 1950 (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

No ano de 1952, Pe. João Asmann chegou como coadjutor à Paróquia São José. Em novembro de 1953, Pe. Aloysio foi transferido para Peabiru, e aparentemente lamentou essa mudança, conforme seus relatos: “Deixando assim em novembro de 1953 meu Campo Mourão, para o qual tanto havia dedicado. Mas meu amor” (Perbeche, s.d., p. 19). Pe. João Asmann assumiu, então, o posto de vigário em Campo Mourão.

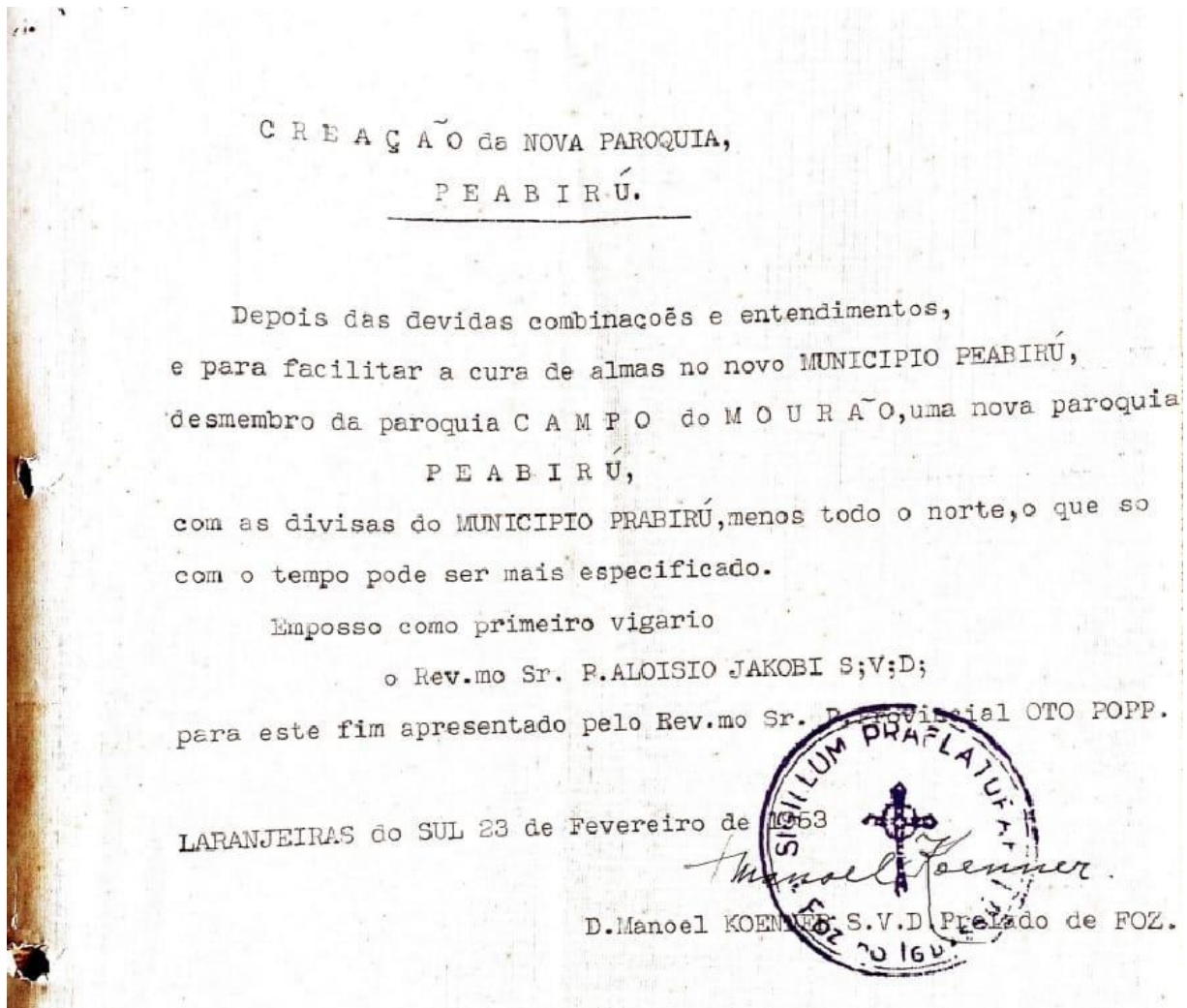
A criação de uma nova paróquia na região de Campo Mourão denota, entre outras coisas, uma expansão territorial e religiosa da localidade, como destacado por Rosendahl (2018). Dessa maneira, com o aumento populacional, surge uma demanda crescente por espaços para prática religiosa e celebração espiritual. A formação de novas paróquias ou a restauração de igrejas antigas pode ser vista como uma resposta a tal evidente demanda, já que a igreja é encarada pelos fiéis como um espaço sagrado que perdura como símbolo da presença do divino. Esse aumento populacional, na década de 1950, resultou na multiplicação das capelas rurais e distritais para celebrações religiosas as quais ficaram sob responsabilidade da paróquia São José. E nesse ensejo, que inicia a cogitação da formação de uma nova diocese, a diocese de Campo Mourão.

Dessas formações de novas paróquias que se insere a formação da paróquia São João Batista em Peabiru, que chegou a ser cogitada como sede diocesana. Importa lembrar que, antes mesmo de assumir como vigário do novo município, Pe. Aloysio já havia realizado visitas desde o ano de 1947. Há registros, por exemplo, de uma dessas visitas em 31 de maio de 1947, quando ele foi convidado pelo Sr. Simão Moreira para celebrar uma missa e um batismo em sua residência no então povoado de Peabiru. Tal ocasião ficou marcada como a primeira celebração da missa em Peabiru, com a presença de muitas pessoas proeminentes da localidade (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Em 24 de junho de 1948, foi realizada pela primeira vez a festa de São João Batista, que perdura como tradição anual ininterrupta até hoje. É do sucesso da festa que se deu a escolha do padroeiro, após sugestão do senhor Delmiro Portela, que já tinha essa devoção quando morava em Prudentópolis. Durante a festa, foi erguido um Cruzeiro e realizada uma missa campal no local onde seria construída a primeira Capela (LTPSJB/Peabiru, 1953). Dessa celebração, podem-se evocar as postulações de Rosendahl (1995), que defende que o homem busca conexão com o sagrado por meio de formas simbólicas que se relacionam com o espaço. Assim, ao construir uma nova casa de culto, os grupos religiosos passam pela experiência de crescimento e consolidação, refletindo a importância do espaço sagrado na vida. Nesse contexto

de consolidação de um espaço religioso, em 20 de setembro de 1951, foi apresentada ao Pe. Aloysio uma cópia da ata da primeira comissão da capela de Peabiru. Apesar de as missas já serem celebradas desde 1947 em casas de fiéis, em 1951, finalmente, conseguiram construir sua primeira capela de madeira. Com a emancipação de Peabiru em 14 de dezembro de 1951, dois anos depois, em 23 de fevereiro de 1953, Dom Manoel Konner, administrador apostólico da Prelazia de Foz de Iguaçu, enviou uma carta anunciando a criação da Paróquia de Peabiru: “Depois das devidas combinações e entendimentos, e para facilitar a cura de almas no novo MUNICIPIO PEABIRÚ, desmembro da paróquia CAMPO MOURÃO, estabelece-se uma nova paróquia PEABIRÚ” (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1953). Como observado na figura abaixo:

Figura 13 - Ata de criação da paróquia de Peabiru



Fonte: Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru (1953)

No ano de 1954, realizou-se uma festa para arrecadar fundos destinados à construção da casa paroquial e da Igreja Católica de Peabiru em alvenaria. O projeto para essa construção foi trazido da Alemanha pelo Pe. Aloysio e apresentava uma planta de uma imponente estrutura, com estilo semigótico. Já em 1955, deram-se os primeiros passos rumo à construção da bela igreja em alvenaria. Foi necessário, para isso, abrir um local para coleta de pedras a serem utilizadas na obra. Inicialmente, o Sr. Vinicius Vecchi, voluntariamente, iniciou os carregamentos de pedras com seu caminhão, seguido pelo Sr. Valdelino Dalle Laste e José Custódio. Para obter mais ajuda, aproveitando-se do feriado de 15 de novembro, foi proposta a festa dos motoristas em prol da construção da igreja. Os motoristas eram incentivados a convidar a população em geral para participar da missa às 6 horas da manhã. Após a celebração eucarística, realizava-se a bênção dos motoristas, e cada um deles era convidado a fazer uma ou duas viagens de pedras para a nova matriz (LTPSJB/Peabiru, 1953).

Durante o restante do ano, o projeto prosseguiu com êxito, com os caminhões transportando pedras ao final da missa. No total, conseguiram transportar 300 m³ de pedras, sem custo nenhum para a igreja (LTPSB/Peabiru, 1953). Segundo Rocha e Silva (2022), Pe. Aloysio costumava fazer anúncios após a missa, convocando, ou melhor, praticamente obrigando que os fiéis ajudassem a transportar as pedras. Homens, mulheres e crianças se envolviam nos trabalhos. Para as crianças, esse ambiente acabava se tornando um local promissor de brincadeiras entre os montes de pedras e areia, porém, vale lembrar, o religioso não tolerava a brincadeira e repelia a criançada, até mesmo, à base de estilingadas.

E no ano de 1956, em preparação à festa do padroeiro São João Batista, uma novena foi organizada para marcar a colocação da pedra fundamental da nova matriz em alvenaria. Essa reza teve início em 15 de junho e contou com a participação de muitos paroquianos. Com o intuito de envolver toda a comunidade, pessoas de diversos setores do município foram convidadas a participar das novenas:

E seguiu nessa ordem fazendo as Novenas:

1^a as professoras e as Crianças do grupo

2^a as indústrias e seus Operários

3^a os Comerciantes e seus empregados

4^a os fazendeiros, sitiantes e seus auxiliares

6^a as filhas de Maria e as moças em geral

7^a apostolado e as senhoras

8^a os motoristas e mecânicos

9^a as autoridades, acadêmicos e funcionários públicos (LTPSJB/ Peabiru, 1953, p. 24).

O objetivo dessa novena era reunir vários setores do município, destacando a importância da participação de todos os que ajudaram para a formação da nova paróquia. De acordo com Rosendhal (2018, p. 307), o “pároco, juntamente com outros agentes religiosos, organiza a vida religiosa, assegura a permanência do sagrado e, conseqüentemente, a estabilidade da instituição religiosa”. Sob essa perspectiva, observamos que o sacerdote, em colaboração com outros agentes religiosos, coordenou e estruturou a construção da paróquia de Peabiru.

No dia 24 de junho de 1956, uma missa foi celebrada por Dom Manoel Koenner e, em seguida, colocada a pedra fundamental, conforme se lê na seguinte ata:

Ata da pedra fundamental da Igreja Matriz São João Batista Peabiru; Prelazia Foz do Iguassu; Estado do Paraná - no dia 24 de junho de 1956 na era depois do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, seja o Exmo. Revmo. Dom Manoel Konner S.V.D. Bispo da Mitra prelado e administrador apostólico da Prelazia Foz do Iguassu seja o Revmo. Sr. P. Aloysio Jacobi S.V.D., D.D. Vigário da Paróquia São João Batista de Peabiru, seja Sr. Juscelino Kubitschek D.D O presidente da República do Brasil seja Sr. Moisés Lupion D.D. Governador do Paraná, Sr. Sílvio Lopes D.D. Prefeito do município de Peabiru; Sr. Jorge Andreanetti D.D. Juiz de Direito da Comarca de Peabiru, foi colocada a pedra fundamental da nossa Matriz de Peabiru na presença de D.D. Exmo. Sr. Dom Manoel Koenner, Bispo. Do Revmo. Sr. Vigário P. Aloysio Jacobi S.V.D. do Exmo. Sr. Prefeito e Sr. D.D. Juiz de Direito e na presença da comissão da Igreja, na presença dos vereadores da câmara e outras autoridades civil, e na presença de muitíssimo povo, asseguram o Exmo Sr. Dom Manoel seu vigário o D.D. Prefeito. D.D. Juiz de Direito. Os vereadores José Gatti, Silvio Barros, Comissão - Vinicio Vecchi, Vandelino Dalle Laste (LTPSJB/ Peabiru, 1953, p. 24-25).

É perceptível, que a Igreja e o Estado frequentemente se envolvem em busca de benefícios mútuos. Isso é evidenciado em um anteprojeto de lei apresentado pela Câmara Municipal de Peabiru, que propunha a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$60.000,00 na tesouraria da Prefeitura Municipal. O objetivo era viabilizar crédito para a Igreja adquirir uma janela a ser instalada na nova matriz em construção. O vitral foi posteriormente adornado com uma placa que exibia os dizeres: “Oferta da Câmara Municipal de Peabiru.” O anteprojeto foi aprovado pela Câmara Municipal de Peabiru em 27 de maio de 1959, destacando assim o papel ativo tanto da Igreja quanto do Estado na promoção de ações de interesse mútuo.

Durante a formação da nova paróquia no município de Peabiru, Pe. Aloysio, também desenvolvia um protagonismo relevante para formação da diocese de Campo Mourão. Pois, como observado, desde o século XX, a Igreja Católica viabilizava como forma de poder a égide de novas dioceses. No Paraná, isso se deu atrelado ao aumento populacional, sobretudo quando

da formação de novos municípios, paróquias e, a *posteriori*, a necessidade da criação de dioceses.

Essa necessidade, é afirmada por Fedaldo (2014), no ano de 1957, durante uma reunião com bispos do Paraná, o Núncio Apostólico da época, Dom Armando Lombardi, comunicou a necessidade reconhecida pela Santa Sé de extinguir as Prelazias de Palmas e Foz do Iguaçu. Além disso, foi sugerido que se iniciasse o processo de criação de novas dioceses. O Prelado de Foz do Iguaçu não deu início imediato ao processo. Primeiramente, Dom Inácio Krause, Administrador Apostólico da Prelazia de Foz do Iguaçu, consultou presbíteros, autoridades civis e líderes católicos das paróquias e, em seguida, preparou o processo, que foi enviado à Santa Sé. Podemos atribuir a esse fato, em parte, o relatório escrito por Pe. Aloysio em 01 de maio de 1957:

Relatorio de Peabiru!

Feito pelo seu Vigario Pe. Aloysio Jacobi S.V.D., dando vantagem a escolhada nova sede de futuro bispado!

Eu, relator sou um padre, que conhece e trabalho neste zona deste de 1938. todo o territorio planejado come futuro bispado, foija objeto das minhas viagens pastoraês De 1934 até 1943 foi este territorio a paroquia Sant' Ana Pitanga e aqui durante os anos 1938 até 1943 fui eu e Padre viajando deste paroquia visidando 3 vezes por ano esta zona. No ano 1943 fundei a nova paroquia São José Campo Mourão e assim de nove pertenceu 3/4 deste territorio ao Campo Mourão até 1953. Neste ano fundei a atual paroquia São João Bitista Peabiru; ao qual pertenceu nestes tempos as atuaes parouquias Rondo, Cruzeiro do Sul, Jussara Cianorte, Araruna. Conforme minha convicção tem de ser a sede episcopal Campos Mourão ou Peabiru. O ponto mais central é Campo Mourão. É a cidade mais velha fundada 1940 e é mais progresista. É o ponto central das estradas [...]. Está em construção uma grande igreja de material no Campo Mourão e uma no Peabiru. Temos colégio para curso primario Temis 2 hospitaes no Compo Mourão e um em Peabiru. Está funcionando escola normal e gynasio estatual no Campo Mourão e em Peabiru. A cidade de Peabiru esta 17 km distancia de Campo Mourão; com boa ligação. A cidade tem mais e meno 6000 até 7000 habitantes com 1200 boas casas, Ela esta um pouco minor de Campo Mourão. A vantagem que Peabiru pode dar, é que a prefeitura e a Camara legiativa oferece e dar legitima um quarterão 100mX110 meter, situado só um quarteirão distancia do quarteirão da matriz dúm lado e do outro lado da praça publica ja formada. É uma posição optima. E ainda a prefeitura oferece uma Chaccara para construção dum seminário (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1957).

No relatório escrito por Pe. Aloysio, ele expressa sua preferência por Campo Mourão ou Peabiru como sede episcopal. Baseando-se em seu conhecimento da região desde 1938, ele destaca, com entusiasmo, sua vasta experiência pastoral na área, mencionando suas viagens pastorais e a fundação de paróquias, incluindo a atual paróquia São João Batista em Peabiru. O religioso argumenta que Campo Mourão seria a escolha mais apropriada para a sede episcopal,

devido à sua localização central, sua longa história como cidade, seu progresso evidente e sua posição estratégica em relação a diversas estradas e linhas de ônibus. Ele destaca a infraestrutura existente na cidade, como estradas, aeroporto, telefone, eletricidade, hospitais e escolas. Além disso, Pe. Aloysio menciona as ofertas feitas pela prefeitura de Peabiru, como a doação de um quarteirão próximo à matriz e a oferta de uma chácara para a construção de um seminário, ressaltando as vantagens da posição estratégica da cidade. No mesmo documento, argumenta que o povo da região ficaria descontente se Cianorte fosse escolhida como sede da nova diocese.

E com grande êxito dos trabalhos religiosos desenvolvidos na região de Campo Mourão, principalmente pelos padres da CVD, que no dia 20 de junho de 1959, pela Bula Papal *Cum Venerabilis*, o Papa João XXIII, criou a diocese de Campo Mourão. O primeiro bispo nomeado foi Dom Eliseu Mendes, vindo da Feira de Santana (BA) e sagrado em 21 de agosto de 1950. (Chiquim, 2005). E para auxiliar o novo bispo, no dia 27 de junho de 1957, Pe. Aloysio, foi nomeado vigário geral da nova diocese, para dar andamento à construção da casa episcopal (Peerbeche, s.d.). Nos parece claro que a criação de uma nova diocese representa um elo entre o aspecto regional e universal, conforme defendido por Rosendhal (2018). Nas suas postulações, a diocese é uma unidade fundamental na organização da religiosidade católica, sendo o espaço onde a comunidade de fiéis se reúne e onde as práticas religiosas são coordenadas, tanto ao nível regional quanto universal. Assim, a criação de uma nova diocese não apenas reflete as necessidades locais e regionais da comunidade católica, mas também se insere em um contexto muito mais amplo da igreja no mundo todo, atando-se às suas estruturas e princípios fundamentais.

E para expandir esses elos religiosos, tanto local como universal, que Pe. Aloysio mais uma vez foi transferido, sem concluir a sua imponente construção da paróquia São João Batista, Peabiru. Em 1962, foi transferido para Engenheiro Beltrão, dando início a mais um empreendimento, e projeto de expansão do catolicismo. De acordo com Aguiar (2020), desde o ano de 1948, o padre já realizava visitas ao município, tendo celebrado a primeira missa em 19 de março de 1948. Já em 1952, uma capela dedicada a Nossa Senhora das Graças havia sido construída. Em 1954, a igreja de alvenaria estava em processo de construção sob a liderança do padre verbita (LTPSJB/Peabiru, 1953).

Mais uma paróquia foi criada na região de Campo Mourão, sob a influência de Pe. Aloysio Jacobi, o que demonstra o aumento populacional e do catolicismo na área. Conforme lembrado por Rosendahl (2018), a dinâmica de uma paróquia é influenciada pela presença e movimentação dos paroquianos, bem como por ajustes em seus limites territoriais e na

distribuição do clero. Nesse contexto de crescimento religioso na região de Campo Mourão, Pe. Aloysio foi mais uma vez transferido, desta vez para Engenheiro Beltrão: a última paróquia administrada por ele.

Em 1974, após encontros e desencontros, encerrou sua jornada, mas deixou sua marca perene nas três paróquias que construiu e administrou. Tanto, que em Engenheiro Beltrão, Pe. Aloysio é aludido como um santo, como observados em relatos dos paroquianos que o conheceram.

3.1.2 Relação de Pe. Aloysio com leigos, clero e bispos

A complexidade da trajetória do Pe. Aloysio, cria o interesse de investigar sua subjetividade, inserindo no contexto histórico em que vivia e com interações sociais com leigos e clérigos, aos quais estabelecia relações de poder, conforme a circunstâncias. Segundo Morin (2020), o universo permanece de forma heraclitiana, ou seja, nada é estático. Existe a discórdia e concórdia, harmonia e desarmonia. E era dentro dessa esfera heraclitiana que o padre verbita parecia estabelecer suas relações, seja com agentes públicos, clérigos ou leigos.

Com algumas famílias estabelecia um certo apreço, em que Pe. Aloysio elogiava o esforço feito, como nos festejos de São José: “merecem louvor duas famílias do Eugênio Zaleski e do Antonio Teodoro Oliveira. Estas famílias são de confiança em cada festa tenham se sacrificado de modo especial” (LTPSJ/Campo Mourão, 1943, p. 25). Mostra-se aqui, que além de um laço de amizade, essas famílias juntamente com padre tinham interesses em comum. Tal fato podemos relacionar com as ideias de Velho (1994), ao trazer o conceito de *projeto* como intuito de organização para atingir um mesmo objetivo. E para o desenvolvimento desses projetos, é preciso ter noção do *campo de possibilidades*, ou seja, uma percepção sociocultural. Ao interrelacionar os conceitos de *projeto* e de *campo de possibilidades*, se evita o individualismo, e o tornando mais acessível um projeto, como o desenvolvimento da comunidade cristã na região de Campo Mourão, ao qual o padre e as famílias se empenhavam, dentro do contexto social de migrações e aquisição de terras.

Por outro lado, com outras famílias, tinha uma relação desarmoniosa como as famílias Albuquerque e Jorge Brasil, chegando a citar até mesmo o prefeito, Pedro Viriato de Souza Filho, que em ocasião de uma festa da paróquia São José chegaram a fazer outro churrasco para confrontá-lo (LTPSJ/Campo Mourão, 1943). Vale lembrar que nesse período eram frequentes as festas das paróquias, regadas a churrascos e leilões, cuja finalidade, além da confraternização, consistia na arrecadação de fundos para construção dos templos. Nesse

contexto, à qual mais uma vez trazemos Velho (1994), quando fala de que nenhuma sociedade é simples ou homogênea. Mesmo as menores sociedades possuem sua diferenciação seja nos termos sociológicos, seja em seus universos simbólicos. Essas diferenças possibilitam a interação e a existência da vida social, ligada na troca e reciprocidade. As sociedades vivem em complexidade, seja pela interação ou diversidade de interesses sociais.

Por vezes, Pe. Aloysio tinha dificuldades em se relacionar não só com as famílias, pessoas individualmente, mas também com a comunidade, de modo geral. Nas visitas feitas na região de Campo Mourão, vez ou outra, encontrava questionamentos pelo seu estilo de atuação. Um exemplo disso ocorreu em Mandijuba, próximo à comunidade de Engenheiro Beltrão, em setembro de 1964. Inicialmente, a comunidade prometeu construir uma capela de alvenaria, mas o Pe. Aloysio suspeitou que eles poderiam ter usado o dinheiro para fins pessoais, o que gerou um clima de discordância. Posteriormente, uma senhora, identificada como D. Cândida Alves Mira, assegurou ao padre que tudo estava organizado e prometeu pagar pelas viagens e as missas, valores que eram de direto do padre. No entanto, quando a missa foi marcada, enfrentaram problemas de recepção devido ao mau tempo e à aparente evasão dos membros da comunidade. O padre se sentiu mal recepcionado e suspeitou que houvesse intrigas e falta de repasse de avisos aos membros da comunidade. Em resposta, nomeou uma nova comissão para criação da nova capela. Em outubro, conseguiu obter a escritura do terreno de Mandijuba, que tinha uma área de 5.400 m². Aqui fica notável os desafios e as complexidades que Pe. Aloysio lidou com as questões administrativas e organizacionais das comunidades.

Outra situação na qual enfrentou dificuldades com a comunidade se deu em Guaporema, localizada em Engenheiro Beltrão. Pe. Aloysio escreveu uma carta ao diretor da Colonizadora São José, pedindo que fosse legalizada a escritura do terreno onde a capela estava construída. Na correspondência, ele expressava sentir-se desrespeitado por alguns membros do povoado, pois além de negarem-lhe um local para celebrar a missa, não lhe prestavam esclarecimentos sobre a construção da capela e ainda convidavam outros padres para presidir celebrações sem o seu consentimento, apesar de ele ser o vigário designado para o local. O sacerdote chegou a descrever como era tratado por eles: “Nos chamam aquele padre, que nos queremos e quando nos queremos, melhor que senhor vigário não pisará mais em Guaporema” (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1965).

Ao abordar certos grupos étnicos presentes nas comunidades rurais onde atuava, Pe. Aloysio revela certas inclinações ou resistências. Ele tendia a elogiar o povo gaúcho, referindo-se a eles como “bons católicos”, enquanto expressava desconfiança em relação aos baianos, a quem descrevia como “horripelmente ignorantes na religião” e sugeria, como seu desfavor, uma

tendência ao espiritismo (LTSJB/Peabiru, 1953). Nesse contexto, a interação entre grupos étnicos distintos evidencia as complexidades inerentes às sociedades, levantando a questões pertinentes sobre as dinâmicas das sociedades complexas.

As sociedades complexas moderno-contemporâneas, vale ressaltar, são constituídas e caracterizam-se por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. A própria natureza da complexidade moderna está indissolivelmente associada ao mercado internacional cada vez mais onipresente, a uma permanente troca cultural por meio de migrações, viagens, encontros internacionais de todo o tipo, além do fenômeno da cultura e comunicação de massas. As fronteiras entre os Estados-Nações são cruzadas de todos os modos por relações econômicas, de poder e culturais em quaisquer níveis. Não se trata de dizer que os Estados-Nações são anacrônicos e que sua existência seja contraditória com a globalização do mundo moderno. São níveis de realidade e fenômenos relacionados, mas com códigos e lógicas específicos. Inegavelmente existe tensão e conflito entre esses níveis coexistentes, reforçando mais uma característica da complexidade (Velho, 1994).

Quando se tratava de outros ritos religiosos – mesmo aqueles em plena comunhão com a Sé Apostólica – mas que não estavam de acordo com suas preferências, o padre verbita se demonstrava, até certo ponto, intransigente. Ele criticou de maneira veemente a visita de um padre católico de rito ucraniano, em 19 de março de 1948, durante a qual esse ofereceu os serviços litúrgicos às irmãs ucranianas, já havia oferecido ao prefeito, num colégio ou num hospital. Em outra ocasião, o padre de rito ucraniano rezou uma missa no mesmo horário da missa paroquial, sem, evidentemente, consultá-lo. Diante disso, Pe. Aloysio escreveu uma carta aos ucranianos, que possuem uma paróquia em Campo Mourão e se vinculam a uma eparquia própria, expressando sua preocupação e pedindo respeito aos horários de missa da paróquia (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Em outro momento, no ano de 1955, na capela de Cianorte, que pertencia à paróquia de Peabiru, durante a comemoração do segundo aniversário do município, um pastor protestante, de nome Abel, atraiu a atenção dos presentes. Durante o desfile, o colégio liderado pelo pastor destacou-se significativamente, tanto que ele teria atrapalhado o andamento da missa campal com o uso de um alto-falante para sua pregação. Com indignação, Pe. Aloysio “jurou vingança para o próximo ano” (LTPSB/Peabiru, 1953, p. 15). A atitude do padre vem ao encontro das postulações de Azzi (1977), de que a Igreja Católica, desde o século XIX, fazia apologia à sua doutrina e criticava a chegada de protestantes no Brasil. Como queria manter a proeminência da Igreja Católica, agia com certa aversão a outras religiões, mesmo cristãs.

Esse comportamento intolerante em relação a outros grupos religiosos verificados na postura de Pe. Aloysio parece ilustrar o que Mezzomo aponta no processo de laicização da vida civil e política do Brasil, que aconteceu, simultaneamente, “à concessão, ao catolicismo, de uma preeminência sobre as demais religiões” (2008, p. 6), especialmente, as de matriz afro-brasileira.

A propósito, a mesma intolerância se deu contra os espíritas em Peabiru, ao se atribuir a eles a abertura do sacrário e o sumiço de hóstias na paróquia da cidade (LTSJB/Peabiru, 1953). Esses eventos levantam questões importantes em relação à complexidade das sociedades, em relação às práticas religiosas diferentes da religião majoritária. Velho (1981), aliás, explora a complexidade das diferentes tradições culturais, destacando que a contradição social se dá por experiências particulares a certos segmentos, onde trazem uma tensão das vivências de determinados grupos ou indivíduos, e a universalização de outras experiências expressas culturalmente mediante a símbolos padronizados, como paradigmas e temas culturais. Como nas religiões, aqui apresentado, a comunicação entre religiões diferentes torna-se desafiadora devido aos paradigmas que cada uma carrega.

E ao falar de organizações como a maçonaria, mais uma vez Pe. Aloysio se posiciona contra. No decorrer de uma missa celebrada em 24 de dezembro de 1953, em Cianorte, ocasião em que o novo prefeito era empossado, pe. Aloysio expressou seu desânimo em relação a essa ocasião, pois tinha conhecimento de que o venerável da maçonaria de Maringá estaria presente na cerimônia e que também iria proferir um discurso ao novo prefeito.

Quando se tratava da interação com outros padres – ou mesmo bispos –, nosso biografado também demonstrava suas divergências. Para ilustrar: durante uma visita à capela de Rondon, Pe. Aloysio encontrou-se com Pe. José Balloieper. Embora o padre tivesse sido cordialmente recebido pela comunidade, ele havia passado por Peabiru sem se apresentar ao vigário. Diante dessa falha de protocolo, Pe. Aloysio questionou a identidade de Pe. José, que se apresentou como vigário de toda a região e argumentou que não estava obrigado a mostrar deferência ao colega. Insistindo que Pe. José deveria apresentar os documentos apropriados para ser reconhecido como padre, somente no dia seguinte é que ele apresentou uma carta de recomendação emitida por Dom Manoel Koenner (LTPSJB/Peabiru, 1953), a quem Pe. Aloysio também era subordinado.

Houve também situações conturbadas no trato com colegas do clero que considerava amigos, de modo que ao relacionamento de Pe. Aloysio – à época, já em Engenheiro Beltrão – com o bispo Dom Eliseu e com Pe. Pimentel da CVD foi igualmente marcado por situações contraditórias. Na ocasião do casamento dos dois filhos do prefeito de Engenheiro Beltrão, João

Cavalcante Menezes, a falta de comunicação entre o padre e as partes envolvidas gerou alguns dissabores. O bispo Dom Eliseu havia prometido celebrar o casamento de um deles, mas não comunicou a Pe. Aloysio. Além disso, para complicar ainda mais, Pe. Pimentel, à época, vigário de Peabiru, foi convidado a celebrar o matrimônio do outro filho, pois a noiva era de sua paróquia. Tal situação gerou insatisfação em Pe. Aloysio, resultando em acusações entre as partes. Em carta, Pe. Pimentel, ressentido pelos murmúrios públicos do colega, expressou sua insatisfação: “O senhor não tem mesmo cuidado com a sua língua! Leia o que diz São Tiago no cap. 3 de sua carta: cuidado com a língua! Eu não farei mais esses casamentos e não lhe prezo o mal – que isso pareceu uso pessoal – leio e sigo o que diz São Pedro, em sua 1ª carta, cap. 3, ver. 8 a 11” (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962, p. 44-45). Para piorar a situação, o bispo viajou sem avisar, de modo que Pe. Aloysio foi obrigado a celebrar os dois casamentos.

Outra situação complicada ocorreu com o bispo Dom Eliseu, quando a comunidade de Terra Boa recorreu a ele, pedindo que lhes fosse enviado um padre. O bispo, que Pe. Aloysio descreve como imprudente, concordou com o pedido da comunidade, concedendo-lhes permissão para procurar um sacerdote. No entanto, sem consultar Pe. Aloysio, ele exigiu que a CVD enviasse um padre para Terra Boa, e sua exigência foi atendida. Parece-nos, a julgar pelos documentos a que tivemos acesso, que Pe. Aloysio e seu bispo não nutriam um relacionamento harmonioso. Tanto é assim que o padre chega a dizer que o ano de 1969 iniciou com grande “nervosidade” e que ele estava em guerra contra muitos padres. E não deixa de fazer uma crítica ao “bispo muito fraco pra não compreender nada da pastoral” e que, ainda, possuía um orgulho de “lorde” (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962, p. 38).

A despeito da complexidade da personalidade do religioso verbita, nos é evidente que a ele era, frequentemente, atribuído ações de construção, organização e estruturação pela hierarquia católica, o que denota um prestígio inquestionável. No entanto, quando Pe. Aloysio, por alguma razão, sentia que estava sendo confrontado, não hesitava em agir imediatamente. Em 1966, por exemplo, a paróquia de Quinta do Sol enfrentava dificuldades financeiras, e o bispo Dom Eliseu pediu-lhe ajuda para que resolvesse a situação problemática, já que era tido como bom administrador: uma dívida colossal de 7 milhões de cruzeiros, criada pelo vigário local – Pe. Walter – e que se arrastava ao longo de anos. Ao assumir prontamente o desafio, Pe. Aloysio formou uma nova comissão e, com a ajuda de muitos paroquianos, conseguiu, impressionantemente, regularizar as finanças daquela paróquia em apenas um ano. Apesar do impressionante trabalho, o bispo designou novamente Pe. Walter para assumir as responsabilidades da Igreja em Quinta do Sol a partir de 1968. Isso gerou, com certa razão, descontentamento em Pe. Aloysio, pois se tratava do mesmo padre que criara aquela dívida. Ao

tentar explicar a situação ao bispo, Pe. Aloysio sentiu-se rejeitado. Ele considerou o comportamento de Dom Eliseu como inadequado, especialmente à luz do Concílio Vaticano II, que naquela época buscava promover a renovação e democratização na Igreja (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

Dentro dessa complexa relação que permeia as vivências do padre é que nos apoiamos nas ponderações de Morin (2002), ao falar da trindade humana – homem, sociedade e espécie – que, apesar de antagônicos, são, ao mesmo tempo, complementares. Existe, merece o registro, uma diferença entre o egocentrismo e o sociocentrismo, onde os indivíduos egocêntricos têm dificuldades de entender e aceitar o ponto de vista do outro, enquanto o indivíduo sociocêntrico considera os interesses do grupo ou comunidade. Apesar de um depender do outro, ainda assim são irreduzíveis. Assim, embora Pe. Aloysio conviva com pessoas que compartilham compreensões semelhantes – como padres e bispos que comungam da mesma fé –, cada indivíduo possui sua própria subjetividade, o que pode gerar complexas relações.

A complexa relação entre Pe. Aloysio e Dom Eliseu Mendes atingiu um ponto crítico no ano de 1973, quando o bispo diocesano decidiu transferi-lo da paróquia de Engenheiro Beltrão. Tal medida desencadeou intensos protestos por parte dos leigos, pois o padre era visto como responsável por uma das paróquias mais bem administradas e em excelente estado na diocese. Pe. Aloysio, por sua vez, interpretou essa decisão como resultado de uma animosidade pessoal do bispo contra ele, chegando a afirmar “que o ódio do bispo que para mim está tão grande, se podia me matar ele fazia isso” (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962, p. 52). Essa situação delicada nos remete às reflexões de Morin (2002) sobre o jogo duplo nas relações humanas, onde a complementaridade e a divergência entre dois termos são evidentes, refletindo a complexidade e a dinâmica intrínseca das interações sociais.

Não obstante divergências com outros clérigos, Pe. Aloysio mantinha uma relação de apreço com Dom Manoel Koenner, como restou evidenciado em seu relato nostálgico à nunciatura apostólica. Ele lamentou profundamente a remoção de Dom Manoel do cargo de administrador da Prelazia de Foz do Iguaçu, atribuindo tal acontecimento a desentendimentos entre os padres da congregação. Em outras palavras, destacou que a nunciatura do Brasil “tirou neste dia um de seu melhor bispo missionário simples popular trabalhadora” (Arquivo da Província do Verbo Divino, s.d.). Essa relação de apreço entre o padre e o bispo parece ilustrar o que Morin (2002) chama de intersubjetividade, que se refere às relações entre indivíduos e sociedades, nas quais a conveniência é originada. A intersubjetividade envolve o reconhecimento do outro enquanto sujeito e contribui para a compreensão mútua. Quando essa

relação é, especialmente, intensa, pode ocorrer o que Morin denomina de “mimetismo inconsciente”.

3.1.3 Relação do Pe. Aloysio com agentes públicos

As relações de poder entre Igreja e Estado têm sido uma característica marcante e que configura uma relação complexa ao longo dos séculos. No decorrer da história essas relações são altamente variáveis. É nessa complexidade de relações que Pe. Aloysio vivenciava no início do século XX, marcado pela organização dos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, enfatizados nesta pesquisa, que nosso biografado, além de exercer seu sacerdócio, também se envolveu politicamente em favor do desenvolvimento do catolicismo e ações sociais na região.

A paróquia São José de Campo Mourão foi fundada em 1942, e o padre verbita se mudou para o recém-formado município em 1943. Chauí (2000), nos traz que no surgimento de um novo espaço, sempre se ergue um santuário, um templo, um lugar sagrado, onde a comunidade pode exercer sua religião. E ao redor desses templos se constituem as cidades. Rosendahl (2018) aponta que a Igreja e o Estado trabalham juntos na formação de cidades, onde controlam os aspectos políticos, militares, institucionais e ideológicos da sociedade. Essa interligação, podemos verificar no LTPSJ/Campo Mourão (1943), quando Pe. Aloysio relata que o Inspetor de Terras lhe ofereceu um terreno para construção da igreja e de um colégio. Nesse pressuposto que verificamos a longa relação que Igreja e Estado possuem no decorrer dos séculos, tanto que as aquisições do terreno para construções dos templos vinham de doações de órgãos públicos.

Na esteira dessa discussão, observamos que essas relações, muitas vezes, tornavam-se disputas de poder entre Pe. Aloysio e os agentes públicos da época, iniciada nas primeiras visitas em Campo Mourão. Em relatos, Perbeche (s.d.) menciona que em outubro de 1940, antes de Pe. Aloysio se instalar em Campo Mourão, e em meio a primeira visita de Monsenhor Manuel Koenner, veio também uma comissão de autoridades de Guarapuava para definir a demarcação do território de Campo Mourão. A localização escolhida não satisfaz algumas famílias, que não hesitaram em procurar o Monsenhor e o padre para que pudessem interferir na escolha. A intervenção deles ocasionou um descontentamento por parte de agentes políticos, o que mais tarde lhes causaria alguns problemas tanto para o Monsenhor Koenner, como para Pe. Aloysio que, por serem alemães, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ambos foram acusados de serem membros da quinta-coluna.

Foi nesse contexto, que um ano após o prelúdio da Segunda Guerra Mundial, que o padre verbita iniciou as visitas na região de Campo Mourão, fato que influenciou a vida do biografado. No dia 01 de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, dando início a um dos maiores conflitos da história da humanidade, onde milhares de pessoas morreram (Gilbert, 2014). O governo nazista liderado por Adolf Hitler, na Alemanha, trazia consigo a amargura e humilhação das derrotas da Primeira Guerra Mundial. Com o orgulho ferido, queriam expandir o território europeu, e ainda tinham presunção antissemita de se tornarem uma raça superior, isolando os judeus (Beevor, 2015). Hitler buscou alianças políticas com países de interesses comuns, como a Itália e o Japão, com quem formaram o bloco dos países do Eixo. Por outro lado, se aliaram França, Inglaterra, EUA e posteriormente URSS, conhecidos como países Aliados, para combater os países do Eixo. O Brasil em 1942, entrou na guerra apoiando os países Aliados.

Durante a Segunda Guerra foi criada uma missão para vigiar possíveis atos de espionagens, chamados de “front interno”. Nesse contexto, colônias alemãs, italianas e japonesas eram consideradas suspeitas de espionagem, assim como imigrantes que chegavam no Brasil (Ferraz, 2005). Por tais motivos, subentende-se que Pe. Aloysio e Monsenhor Koenner sofreram algumas represálias, e até por vezes foram considerados suspeitos de serem espiões nazistas. Nessa perspectiva, as pessoas tinham que ficar vigilantes contra possíveis atos de espionagem, o que tornou alemães, italianos e japoneses, e seus descendentes, alvos de denúncias e perseguição (Ferraz, 2005). Nesse período, muitos estrangeiros e seus descendentes foram hostilizados com falsas denúncias, já que o Brasil apoiava os países da Aliança.

Diante dos fatos apresentados é que recorreremos às considerações de Morin (1977), onde postula que para haver organização é necessário existir interações, que, por sua vez, dependem de encontros entre componentes. Esses encontros muitas vezes são resultados de uma condição inicial de desordem. Quanto mais interações ocorrem, maior é a desordem e a complexidade. As interações de Pe. Aloysio com figuras públicas da época, no momento em que se organizava o espaço territorial de Campo Mourão, possibilitou uma certa desordem, visto que houve desentendimentos, e conforme ocorria o desenvolvimento local, mas, ao mesmo tempo, havia a ordem, quando ambos intencionavam a expansão do município. Tais fatos configuram o fenômeno da complexidade.

Além disso, os agentes públicos da época da formação da região de Campo Mourão, incomodados com as ações de Monsenhor Manoel Koenner e Pe. Aloysio, tiraram proveito da tensão causada contra os alemães, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, para prender injustamente o prelado. Eles o acusavam de armazenar materiais bélicos em sua residência em

Foz do Iguaçu (Aguilar, 2020). A repercussão desse incidente foi registrada, em letras garrafais, em jornais paranaenses, como “O Dia”, que publicou um artigo condenatório intitulado “As atividades subversivas de Monsenhor Koenner” (O Dia, 1943). Como resultado das acusações, Dom Koenner foi condenado a três anos de prisão. No entanto, em fevereiro de 1944, ele foi inocentado graças a um documento fornecido pela embaixada Húngara junto à Santa Sé, no qual se provava que o material encontrado com Monsenhor Manoel não lhe pertencia, de fato (Lar Católico, 1944).

Nesse mesmo contexto que hostilizava alemães que viviam no Brasil, Pe. Aloysio também foi acusado de ser quinta-coluna, o que significava ser enquadrado como espião nazista (Lima, 2009; Zucon, 1997). Isso resultou na necessidade de prestar explicações junto às autoridades em Curitiba (Perbeche, s.d.). Tais fatos parecem preceder os conflitos gerados entre o clérigo e agentes públicos.

Outro acontecimento que parece sugerir uma disputa entre o padre e as autoridades públicas, ocorreu entre os dias 7 e 8 de setembro de 1946, quando autoridades de Pitanga estiveram em Campo Mourão para discutir questões relacionadas ao patrimônio. Durante essa reunião, o prefeito de Pitanga, Sr. Avelino, prometeu doar uma chácara para a Igreja, que seria utilizada como potreiro. A área foi medida e Pe. Aloysio escolheu um local que lhe era mais conveniente. Em seguida, ele fez o requerimento para a aquisição da chácara: o que foi rapidamente aprovado em seu favor. Contudo, o Inspetor de Terras também manifestou interesse na mesma chácara, o que resultou em um desentendimento entre as duas partes. Segundo Pe. Aloysio, o inspetor visitou sua residência e questionou impetuosamente a aquisição da chácara. Sem delongas, o padre comunicou o prefeito de Pitanga do ocorrido, que lhe sugeriu abrir um inquérito contra o agente público (Arquivo da Província do Verbo Divino de Curitiba, s.d.).

Em certas ocasiões, o padre verbete demonstrava interesse em ter relações harmoniosas com os políticos da época. Isso fica evidente em seu lamento por não poder comparecer à cerimônia de instalação da nova Câmara Municipal de Campo Mourão, que teve Pedro Viriato de Souza Filho como seu primeiro prefeito. Devido a um ferimento na perna, ele não pôde estar presente. O próprio Pe. Aloysio, a propósito, relata que as autoridades locais o visitaram durante seu período de recuperação, enquanto permaneceu acamado (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Assim, ao analisarmos tais relações, percebemos que cada indivíduo possui motivações que perpassam diversas áreas de interesse, políticos ou mesmo religiosos, resultando numa existência multifacetada. Isso nos remete à ideia de que “os fins de um indivíduo são, ao mesmo

tempo, plurais, incertos e complexos” (MORIN, 2002, p. 156), demonstrando que entre a Igreja e o Estado estabeleciam-se não apenas disputas, mas também interesses mútuos de poder.

Em certas ocasiões, a tensão entre a figura do padre e os agentes públicos envolviam indivíduos da comunidade local, como o fato que aconteceu em agosto de 1948. Na ocasião, a prefeitura se preparava para receber o governador Moyses Lupion, enquanto a Igreja organizava a festa da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, na qual o bispo participaria. O prefeito ordenara a remoção dos bancos da frente da igreja sem aviso, visando a preparar a área para a chegada do governador, onde faria um palanque. Pe. Aloysio, descontente com o ocorrido, foi à prefeitura para tirar satisfações. Lá, descobriu que a ação foi realizada para acomodar o governador, o que o deixou muito irritado, levando-o a bater a mão na mesa do prefeito, em desaprovação. O Sr. Antônio de Oliveira, membro da comissão de festas, reconstruiu os bancos para garantir que a festa religiosa ocorresse tal qual fora planejada. Durante a solenidade festiva, todavia, surgiu a informação de que o prefeito pretendia convocar Pe. Aloysio para prestar esclarecimentos na delegacia. Ao saberem disso, 14 pessoas se prontificaram a acompanhar o padre nesse possível interrogatório. No entanto, ao tomar conhecimento da iniciativa coletiva em apoio ao padre, o prefeito reviu sua postura e preferiu adotar uma postura mais amena e cordial (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Cinco dias após os acontecimentos, o Governador Moysés Lupion chegou à localidade. Nos escritos encontrados nos Arquivos Província do Verbo Divino de Curitiba (s.d.), o padre expressa que o prefeito eleito, Pedro Viriato, e o Inspetor de Terras eram contrários à Igreja. Pe. Aloysio e o bispo Dom Manoel Koenner, que estava presente na região naqueles dias, não foram convidados pelo prefeito para a solenidade de recepção. No entanto, mesmo sem convite, o bispo decidiu comparecer. Quando o governador Moysés Lupion chegou ao evento, montado num cavalo, avistou o bispo e foi em sua direção, abraçando-o calorosamente e convidando-o para fazer um discurso. O primeiro local visitado pelo governador Lupion foi a Igreja e a casa do padre (Arquivo da Província do Verbo Divino de Curitiba, s.d.). Prometeu, como agradecimento, ajudar na pintura da Igreja, promessa cumprida meses depois. Pe. Aloysio sente-se vitorioso dessa pendenga, relatando:

O povo deu uma verdadeira risada sobre o Prefeito tão estúpido contra Egreja. Verdade é neste momento o Prefeito tornou se grande amigo da Egreja até hoje. Esta visita do Gouvernator Lupion foi uma marca histórica para desenvolvimento, formação e progresso do Campo Mourão; Me parece isto foi no dia 12 de Setembro de 1948 (Arquivo da Província do Verbo Divino de Curitiba, p. 16).

Para análise do ocorrido, que recorremos a Velho (1994), onde pondera que não apenas o conflito, mas também a troca, a aliança e a interação de forma geral são componentes necessários da convivência social. Estes processos envolvem o reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes entre os indivíduos. A negociação da realidade, que nem sempre é uma atividade consciente, acontece por meio da linguagem em seu sentido mais amplo, generoso e produtivo, criando uma rede de significados que possibilita a compreensão e a interação entre indivíduos na sociedade.

Durante a campanha política do ano de 1950, começou uma intensa corrida eleitoral para a presidência da República e do Estado. Enquanto, nacionalmente, Getúlio Vargas (PTB), Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD) se digladiavam pela cadeira máxima do governo brasileiro – dando vitória ao primeiro –, no Paraná, concorriam Carlos Amoreti Osório (PSB), Ângelo Ferrario Lopes (PSD) e Bento Munhoz da Rocha Neto, pela coligação Frente Democrática (PL/PR/PST/PRP/UDN) (Santos Junior; Silva; Galuch Junior, 2020). Tais disputas pelo governo estadual chegam à região de Campo Mourão, envolvendo a população. Ao que tudo indica, Pe. Aloysio foi alvo de muita pressão para tomar partido e se envolver na política.

Durante essa campanha eleitoral, em que a comunidade de Campo Mourão estava dividida em relação a diferentes apoios políticos, ocorreu o episódio da destruição de uma capela de região do atual município de Engenheiro Beltrão, conhecida como Marimpá: fato usado como ataque a Moysés Lupion (LTPSJ/Campo Mourão, 1943). O governo tentou se justificar, utilizando uma declaração atribuída a Pe. Aloysio, que foi publicada num jornal. No dia da eleição, aviões lançaram panfletos sobre diversas cidades do Paraná. Além disso, relata-se sobre um panfleto apócrifo que circulou no feriado de 7 de setembro, “distribuído por todo interior do Estado, afirmando que o governador Moysés Lupion mandou destruir um templo católico em Campo Mourão” (O Dia, 1950, p. 9). Após um pedido de desculpas do governador, Pe. Aloysio modificou sua declaração, dizendo que “Prezam os céus possa sempre contar com tão valiosa cooperação com a que temos recebido do benemérito governador Moysés Lupion” (O Dia, 1950, p. 9). Sugere-se que Pe. Aloysio foi induzido a fazer essa declaração, que lhe foi entregue pronta. Ele teria feito modificações antes de permitir a publicação, mantendo ambas as versões arquivadas (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Após as situações divergentes causadas pelas eleições para governo do estado, em 1950, o vencedor Bento Munhoz da Rocha Neto tomou posse como governador em 1951. Neste mesmo ano, começou com uma onda de revoltas entre os proprietários de terras. A gestão anterior, de Moysés Lupion, havia vendido vastas extensões de terras nos meses finais de seu

mandato, incluindo grandes fazendas, o que prejudicava os pequenos proprietários, que podiam perder suas terras. Muitos indivíduos invadiram propriedades e venderam por preços muito baixo. Pe. Aloysio deixa registrado que havia muitas terras ilegítimas que eram adquiridas, a *grosso modo*, pela palavra (Arquivo da Província do Verbo Divino, s.d.). Ainda no Livro Tombo de Campo Mourão, Pe. Aloysio registrou que um contingente de 120 policiais estava posicionado próximo à chácara da Igreja, onde destruíram cercas de arame e incendiaram o que pudesse. E ainda enfatiza que:

o novo governo logo prometeu de indeintar isso, mas o que aconteceu é o contrário. Foi annullado muitas coisas do Governo do Snr Moisés Lupion, para que os novos empregados do Governo de Bento Munhoz tenham ocasião de enriquecer-se e roubar. Nada de melhoramento, antes tudo peor. Dias de carnaval, dias de angústias. Eu pedi acabar o carnaval na meia noite no dia 7 de Fevereiro. As 4 horas de madrugada acordei pelo grande tiroteio. Primeiro pensei que os alegres estavam soltando batanas de foguetes. Depois verificou-se que a polícia como na guerra tomou em “Ilum” a causa do Snr Francisco Albuquerque com inumeros tiras fumavam 2 casas; felizmente ninguém ficou morto. Acto de vingança; castigo de Deus; polícia sem educação; política suja (LTPSJ/Campo Mourão, 1943, p. 50).

O contexto vivido no momento era de um projeto integracionista feita pelo governo federal, desde o ano de 1930, o qual visava a reterritorização feito durante os governos de Manuel Ribas, Moyses Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto, Campo Mourão entrou no plano integracionista, e trouxe um grande contingente de imigrantes e uma intensa comercialização de terras para região de Campo Mourão (Weber, 2021).

Com o alargamento do território de Campo Mourão, surgiram novos municípios, como Peabiru, cuja criação foi oficializada em 14 de dezembro de 1951, e sua instalação ocorreu exatamente um ano depois. No ano seguinte, em 1953, Pe. Aloysio foi nomeado vigário da nova localidade, expandindo suas visitas para outras regiões que estavam em processo de emancipação.

Em 1954, à medida que os novos municípios surgidos na região – e eram atendidos pastoralmente por Pe. Aloysio – se preparavam para as eleições, estava em jogo a escolha de governador, presidente da República, deputados e novos prefeitos para tais recentemente criadas – Cruzeiro do Oeste, Rondon, Cianorte, Terra Boa, Jussara e Engenheiro Beltrão. Pe. Aloysio demonstrou sua preocupação com a intensificação da disputa política, classificando-a como lamentável, especialmente no que diz respeito a essas novas formações. Ele percebia que até mesmo as crianças estavam envolvidas na política, e reprovava veementemente a tentativa

de inserção da política dentro da igreja. O padre dizia que estava comprometido em combater qualquer afronta nesse sentido.

Descreveu, certa vez, que suas visitas mensais às outras localidades, frequentemente, eram aproveitadas eleitoralmente por moradores que tinham proximidade com política. Um exemplo disso ocorreu durante uma de suas passagens pela capela de Santa Lúcia, que consistia em uma pequena propriedade particular da família Brum. O Sr. Flávio Brum organizou uma festa para arrecadar fundos destinados à construção da nova capela. Durante o evento, Pe. Aloysio expressou sua insatisfação em relação à Sra. Irene Brum, pois percebia que tudo estava impregnado de uma atmosfera política, especialmente, considerando a proximidade das eleições (LTSJB/Peabiru, 1953).

No entanto, posteriormente, esta postura de rejeição à politização da religião se mostrou contraditória: apesar de condenar, nas capelas da região, o envolvimento político do povo, ao que nos parece, o padre tinha, em Peabiru, uma relação estreita com os políticos e agentes públicos, considerando que nos apontam o Livro Tombo e os documentos – cartas e circulares – da Paróquia de Peabiru, que registram aproximações com o poder público municipal.

Como podemos verificar por meio dos registros da Ata da Câmara Municipal de Peabiru, por exemplo, o Vereador Silvio Barros apresentou um projeto de lei solicitando a doação da quadra da Igreja. Esse pedido foi aprovado de forma unânime pelos vereadores, resultando na concessão do terreno para a construção da paróquia (Ata 01 da Câmara Municipal de Peabiru, 1953). E dessas oscilações de distanciamentos e aproximações com agentes políticos, que Pe. Aloysio conseguiu benefícios do poder municipal e estatal para erigir os templos que atendeu como vigário

Tal relação, que em Peabiru se agudizou, possibilitou a construção de uma igreja monumental, digna de uma catedral, que começou a ser construída em 1956, e que se destacava, esteticamente, em relação aos demais templos da região. No entanto, como as benesses públicas não fossem suficientes para tal empreitada, alguns anos depois, em 1961, ele viajou para a Alemanha, em busca de recursos para continuar a construção da igreja. Essa iniciativa recebeu efusivos aplausos do prefeito Silvino Lopes:

com indiscreta satisfação e contentamento que recibí a notícia de que V. Excia. está pleiteando aí na Alemanha, valiosos e mui significativos beneficios para o nosso tão distante municipio de Peabirú. Essa gratissima notícia, do vosso valioso e sob todos os aspectos louvável empenho nêsse sentido deixou-nos todos muito eufóricos, e até orgulhos de V. Excia. Se V. Excia. conseguir o exito almejado nesse tão significativo empreendimento para este Municipio,

o mesmo constituirá, sem dúvida nenhuma, o maior marco de progresso desta comuna, o qual jamais poderá ser olvidado (Peabiru, 1961, p. 1).

O documento, vale destacar, ilustra aquilo que Giumbelli (2002) tenta demonstrar ao afirmar que religião e o Estado, na modernidade, vão tecendo um entrecruzamento vivo de relações. Seja como for, o que chama a atenção na correspondência não é apenas o louvor do político ao religioso, mas uma demonstração clara de que Pe. Aloysio, além das atribuições presbiterais, também exercia, sem segredos, algumas funções político-administrativas na cidade. É que o padre alemão tinha literalmente carta branca para agir e falar em nome da Prefeitura Municipal de Peabiru, conforme achasse conveniente. Isso fica demonstrado no mesmo ofício do prefeito ao padre:

Também estou anexando duas folhas em branco, por mim devidamente assinadas e carimbadas, para que V. Excia. possa usá-las, se necessário fôr, na confecção de qualquér outro documento, pedido, requerimento, valor aproximado dessas obras, etc., enfim, para que V. Excia. possa agir nesse sentido, de acôrdo com o vosso critério (Peabiru, 1961, p. 1).

Nesse período de fundação e desenvolvimento dos municípios, ao que nos parece, havia uma preocupação do episcopado, que os padres não se envolvessem em política, de tal modo que no ano de 1958, em carta aos sacerdotes dos recém-formados municípios, Dom Inácio Krause, que tinha se tornado administrador apostólico da região, destacou que o papel da Igreja no Brasil deveria contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres para com Deus, à pátria e à família. Ele enfatiza que a vocação sacerdotal exige que os padres permaneçam distantes de afiliações políticas, a fim de poderem servir a todos os fiéis, independentemente de suas convicções políticas. E ainda lembra aos padres da Prelazia que é proibido aceitar cargas legislativas, administrativas ou diretivos oferecidos por partidos políticos, conforme previsto no Cânon 139/4. Em resumo, a Igreja reafirma que os sacerdotes desempenhariam seu papel com maior eficácia quando pregam as verdades de Cristo aos fiéis, deixando de lado a política e os cargos públicos.

Ademais, em 1962, com a diocese de Campo Mourão já criada e Dom Eliseu Mendes como bispo, após retornar do Concílio Vaticano II, passou a conscientizar a população, no mês de outubro, ao cumprimento do dever cívico de escolher seus representantes para cargos de governo estadual e municipal. Dom Eliseu salientou que era uma responsabilidade do clero instruir os fiéis sobre o ato de votar e, ao exercerem esse direito, deveriam fazer da melhor maneira possível (LTSJB/Peabiru, 1953).

E em outro momento, nas eleições municipais do ano de 1968, líderes do governo, incluindo o Secretário do Interior e da Justiça, e o Presidente do Tribunal Eleitoral do Estado, estiveram em Campo Mourão para incrementar a campanha. O bispo, Dom Eliseu Mendes, escreveu uma circular aos padres da diocese, em que solicitava a colaboração do clero nessa campanha, enfatizando a importância do cumprimento cívico democrático apartidário, uma vez que todos os brasileiros maiores de 18 anos são obrigados a ter um título de eleitor. A circular orientava os padres a destacar apenas o aspecto legal e cívico da campanha, sem se envolver em atividades políticas e partidárias, e lembrava que as pessoas maiores de 18 anos deveriam se inscrever como participantes até os primeiros dias de agosto, quando terminaria o prazo legal, para requisitar o título de eleitor. Portanto, ficava evidente a colaboração do clero em uma campanha para aumentar o número de eleitores nos pleitos do Paraná, enfatizando a importância do aspecto legal e cívico. Após o bispo ter emitido essa circular, houve críticas que alegavam que até mesmo os padres estavam envolvidos na política, o que resultou num conflito, levando à remoção de padres de quatro paróquias. Pe. Aloysio chega a relatar que a atitude do bispo foi incompreendida por muitos (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

Apesar dos pedidos feitos pela hierarquia católica para que os padres não se envolvessem em política, o cenário vivido por eles era desafiador, pois precisavam e buscavam auxílio para a igreja. Tanto que em certos momentos, Pe. Aloysio tinha uma discursiva controversa, pois, ao mesmo tempo criticava os políticos, obtinha benefícios dos mesmos, de tal forma que chegou a deixar relatado que a construção da paróquia de Engenheiro Beltrão estava progredindo com o apoio do Sr. Prefeito João Cavalcante Menezes, que providenciava todas as condições possíveis. A instalação de água na cidade de Engenheiro Beltrão foi realizada sem custos para a matriz, além do meio-fio colocado em todo o quarteirão sem custos à igreja. E ainda afirma que, durante as eleições do ano de 1963, fez campanha para o prefeito João Cavalcante de Menezes: “Ele foi eleito em 1963 como prefeito pelo meu conselho que deu ao povo. Ele reconheceu isto mostrou-se muito colega durante seu governo e disse grande amigo. Está certo que ele recebeu de mim toda a confiança” (LTPNSG/Engenheiro, 1962, p. 44).

Nessa perspectiva, verificamos que por mais que exista diversidade entre Igreja e Estado, ambas possuem manobras de se relacionar em um jogo pelo poder. Essa relação envolve interesses mútuos e diversificados. Como podemos constatar em Velho, que diz como “sabemos, não só o conflito, mas a troca, a aliança e a interação em geral, constituem a própria vida social através da experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes” (Velho, 1994, p. 18). Essas trocas e alianças permitem a

simultaneidade de uma construção coletiva de interesses e valores, contribuindo para a complexidade das experiências sociais.

3.2 Instituições de ensino e ação social

A Igreja Católica é uma instituição que possui relações estreitas com o campo da educação. Tanto que quando remontamos ao ano de 1549, temos a chegada da Companhia de Jesus – ordem religiosa, fundada por Santo Inácio de Loyola no ano de 1534 – que teve papel preponderante na educação no Brasil, sendo os primeiros professores de educação formal a atuar no país (Rosario; Melo, 2015). Na região de Campo Mourão, assim como em muitas outras áreas do país, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental não apenas na expansão do catolicismo, mas também na promoção da educação. De fato, durante a formação desses municípios – Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, cidades onde Pe. Aloysio atuou junto à CVD –, além de edificar templos, os agentes da Igreja tiveram o interesse em construir e subsidiar instituições de ensino.

Paralelamente a isso, a presença da Igreja Católica na região de Campo Mourão também se estendeu ao campo educacional e da assistência social. Com a chegada de migrantes e imigrantes de diversas regiões do Brasil e do exterior, como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e até mesmo estrangeiros de países como Alemanha, Itália, Holanda e Japão, a região viu um aumento significativo na diversidade étnico-cultural. Esses novos moradores buscavam, entre outras coisas, uma nova vida e oportunidades na “terra prometida” de Campo Mourão, porém, encontravam desafios e dificuldades em sua jornada de estabelecimento. Nesse contexto, a Igreja atuou articulada com o Estado, prestando assistências sociais, fundando instituições educacionais, hospitais e sindicatos, etc.

3.2.1 Instituições educacionais

Ao longo de sua história, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial no campo educacional, visando a contribuir para o desenvolvimento da instrução em território nacional e não só. Seu compromisso com a educação remonta tempos antigos, buscando preservar e transmitir o conhecimento por meio de seus seminários, educandários e monastérios, que atuavam como importantes instituições de ensino. No Brasil, durante o período colonial, a Igreja Católica foi a precursora da educação, sempre interligado com a expansão do catolicismo. Muitas congregações religiosas traziam, como carismas, o propósito educacional. Tal é o caso

dos jesuítas, que foram relevantes difusores da educação desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil. Da mesma forma, a Congregação do Verbo Divino, que chega nos primeiros anos do período republicano, considerava as escolas como um elemento preponderante no processo de difusão do catolicismo.

Com a Proclamação da República em 1889 e a subsequente implantação da laicidade do Estado em 1890, o sistema de ensino laico foi estabelecido nas escolas públicas em 1891. Se, por um lado, o episcopado expressava descontentamento com essa decisão (Mezzomo, 2002), a Instituição Católica, por outro, começou a receber diversos benefícios, de acordo com Valle (1995). Na Nova República, embora não desfrutasse dos mesmos privilégios, houve uma reaproximação entre Estado e Igreja, que detinha recursos e alcançava setores não cobertos pelo Estado, como o ensino. Com a capacidade de administrar seus próprios bens e projetos, a comunidade católica passou a desenvolver iniciativas sociais e educacionais significativas, de modo que, entre 1900 e 1950, esse esforço resultou na criação de “um verdadeiro império” (Valle, 1995, p. 50).

Segundo Mezzomo (2002), da década de 1900 à de 1930, constantemente, os documentos episcopais abordavam as questões do Ensino Religioso em escolas públicas, reivindicando a primazia da Igreja em organizar o sistema de ensino. Os bispos, nesse sentido, conjecturavam que a falta do Ensino Religioso nas escolas prejudicaria o país.

Ao contexto desse fomento educacional pelo catolicismo, soma-se o fato de que, no ano de 1929, foi publicado, nesse sentido, um importante documento eclesial: a Encíclica *Divini Illius Magistri*. Nela, se discutia o papel da fé romana no ensino escolar, defendendo, como princípios, os fundamentos pedagógicos do catolicismo, ao que enfatizava a importância da presença da Igreja, da Família e do Estado na formação de uma nação.

Em resposta aos apelos papais, os clérigos e leigos católicos brasileiros buscaram inserir o catolicismo no cenário educativo, como se evidencia na sua participação na Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esta comissão foi estabelecida pelo governo brasileiro com o propósito de regular as questões relacionadas à produção, importação e uso de livros didáticos em diversas instituições educacionais. A participação da Igreja Católica na formulação desse projeto institucional do governo revela um aspecto estratégico da influência eclesial na ocupação desses espaços. A comissão contava com a presença de intelectuais católicos, sacerdotes ou não, que atuavam como autores e membros, responsáveis por livros didáticos aprovados e autorizados pela comissão: muitos dos quais, diga-se, com o *imprimatur* da Igreja. Essa atuação terá desempenhado um papel significativo na formação da identidade

nacional sob uma perspectiva católica, fortalecendo mais uma vez a aliança entre Estado e Igreja (Silva; Carminati, 2019).

Em 1932, outro evento marcante tem a ver, paradoxalmente, com a criação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova. Embora os autores propusessem uma reformulação educacional, incluindo a defesa da educação laica, Costa (2006) evidencia que esse o acirramento do conflito entre professores liberais e católicos, acabou por fortalecer a posição e influência da Igreja no cenário educacional brasileiro. É que, diante da intensificação da disputa, os líderes católicos perceberam a necessidade premente de reafirmar seu papel na educação, buscando adaptar-se às novas demandas e correntes educacionais. Assim, apesar das tensões entre os defensores da educação laica e os representantes católicos, esse momento desafiador proporcionou à Igreja a oportunidade de reavaliar suas estratégias e reafirmar sua presença no sistema educacional do país. Dessa maneira, embora o Manifesto Pioneiro da Educação Nova tenha provocado tensões e conflitos, ele também serviu como um catalisador indireto para o fortalecimento do catolicismo, permitindo que a Igreja, em reação, reafirmasse sua presença na educação brasileira.

Apesar disso, este panorama sofreu uma alteração significativa em 1934, quando o governo de Getúlio Vargas reformulou a disciplina de Ensino Religioso, tornando-a facultativa na grade curricular da rede pública de ensino. Assim, em 1937, o Ensino Religioso foi incorporado como disciplina regular, embora os alunos não fossem obrigados a participar dessas aulas. Dez anos mais tarde, em 1947, com o fim da Era Vargas, a matrícula no Ensino Religioso tornou-se opcional, e a disciplina passou a ser ministrada de modo a respeitar outras expressões religiosas (Costa, 2006), ainda que o catolicismo ainda reverberasse por muito tempo.

Com a perda da antiga centralidade, a Igreja buscava retomar, com relativo sucesso, sua supremacia no sistema de ensino, com inúmeras tentativas de atingir seu objetivo. Numa delas, grupos católicos fundaram, em 1945, a Associação de Educação Católica (AEC), dedicada à defesa da educação e à busca por uma distribuição mais equitativa de recursos. A AEC promovia a família como a base fundamental da educação e se opunha ao monopólio estatal sobre o setor educacional. Participando ativamente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/1961), a AEC influenciou, de modo significativo, a formulação de políticas educacionais da época (Debald, 2007).

Nesse mesmo período, outra iniciativa notável é o Movimento de Educação de Base (MEB), que enxergava a educação não apenas como um sistema de alfabetização, mas, sobretudo, como uma ferramenta de organização social. O MEB foi inicialmente concebido e

liderado por autoridades eclesiásticas, mas, posteriormente, passou a ser executado por leigos (Debald, 2007). Mesmo assim, durante um longo período, a Igreja investiu em projetos educacionais com forte vínculo com o catolicismo.

Aliás, na década de 1960, teve início a contratação de leigos nos campos pastorais e diocesanos para trabalhos na Pastoral Escolar, marcando uma significativa transição de responsabilidades, que saíam das mãos das autoridades eclesiásticas e iam para as mãos dos leigos. Tal mudança – que se harmonizava com o espírito do Concílio Vaticano II, que dividiu com os leigos o protagonismo eclesial – possibilitou uma inserção mais ampla e diversificada da Igreja nas esferas educativa e social. Além disso, o apoio financeiro do Estado ao setor de ensino permitiu que homens e mulheres ingressassem na carreira de ensino como agentes de pastoral, na condição de professores de Ensino Religioso. Para serem contratados, os leigos precisavam atender às determinações do Ministério da Educação, sendo exigidos licenciatura ou mestrado em Teologia, ou Ciências Religiosas, desde que complementados por formação pedagógica. Esse processo profissionalizante conferiu ao trabalho dos leigos um respaldo além do voluntariado, consolidando sua atuação de forma mais estruturada (Luneau e Michel, 1999).

Várias dessas fundações educacionais foram estabelecidas pelas ordens religiosas, da qual destacamos nesta pesquisa a CVD, que marcou sua chegada ao Brasil no ano de 1895, e se estabeleceu no Paraná em 1899 (Governan, 1974). O seu fundador, Pe. Arnaldo Janssen⁴, que era professor, pedia aos seus missionários que se empenhassem nessa área, principalmente, na fundação de escolas normais, com a finalidade de formar professores. Fato que corroborou para assumirem colégios e seminários em diversas regiões brasileiras (Wisniewski, 1995), em especial no estado Paraná, onde a CVD teve uma atuação significativa na criação de estabelecimentos de ensino.

Em conformidade com os princípios estabelecidos por seu fundador, os padres da CVD assumiam o compromisso de construir templos e instituições de ensino ao tomarem posse de uma comunidade paroquial. Seguindo esses princípios, Pe. Aloysio construiu prédios para instituições educacionais em Campo Mourão e Peabiru, onde, como ponderam Lineau e Michel (1999), integrava Irmãs e leigos como profissionais do Ensino Religioso.

Com o advento da colonização de Campo Mourão e das cidades do entorno, os colonizadores recém-chegados buscavam maneiras de prover educação para seus filhos. De acordo com Veiga (1999), aqueles que não possuíam recursos financeiros, inicialmente,

⁴ Arnold Janssen (1837-1909) foi um sacerdote e missionário alemão, fundador da Sociedade do Verbo Divino e das congregações das Missionárias Servas do Espírito Santo e das Irmãs Servas do Espírito Santo da Adoração Perpétua, tendo sido beatificado em 1975 pelo Papa Paulo VI e canonizado em 2003 pelo Papa João Paulo II.

dependiam dos ensinamentos oferecidos, de modo improvisado, por seus próprios familiares. Por outro lado, os mais abastados contavam com professores contratados, uma vez que, nos primeiros anos de formação da região, não havia uma estrutura educacional formal estabelecida. Somente em 1947 é que foi fundada a Escola Getúlio Vargas, que se adequava às normas e padrões de ensino formais da época.

Um dos estabelecimentos de ensino que “tomaria a compostura de notável efeméride” (Veiga, 1999, p. 206) no município de Campo Mourão seria o Colégio Santa Cruz. Como a CVD enfatizava, em seu carisma, a educação como parte de sua missão, logo nos primeiros anos de atuação do Pe. Aloysio como vigário da paróquia de Campo Mourão, registros no Livro Tombo revelam que em 1947 ele fizera uma solicitação à prefeitura municipal no sentido de tentar ganhar um terreno visando à construção de um colégio e de um hospital. Além disso, propôs também a colaboração de irmãs vicentinas para a administração dessas instituições. Apesar de não ter sido atendido de imediato e de não ter obtido o terreno que almejava, conseguiu a concessão de outro, durante uma visita pastoral de Monsenhor Koenner. Este, em acordo com o prefeito Pedro Viriato, assegurou-lhe a doação do terreno ao lado da igreja (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

A construção do colégio foi uma das primeiras iniciativas educacionais no município de Campo Mourão, projetada para oferecer ensino a crianças e adolescentes entre 14 e 16 anos que ainda não haviam concluído a educação primária (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.). O marco de sua construção ocorreu em 23 de abril de 1949, com os primeiros recursos obtidos mediante pedidos feitos pelo prefeito Pedro Viriato. Pe. Aloysio também buscava apoio, e durante uma bênção na serraria do Sr. Bartolo Gana, solicitou ajuda com madeira para a construção do colégio. Apesar do compromisso inicial do Sr. Bartolo em fornecer 300 pinheiros, ele acabou por não cumprir com o combinado, levando o padre a procurar outra serraria. Sem sucesso em obter doações, Pe. Aloysio teve que comprar a madeira necessária para a construção (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Na intenção de estabelecer o colégio em Campo Mourão, Pe. Aloysio recorria aos órgãos públicos sempre que necessitava de fundos. Sentindo-se parte integrante da comunidade que visitava, ele buscava melhorias para sua Igreja e também reivindicava junto aos governantes, benfeitorias para os municípios por onde passava. Para arrecadar recursos destinados à construção do colégio, por exemplo, participou de uma missão política em maio de 1949, indo pessoalmente até um local chamado Pinhalão – hoje, município de Farol –, onde conseguiu o apoio financeiro que desejava. Durante suas visitas às comunidades adjacentes à paróquia de Campo Mourão, não se furtava de pedir contribuições para a construção da

instituição de ensino. Na festa de São Pedro em Mamborê, também realizou pedidos de fundos (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Outro fato interessante, pontuado por Veiga (1999), foi que Pe. Aloysio ao assumir o controle da construção do colégio, mas também atuou como mestre de obras. Enfrentando grandes dificuldades, ele organizou uma coleta para obter materiais e mão de obra. Mais uma vez, o padre utilizou suas habilidades como carpinteiro para contribuir com o projeto.

Todavia, os planos da construção do colégio tiveram que ser adiados. Em viagem para Curitiba, no mês de julho de 1949, onde fora participar de um retiro espiritual, ao sentir-se mal, foi levado ao hospital, tendo de se submeter a uma cirurgia de apendicite e hérnia. Ao retornar a Campo Mourão, em agosto, Pe. Aloysio percebeu que a construção do colégio não havia progredido. Sem hesitação, reiniciou os trabalhos em 2 de agosto e, até o dia 7 de setembro, a primeira parte do colégio já estava concluída.

Em 13 de dezembro de 1949, durante a visita do Governador Moysés Lupion a Campo Mourão, uma cerimônia grandiosa marcou o lançamento da pedra fundamental de um complexo que incluía um posto de higiene, um campo escolar, uma delegacia e uma usina. Nesse evento, Pe. Aloysio aproveitou a oportunidade para solicitar ao Governador um auxílio financeiro no valor de Cr\$10.000,00 para a construção do colégio e a nomeação de três irmãs como professoras estaduais. Com rapidez, o auxílio foi oficializado por meio de um decreto emitido, durante o jantar de comemoração da inauguração, atendendo aos pedidos do sacerdote e viabilizando o projeto (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Assim, no dia 14 de fevereiro de 1950, finalmente chegaram as três primeiras Irmãs Filhas da Caridade da Ordem de São Vicente de Paulo: Martha Kleina, como Superiora, Cecília Lechocki e Therezinha Maria Bertuol, acompanhadas da Irmã Balbina Filipak, Superiora do Colégio de Pitanga. O início das aulas ocorreu em 20 de fevereiro de 1950, e a inauguração oficial do colégio ocorreu em 7 de maio do mesmo ano (Veiga, 1999).

O colégio funcionava em regime de internato, atraindo, principalmente, alunos das cidades de Maringá, Arapongas, Apucarana e Marialva. Pe. Aloysio desempenhou um papel fundamental na criação e manutenção dessa que se tornou uma das primeiras instituições educacionais em Campo Mourão, tanto na captação de recursos quanto na construção do prédio, no qual sua habilidade como operário foi importante. Em reconhecimento a seus esforços, o colégio foi posteriormente renomeado como Instituto Santa Cruz, em homenagem à sua devoção à Cruz de Cristo (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.).

Podemos sugerir que Pe. Aloysio teve êxito na formação desse estabelecimento de ensino confessional. Como deixou registrado no Livro Tombo de Campo Mourão, em 1951, o

padre sacerdote observou que os alunos demonstravam preferência pelo Colégio Santa Cruz em detrimento dos grupos escolares. Estes últimos, à época, representavam uma sistematização do ensino promovida pelo governo para atender aos filhos dos colonizadores. Os grupos escolares funcionavam em locais improvisados, como casas alugadas, e seguiam um modelo inspirado no sistema educacional europeu, caracterizado por sua natureza elitista: divisão em séries, exigência de exames para aprovação, currículo progressivo, controle parcial do professor sobre o processo de ensino-aprendizagem, um professor por série e um diretor de grupo. Com o tempo, surgiram iniciativas educacionais privadas, principalmente com orientação religiosa (Souza-Chaloba, 2019).

A formação desses colégios vinha atrelada a um período em que a Igreja Católica se dedicou à educação e à formação de leigos (Debald, 2007). Além disso, essas iniciativas estavam alinhadas aos princípios da CVD, que enfatizava, como já dissemos, a importância da educação, pelo que incentivava seus padres a fundarem instituições de ensino, ao mesmo tempo, em que buscavam expandir o catolicismo.

Nessa conjuntura, ao ser transferido para assumir como vigário de Peabiru – uma localidade em pleno crescimento –, Pe. Aloysio percebeu a necessidade de uma escola com base nos princípios católicos. Embora já existisse uma escola no recém-formado município, conforme Rocha e Silva (2022) observam, o crescimento de Peabiru e a chegada de novos moradores provenientes de diversas regiões do Brasil e do mundo demandavam a expansão da oferta educacional. Assim, em 1952, foi fundada a primeira instituição de ensino, chamada inicialmente Escola Pública de Peabiru, posteriormente rebatizada como “Casa Escolar de Peabiru”.

Logo nos primeiros anos da fundação de Peabiru foi implementado o Ensino Religioso, conforme evidenciado nos arquivos da paróquia local. Um decreto do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de 1954, regulamentou essa prática, estabelecendo que a disciplina seria parte integrante dos currículos dos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mantido pelo Estado e consoante as normas pedagógicas vigentes. As autoridades confessionais interessadas em incluir sua fé no currículo escolar deveriam registrar-se junto à Secretaria de Educação e Cultura, designar professores responsáveis e desenvolver programas e materiais didáticos. Na matrícula, os responsáveis pelos menores de 18 anos eram solicitados a especificar a disciplina de religião (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1954).

O Decreto n. 12.704/1954 continuou em vigor nas escolas no ano de 1955, conforme estabelecido pela Portaria n. 200, exarada pelo Secretário de Educação e Cultura, Joaquim Matos Barreto (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1955). Posteriormente, em

1958, o Decreto n. 19.343, assinado pelo Governador do Paraná na época, Moysés Lupion, reafirmou a obrigatoriedade das escolas em cumprir as disposições do Decreto n. 12.704/1954.

Padre Aloysio utilizava esses decretos como instrumento de ação, conforme asseveram os registros no Livro Tombo de Peabiru. Em 1957, por exemplo, ele implantou o Ensino Religioso nas escolas do município de Peabiru, nomeando a professora Maria de Lourdes Gatti para ministrar as aulas de Religião em todas as classes. Em Engenheiro Beltrão, a indicada para a mesma função foi a filha do Prefeito, Joaquim Antônio Bueno. Antes do início das aulas, o próprio padre fez a distribuição do material didático, incluindo livros como “História Sagrada” e “Catecismo”, além de quadros bíblicos reverenciados pela arte sacra católica. O mesmo procedimento foi adotado em outras localidades visitadas pelo religioso na época, como Triângulo, Araranguá, Ivailândia, Sussuí, Chapadão, Figueira, Saltinho, Jurumirim, Areia (Gleba 7) e Alto Alegre. Por fim, solicitou às escolas que preparassem os alunos para fazerem a Primeira Eucaristia até o fim do ano (LTPSJB/Peabiru, 1953).

À medida que o município crescia, Pe. Aloysio incluiu em seus projetos a construção de um colégio em Peabiru. Primeiramente, formou uma comissão para iniciar a construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O marco inicial ocorreu em 20 de janeiro de 1960, com a colocação da pedra fundamental, na presença da Comissão da Igreja, autoridades civis e muitos outros presentes (LTPSJB/Peabiru, 1953).

Pe. Aloysio, ciente das necessidades educacionais do novo município, em 1960, inicia a construção do colégio, e logo começa a receber benemerências do governo. Os projetos de formação de instituições educacionais, era uma forma pela qual a Igreja buscava contribuir para a educação e formação da comunidade, e, ao mesmo tempo, criava parcerias com o Estado. Como podemos verificar no documento encontrado nos Arquivos da Paróquia de Peabiru, consta que ficaria o Poder Executivo, autorizado a abrir um crédito de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinados às obras do Colégio Sagrado Coração de Jesus. E ainda justifica:

A construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Peabirú foi iniciada há algum tempo, tendo atingido já o primeiro andar. A constante alta do material necessário tem retardado, sobremaneira, a conclusão do prédio. Luta, ainda, a Direção do Colégio com dificuldades financeiras de toda ordem. Reconhecendo os grandes e inestimáveis serviços prestados pelo Colégio S. C. de Jesus, os quais terão maior amplitude depois do concluído o edifício, elaboramos o presente plano da lei que, uma vez aprovado pela Casa, dará meios financeiros suficientes para o término dentro do menor prazo possível (Arquivo da Paróquia São João de Batista de Peabiru, 1960).

A abertura de um novo colégio em Peabiru não apenas evidencia o compromisso do padre para com a educação confessional católica, mas também ressalta as importantes contribuições das instituições religiosas no campo educacional em localidades em desenvolvimento. Conforme destaca Durkheim (1996), a religião vai além de meras ideias influenciadoras e conjunto de doutrinas, mas também oferece uma perspectiva social e prática, que, por vezes, pode moldar a vida de uma sociedade.

A construção do colégio enfrentou desafios, como a constante alta dos custos dos materiais, levando o padre a enfrentar dificuldades financeiras. Para superar esses obstáculos, o governo local autorizou um crédito significativo para conclusão do edifício, reconhecendo os valiosos serviços prestados pela escola. Essa colaboração entre a instituição religiosa e o governo reflete as observações de Beozzo (1982) sobre a relação complexa entre esfera política e religiosa, evidenciando uma ligação íntima entre Igreja e Estado no apoio às construções das diversas congregações religiosas.

Apesar desse vínculo próximo que Pe. Aloysio manteve com os agentes públicos de Peabiru, tinha abordagens estratégicas para conseguir recursos para seu projeto educacional, tanto que no ano seguinte, depois do início da construção do colégio, em 1961, buscou apoio financeiro na Alemanha, como podemos analisar em documento encontrados na paróquia de Peabiru, intitulado “ANTRAG AUF GEWÄHRUNG EINER BEIHILFE”, que pode ser traduzido como “Pedido de ajuda” (tradução nossa). Nesse requerimento, o padre solicita auxílio para construção do colégio, em que descreve que o município de Peabiru está localizado na região Norte do Paraná, e que após a última guerra, esta área foi declarada “área de assentamento”, da qual as pessoas moram em pequenas propriedades. E desde 1945, cerca de 20 pequenas cidades surgiram nos arredores. A maioria das famílias, informa ele, vive da agricultura, mas não era qualificada para o trabalho. Assim sendo, deixou claro que para sanar tais dificuldades pretendia fundar um colégio:

Quase todos os novos colonos têm muito pouca escolaridade. Portanto, os cursos noturnos em nosso centro social são uma necessidade urgente para superar o desconhecimento em todas as áreas. A formação em economia doméstica para mulheres jovens e raparigas é uma necessidade urgente aqui, onde as famílias dependem majoritariamente de si próprias. Isto deve ser transmitido pelas nossas irmãs nos cursos de costura, nas aulas de culinária e no ensino do comércio de presunto. Cuidados e instruções de higiene podem ser fornecidos pelas irmãs nestes cursos de formação, a fim de reduzir a mortalidade infantil, reduzir e aumentar os cuidados gerais de saúde. A influência e a educação que oferecemos evitam a radicalização de elementos que procuram intervir em todos os lugares (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, s.d. tradução nossa).

Um dos empreendimentos do colégio tinha a ver com a oferta de formação profissional como uma forma de contribuir para a geração de empregos, alinhando-se aos princípios da Ação Popular: um movimento surgido na década de 1960, que defendia uma sociedade humanista e promovia políticas sociais voltadas para a criação de oportunidades de trabalho (Debald, 2007). Durante o período em que Pe. Aloysio permaneceu na Alemanha Pe. Daniel D'Ambrosio da C.V.D., foi designado a administrar a Paróquia de Peabiru, de andamento nas obras do Colégio, como podemos perceber em um pedido feito ao secretário de Educação do Paraná. O pedido foi feito para conseguir carteiras para a instituição de ensino, e visando começar as aulas no próximo ano, Pe. Daniel D' Ambrósio, fez um requerimento junto a Secretaria de Educação:

25 de Novembro do 1961, Exmo, Sr. Dr. Mario Braga Ramos DD. Secretário da Educação no Estado do Paraná. Curitiba. Digníssimo senhor Secretário. Estando éssa Paróquia de Peabirú, ultimando a construção do Colégio SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, e com pretensão de começar as aulas no próximo ano, venho pelo presente com o devido respeito, solicitar á V.Excia. se digne ordenar a remessa através da Secretaria de Educação 300 carteiras para nosso Colégio. Certo de que este pedido mereça vossa especial atenção, em da Paróquia de Peabirú, apresento-vos meus respeitosos Cumprimentos P. Daniel D'Ambrosio (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

Essa interação entre a Igreja e o Estado reflete uma dinâmica em que as instituições religiosas buscam apoio do governo para promover a educação, evidenciando suas relações de poder. Essa busca por benefícios por parte da Igreja junto ao Estado está, grosso modo, em linha com as observações de Azzi (1981), que destacam a importância duma cooperação harmoniosa entre instituições religiosas e civis para alcançar objetivos compartilhados, apesar da separação oficial e alegada entre o poder eclesial e o temporal.

Não obstante, seus intensos esforços, Pe. Aloysio não obteve o apoio financeiro esperado da Alemanha. Retornando a Peabiru em 29 de dezembro de 1961, frustrou-se ao encontrar as obras da construção atrasadas e desorganizadas. Ainda assim, determinado a concluir sua obra, em maio de 1962, ele organizou uma festa para arrecadar fundos e finalizar as obras do colégio, que estavam bem atrasadas.

É possível afirmar, com base na celeridade de suas ações, que Pe. Aloysio ansiava pela abertura do colégio. Conforme registros nos arquivos da Paróquia de Peabiru, em julho de 1962, a Irmã Salomé, freira da Congregação São Vicente de Paulo, enviou um telegrama a Pe. Aloysio informando que não seria possível atender ao pedido de abrir o educandário devido a uma epidemia de pneumonia e gripe, que impossibilitava o conselho da Congregação de se reunir para tomar a decisão. Sugeria-se, portanto, que a inauguração do educandário fosse adiada para

janeiro de 1963. Em resposta, Pe. Daniel d'Ambrósio, designado pró-vigário da paróquia de Peabiru durante a ausência de Pe. Aloysio em sua busca por recursos na Alemanha, enviou uma mensagem às Irmãs:

Recebi a carta de V. Reverência como também notícia do telegrama mediante a Irmã Sup. do colégio de Campo Mourão. Apreço-me portanto a dar as informes pedidos e na carta e no telegrama de V. reverência. Os informes estatísticos são tirados da voz do Paraná. A Paróquia de Peabiru tem um total de 19.180 habitantes A cidade de Peabiru só tem 5.368 habitantes. A finalidade da nova fundação é proporcionar às crianças de famílias católicas uma formação católica adequada. Há um grupo escolar na cidade e vários isolados. Não há outro estabelecimento religioso semelhante. Não posso dar informe certo sobre o número certo ou aproximado dos católicos da Diocese de Campo Mourão. Aqui na cidade muitas outras religiões que homens possam inventar e que Deus não deixe de condenar. Estes são os informes que eu posso dar a V. Reverência atendendo a carta do dia 31 de julho p.p.. O Colégio 'Sagrado coração de Jesus' está mm fase de acabamento e o dinheiro para isso disponível, também. Querendo inaugurar o colégio ainda para o ano letivo de 1962 como é ardente desejo do reverendíssimo padre Vigário efetivo faqui, atualmente em merecido gozo de férias na Alemanha, peço mandar umas irmãs ver, apreciar, deliberar para propor um auxílio bastante elevado ao conselho provincial da casa central. De V. Reverência em Xto, Pe. Daniel D'Ambrósio (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

Mesmo com pedido feito para abrir o educandário em janeiro de 1963, o padre deixa registrado no Livro Tombo de Peabiru, que em agosto de 1962, aguardava a chegada das Irmãs Vicentinas para iniciar as atividades no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Peabiru, porém, isso não se concretizou. Diante desse impasse, o bispo Dom Eliseu Mendes, em agosto de 1962, encaminhou uma reclamação à Casa Central em Curitiba. Só em 13 de novembro 1962, após uma prolongada espera, as irmãs, nomeadamente a Irmã Lídia, a Irmã Inês e a Irmã Irene, chegaram a Peabiru para dar continuidade ao projeto até ser inaugurado.

O colégio, chamado Sagrado Coração de Jesus, era uma instituição particular com regime de internato, e foi inaugurado na presença do bispo Dom Eliseu Mendes, no dia 13 de fevereiro de 1963. Pe. Aloysio encerraria mais um de seus projetos, significativo na área educacional.

Após a inauguração do Colégio, no dia 20 de fevereiro, o verbita foi transferido para Engenheiro Beltrão, onde não construiu instituições de ensino, mas no Livro Tombo da paróquia daquela cidade (1962), deixa clara sua vontade em implantar o Ensino Religioso nas escolas. Em meados de 1963, registra-se que o Prefeito nomeou uma catequista para lecionar Ensino Religioso nas escolas, e que ele próprio tinha se colocado à disposição para dar aulas de religião duas vezes na semana nos cursos normais.

Outro fato igualmente registrado no mesmo documento foi que, no ano de 1973, o sacerdote organizou a catequese na paróquia e também no ginásio, chegando até a tentar conseguir uma freira vicentina para ministrar as aulas de catequese. No entanto, sem obter sucesso nessa empreitada, as próprias professoras acabaram por ministrar 45 minutos de catequese nas salas de aula.

Ao longo de sua atuação na implantação da fé católica nos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, Pe. Aloysio via nas instituições educacionais uma ferramenta crucial para promover seus projetos de expansão do catolicismo. Além disso, de acordo com Azzi (1981), a Igreja, naquele período, enfatizava a importância da colaboração mútua entre o poder político e eclesiástico. Nessa visão, a Igreja, como uma entidade moral, desempenhava um papel significativo na manutenção da ordem social, defendendo a interesses mútuos entre os poderes político e religioso para alcançar objetivos comuns.

3.2.2 Ação Social

A Igreja Católica no Brasil atuou e atua não apenas como instituição religiosa, mas também exerce práticas com um viés assistencialista. Tanto, que no final do século XIX, a Igreja contou com a participação de muitos pensadores cristãos que passaram a defender o direito de criar sindicatos, estabelecer negociações justas e promover a intervenção do Estado em apoio aos trabalhadores. A encíclica *Rerum Novarum* consolidou esse movimento e exerceu influência significativa sobre os católicos no Brasil (Menezes, 1986). Fatos históricos fortaleceram ainda mais os laços entre a Igreja e o Estado, levando em consideração que, em determinados momentos, a Igreja desempenhou funções que eram próprias do Estado. Nesse cenário, é comum observarmos uma conexão estreita na criação de instituições, como escolas e hospitais.

Em busca de se estabelecer uma conexão entre indivíduos, instituições religiosas e a sociedade como um todo, a análise da influência da Igreja pode relevar suas intervenções sociais que moldam a cultura, a organização social e o bem-estar coletivo. Conforme Morin (2002) aponta, os indivíduos estão imersos numa dinâmica social na qual a sociedade desempenha um papel fundamental na sua organização e funcionamento, ao mesmo tempo, em que existe para promover o bem-estar individual.

O estreitamento dos laços entre a Igreja e o Estado tem suas raízes históricas, sobretudo, no período que compreende o do Brasil colonial (1500 a 1822) e imperial (1822-1889). Naquele tempo, a ausência de diversidade religiosa no país estabelecia o catolicismo como a única

religião aceita legalmente, configurando o Estado como confessional, conforme apontado por Oro (2011). Com a proclamação da República em 1889, no ano seguinte, houve a separação entre Igreja e Estado criando independência entre instituições religiosas e o governo. Assim, o Brasil deixou de ser um Estado confessional e passou a ser um Estado laico, ou seja, sem uma religião oficial.

Além disso, na década de 1920, a Igreja deu início a uma fase conhecida como Restauração Católica. De acordo com Azzi (1977), tal restauração foi um movimento coordenado pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o intuito de estabelecer ordens políticas e sociais fundamentadas na fé cristã, exercendo influência significativa nesse período. Essa iniciativa católica estava alinhada aos apelos do Papa Pio XI, que buscava direcionar tanto a fé católica quanto os líderes políticos para questões culturais e educacionais, conforme destaca Valle (1995). Após a Revolução de 1930, sob liderança do Cardeal Sebastião Leme, a Igreja Católica no Brasil conseguiu restabelecer uma aproximação com o Estado, liderado por Vargas, que reconheceu o prestígio da Igreja. Essa aproximação de D. Leme com o Vargas favoreceu a presença e a atuação da Igreja em ações políticas e sociais que, por sua vez, requeria junto ao Estado privilégios que tinham antes da Proclamação da República (Azzi, 1978).

A partir da década de 1930, começam a surgir vários movimentos dentro da Igreja para reforçar o catolicismo no Brasil: momento que as instituições religiosas e o Governo voltam a estreitar laços (Debald, 2007). Apesar de possuírem papéis distintos, se complementavam numa relação de poder, onde a Igreja buscava recuperar seu espaço na sociedade e defender seus valores e interesses, já o Estado, vê-se compelido a ampliar sua autoridade e evitar conflitos sociais.

Desse modo, com o fim do padroado, o Brasil passou a ter liberdade religiosa, o que deveria garantir tanto a Igreja, quanto ao Estado autonomia em suas decisões. Entretanto, nunca deixaram de ter um vínculo, de maneira que no decorrer do século XX houve uma flexibilização das medidas de laicização, e na constituição promulgada em 1934 foi aceito a cooperação entre Igreja e Estado, criando feriados religiosos, aceitação do casamento religioso com efeito civil, permitiu-se a criação de cemitérios religiosos, implantação de disciplinas confessionais nas escolas, e os eclesiásticos decidiam se queriam ou não prestar serviço militar. A Igreja Católica passou a receber benesses do governo, como isenção de impostos e auxílios financeiros, fatos que deixava entendível os privilégios católicos em relação a outras religiões (Camurça, Silveira, Andrade Júnior, 2020).

Porém, não podemos deixar de dar atenção ao cronotopo pelo qual esta pesquisa perpassa. O país nas décadas de 1930 a 1945 vivenciava a Era Vargas. Quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, buscou o auxílio da Igreja e reestabeleceu os laços entre Igreja e Estado. O Getulismo achava plausível o uso da religião para se aproximar do povo, através dos seus movimentos sociais, e, em contrapartida o catolicismo se beneficiava com as regalias que o Estado oferecia.

A Era Vargas, da década de 1930, no Brasil, passava por um desenvolvimento econômico e industrial, que culminou na elevação da população urbana, acarretando problemas de educação, habitação, saneamento básico, e tantos outros. Conforme a industrialização progredia, houve um aumento na concentração de renda, ampliando as disparidades socioeconômicas, de modo a intensificar as tensões nas relações laborais e agravando os problemas sociais.

No decorrer do seu governo, Vargas, temendo um aumento de movimentos operários contra seu governo, adotou uma política colaborativa ao trabalhador, com o intento de diminuir as tensões entre classes e ter controle sobre a massa trabalhadora. Vargas, buscou aliança com Igreja Católica, que imbuída de um sentimento social expresso nas encíclicas papais, que concordavam com a necessidade de intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, enfatizando a obrigação de implementar políticas sociais. Além disso, reafirmaram a importância de uma sociedade consensual e harmoniosa, buscando evitar conflitos de classe. Diante dessa aliança, a Igreja expandiu suas instituições assistenciais e educativas, das quais se destacaram as universidades católicas (Bulla, 2003).

Ademais, o governo getulista via nas atividades pastorais mais uma oportunidade de aproximação ao povo, devido seus diversos segmentos sociais, fato que motivou o estreitamento dos laços entre Igreja e Estado. Nessa circunstância, surgiu oficialmente um dos primeiros movimentos de ação pastoral do país, a Ação Católica, que da década de 1930 a metade da década de 1960, foi a principal forma organizativa da Igreja nos ambientes urbanos e rurais, que atendia pessoas de qualquer faixa etária (Debald, 2007). Mas, não era só no Brasil que surgia a Ação Católica, esse movimento, também despontava na América Latina, que parecia estar em sintonia com pedidos do Papa Pio XII, e expandia iniciativas de natureza assistencial, espiritual e reformista (Mezzomo, 2002).

Nesse ensejo, que foi reforçada a Ação Católica – criada em 1922 –, favorecendo o fortalecimento do catolicismo, e representando uma nova abordagem de vivência da Igreja Católica com o Estado (Debald, 2007). Apesar que desde 1891, com a separação da Igreja e Estado, houve uma tentativa frustrada na criação de um Partido Católico, porém, somente com

a criação da Ação Católica, que a Igreja conseguiu se consolidar durante o Getulismo, no ano de 1932, criando a LEC (Liga Eleitoral Católica), que tinha o propósito abranger o maior número possível de eleitores e, por outro lado, tentava reunir todos os registrados em uma organização centralizada que permanecesse comprometida com seus objetivos (Primolan, 2007).

Além da LEC, surgiram algumas subdivisões da Ação Católica, como os de grupos da Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual se formaria a Ação Popular. Essa nova formação estabeleceu contato dos trabalhadores e dos estudantes junto ao episcopado. Essas mudanças significativas, expressavam uma maior preocupação com as questões de justiça social (Gomes, 2014). A Ação Popular buscava melhorias sociais e econômicas, visando a humanização das relações trabalhistas, principalmente as do meio urbano (Debald, 2007).

Outro fato importante, foi que, segundo Yazbek (2005), o Serviço Social no Brasil, teve seu embasamento na Ação Católica, representando um avanço em relação às práticas filantrópicas direcionadas às mudanças políticas e sociais sob a perspectiva dos princípios católicos.

À medida que o governo Vargas, criava estratégias assistencialistas visando aproximação com a classe operária e visando o apoio popular, em busca de consolidar seu poder, e a Igreja acabava por se engajar em suas ações, criando uma dinâmica notável entre Igreja e Estado.

Dentre essas estratégias varguistas, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada pela Primeira Dama Darcy Vargas, com intuito de atender as famílias que tinham expedicionários na Segunda Guerra Mundial. Após o término da Guerra, a LBA redirecionou seu foco para a assistência à maternidade e à infância, o que deu início a uma política de parcerias com instituições sociais distintas para a filantropia e a benemerência (Yazbek, 2005). A LBA, teve um forte engajamento feminino voluntário, abrangendo mulheres de diversas faixas etárias, níveis educacionais e classes sociais, unidas pela solidariedade, evidenciando a importância das mulheres, muitas das quais descritas como “vestidas como donas de casa”, que através dessa ação, tiveram a oportunidade de ingressar no meio público (Barbosa, 2020).

Como a LBA era um movimento liderado pelas primeiras-damas, do governo federal, estadual e municipal. No Paraná, no ano de 1947, Moysés Lupion foi o primeiro governador eleito após o fim do Estado Novo. E quem geria a LBA no estado paranaense, era a primeira-dama Hermínia Rolim Lupion, que participava das ações políticas sociais de benemerência, em

consonância com Igreja Católica, Pe. Aloysio deixou registrado LTPNSG/Engenheiro Beltrão (1962), que encaminhou um rapaz para fazer curso de mecânico de tratores por conta da LBA.

A LBA na Paróquia de Peabiru teve uma atividade significativa na década de 1970. Apesar no nosso biografado não atuar mais no município nessa época, é relevante expor que houve vários cursos profissionalizantes, como: curso prático de eletricidade; auxiliar de administração rural; tratorista; carpintaria; marcenaria; latoeiro; pedreiro; pintor; bombeiro hidráulico; mecânica de automóvel e trator de pneu; torneiro mecânico e radiotécnica. E em cada curso havia a educação complementar, sobre direito do trabalho, educação moral e cívica.

Nessas décadas que precediam à Restauração Católica, com tantas regalias que o Estado cedeu à Igreja Católica, os clérigos desse período, incluindo os padres da CVD, que contribuíram com trabalhos pertinentes em várias paróquias do Paraná, não deixavam de exigir benefícios cedidos pelo Estado para Igreja. Essas políticas sociais desenvolvidas pela Igreja no governo de “Getúlio Vargas, antes e depois do Estado Novo (1937), as obras católicas passaram a receber expressivas verbas e subvenções dos cofres do Estado” (Valle, 1995, p. 60).

Nesse mesmo ensejo, durante o desenvolvimento da região de Campo Mourão, a Igreja apesar de receber benemerência do governo, desempenhou um papel preponderante ao que tange o assistencialismo, e demonstrou uma eficácia em suas atividades, visto que os imigrantes que chegavam para povoar a região, tinham necessidades tanto religiosas, quanto sociais.

Sendo assim, Pe. Aloysio não se limitou a construções de igrejas, mas também se interessou na fundação de instituições de ensino, hospitais e obras sociais vinculadas ao Estado, e, até mesmo, interferia em melhorias para os municípios onde atuou, como aquisição de energia elétrica, água encanada, asfalto nas cidades. Como podemos constatar no LTPSJ/Campo Mourão, 1943, onde pedia ao prefeito um terreno próximo à Igreja, o qual poderia construir um hospital e um colégio. E ainda nos arquivos paroquiais de Peabiru, preserva-se uma declaração do prefeito Silvio Barros confirmando as reivindicações que Pe. Aloysio fez de água e luz para o município.

Com a presente venho declarar, por ser verdade, e para as finalidades legais, que os pedidos apresentados pelo Revmo, Padre Aloysio Jacobi, digníssimo vigário de Peabirú, Estado do Paraná, Brasil, referentes à necessidade de instalações de água e energia elétrica nesta cidade, correspondem, verdadeiramente, às reais necessidades deste município, sendo essas, as suas maiores necessidades do momento. Edifício da Prefeitura Municipal de Peabirú, aos 7 de setembro de 1961 (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

Ao analisar o requerimento do padre verbita, junto ao prefeito de Peabiru, podemos sugerir que Pe. Aloysio trabalhava em consonância com o governo municipal, buscando o bem-estar social dos munícipes, e deixava claro que naquele momento era uma das maiores necessidades: fato este que vem em consonância com as postulações de Azzi (1981), ou seja, que a Igreja persistia em destacar a importância da colaboração mútua entre as autoridades civis e eclesiais.

Mas os clérigos não esperavam benefícios apenas do governo: pediam benemerência aos leigos, como podemos observar em carta de Dom Inácio Krause, bispo da Prelazia de Foz do Iguaçu, no ano de 1959, a qual deixava enfatizado:

Ha no mundo 900 milhões de crianças. 500 milhões vivem e morrem na miséria espiritual e material. É para estas crianças que a Igreja, em nome de Nosso Senhor, vos pede hoje vossas orações, para que nenhuma desta crianças não morra sem batismo; vos pede hoje um auxílio material, para dar comida, roupa e remédios e assim salvar a vida do corpo. Todo aquele que receber em meu nome um menino como este, a mim recebe - disse Nosso Senhor. E quem de vós não gostaria receber Nosso Senhor?! (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1959).

Através do documento, podemos inferir que a Igreja Católica desempenhava um papel significativo na esfera social ao se envolver ativamente na busca por soluções aos problemas relacionados à miséria. A Igreja tentava fazer às vezes do Estado em levar auxílio para os que vivem em vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, expandir o catolicismo, envolvendo e enfatizando a ação dos leigos.

Uma maior preocupação com o meio social, veio com o Concílio Vaticano II (1962-1965) que chegou como um novo advento, trazendo para a Igreja uma nova evangelização, que se traduziria em inovações e melhorias organizacionais (Luneau e Michel, 1995), e uma forma de agir em relação às ações sociais.

Esse Concílio foi uma assembleia que o Papa João XXIII e Paulo VI, com o objetivo de orientar a “Igreja Católica para uma maior solidariedade com os povos oprimidos e com as classes marginalizadas pela estrutura econômica e social” (Azzi, 1978).

Já no final do século XIX, a Igreja acumulava uma quantidade significativa de experiências, baseadas nos princípios da encíclica do Papa Leão XIII *Rerum Novarum*, que baseava instruir os trabalhadores nos princípios da fé cristã e na promoção da ordem. Dessas inúmeras restaurações que a igreja buscava fazer no decorrer dos séculos, a Frente Agrária, foi uma das subdivisões da Ação Católica (Priori, 2012).

No Paraná, a Frente Agrária, fundada em Maringá, com uma missa campal celebrada em frente à Catedral, no dia 13 de agosto de 1961. Essa fundação foi organizada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, com o propósito de melhorar as condições de vida na lavoura, buscando uma abordagem mais humanizada para os trabalhadores rurais. Os bispos responsáveis por essas iniciativas eram respectivamente Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes (Priori, 2012).

No mês de janeiro de 1962, já havia indícios dos movimentos da Frente Agrária em Peabiru. No Livro Tombo de Peabiru, o padre enfatiza que o ano iniciou com um aviso importante a respeito da Frente Agrária Paranaense (FAP). E mais tarde, observamos em suas anotações que teriam uma conferência sobre a Encíclica *Mater et Magistra*⁵ à disposição dos padres do Verbo Divino. O Pe. Walter Boutem, da CVD, ia a várias paróquias para fazer palestras e conferências sobre a doutrina social da igreja. As primeiras paróquias a serem visitadas foram: Peabiru, Araruna, Terra Boa, Jussara, Cianorte, Cruzeiro d'Oeste, Umuarama e Iporã. Outras paróquias seriam visitadas oportunamente.

Dessa maneira, os padres tentavam colocar em execução as orientações do Concílio Vaticano II, e atuar nas áreas sociais, como evidenciado nesta carta de 1962, na qual Pe. Aloysio presta contas junto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social Departamento de Serviço Social, sobre a origem dos benefícios que foram usados na Frente Agrária Paranaense.

A Secretaria de Trabalho e Assistencia Social Departamento De Serviço Social!

Resposta da a Carta Nr. 31/62

O requerimento, que foi feito pedindo o pagamento da susvenção na importancia de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) é a verba que foi lançada das obras Sociaes da Egreja Matriz, da Paroquia de Peabiru, que será aplicada no actual obra social da Egreja Matriz, na formação do Colegio do Sagrado Coração Jesus, que esta esperando sua abertura em breve em favor do homem do campo. A duplicata da aquisição de 25 camas é mais do que subvenção. A Frente Agraria Paranaense fundada nesta paroquia no dia primeiro de Julho deste ano esta esperando este beneficio (Arquivo da Paroquia São João Batista de Peabiru, 1962).

Assim, podemos verificar a relevância da implementação das orientações do Concílio Vaticano II, mostrando como a Igreja, representada pelo Pe. Aloysio, procurava atuar nas esferas sociais, em especial, por meio da FAP, com esse alegado compromisso da Igreja em se envolver, ativamente, nas questões sociais e no desenvolvimento da região.

⁵ A Encíclica *Mater et Magistra*, Mãe e Mestre, publica no dia 15 de maio de 1961 pelo Papa João XXIII, reflete e aborda temas sobre o bem-estar social.

É nesse ensejo que o padre vai desenvolvendo os trabalhos sociais na paróquia de Peabiru. Após o pedido feito, em 17 de fevereiro de 1963, o bispo D. Eliseu Mendes convocou uma reunião da FAP, que contou com a presença do deputado estadual Edgard Tavora, além de outras lideranças e advogados. Durante esse encontro, foram estabelecidas as diretrizes norteadoras para a criação de três sindicatos: o Sindicato do Trabalhador Simples da Lavoura, o Sindicato do Trabalhador Rural e o Sindicato dos Produtores. Cada um deles ficou encarregado de escolher uma diretoria composta por 12 membros, para posterior realização da assembleia geral da fundação (LTPSJB/Peabiru,1953). Essa iniciativa da FAP visava a organizar o maior número possível de sindicatos, para reduzir a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais (Priori, 2012, p. 191).

A Frente Agrária Paranaense tinha o objetivo de direcionar o movimento dos trabalhadores rurais, visando a “cristalizar a verdade agrária” e impedir a dominação do movimento comunista. Receosas com a possível influência comunista, as lideranças da FAP adotaram a estratégias para neutralizá-la, incluindo a organização institucional. Estabeleceu uma infraestrutura diversificada, com destaque à criação de associações de trabalhadores, visando à formação dos sindicatos (Priori, 2012).

Durante a década de 1950 a 1960, os conflitos no campo experimentaram um incremento bem significativo, adquirindo um caráter de nível nacional. Tais conflitos foram resultados de diversos processos que envolveram as lutas sociais agrárias, as quais culminaram na formação da Liga Camponesa. Esse movimento foi sendo formado a partir de uma brusca ocupação de terras em Porecatu, no Norte paranaense, dando início a um conflito pela posse de terra. Dessa disputa, surgiu o Partido Comunista Brasileiro no campo e para a formação das “ligas camponesas”, que representavam as primeiras formas de organização coletiva dos camponeses. Apesar da intensa resistência por parte dos proprietários, os comunistas conseguiram obter sucesso ao conquistar um importante apoio entre os camponeses.

Entre os colonos das fazendas de café, houve uma imposição de desmembramento de organismos ecléticos e a formação dos primeiros sindicatos agrícolas. Essa iniciativa foi liderada principalmente, por militantes comunistas, resultando no aumento de sindicatos no meio rural e na emergência da primeira geração de dirigentes sindicais agrícolas. A Igreja Católica, em busca de defender seus interesses, com o apoio das oligarquias, decidiu participar na busca pela sindicalização das populações rurais, formando a Frente Agrária Paranaense (Silva, 2006).

O episcopado paranaense demonstrava preocupação com a problemática agrária, a ponto de os bispos emitirem seu primeiro pronunciamento coletivo. Enviaram uma carta à Assembleia

dos Arcebispos e Cardeais, ocorrida de 17 a 20 de agosto de 1953, intitulada *Pronunciamento dos Bispos do Paraná*. Nesse documento, os bispos do Paraná impressionaram com seu discurso, defendendo a posição de que o governo deveria promover a divisão das terras da União. Para essa parte do episcopado brasileiro,

o governo deve dividir as terras da União; fala que uma desapropriação justifica-se em favor dos que nela trabalham; pede indenização anterior às obras de barragens, e açudes; apresenta a proposta de agrovilas com toda a estrutura, evitando a migração para a cidade; afirma que as pequenas propriedades são abençoadas pela Igreja; defende um salário justo e o salário-família para os empregados rurais; pede a implantação de escolas técnicas agrícolas no Interior e recomenda tomar cuidado com os sistemas políticos. A preparação dos filhos dos agricultores era a maneira mais eficaz para garantir uma digna sobrevivência e o futuro dos agricultores (Chiquim, 2005, p. 58).

No Paraná, a década de 1960 foi marcada pela chegada dos imigrantes, que ocupavam toda a extensão territorial do Paraná. Sem encontrar mais espaço para a expansão, essas frentes desapareceram, deixando para trás uma série de problemas decorrentes de distorções ocorridas nas diversas fases dos processos de distribuição e apropriação da terra. Tais distorções, ao longo da fase mais recente da história do Paraná, criaram as crises agrárias, das quais surge a necessidade de reforma agrária na região avançada (Serra, 1992). Nesse ensejo, com a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Peabiru, Pe. Aloysio fez um requerimento solicitando verbas para atender às necessidades dos trabalhadores rurais, visando orientá-los sobre a situação agrária.

Importa mencionar que, em 1963, Pe. Aloysio foi transferido para Engenheiro Beltrão, onde sua atuação com a Caritas se destacou no âmbito do serviço social. A presença desse serviço naquela localidade evidencia, de algum modo, o comprometimento da Igreja em atender às necessidades sociais da comunidade, especialmente, em contextos de carência e vulnerabilidade que, naquele momento, centrava-se no campo.

Com a instituição, na diocese de Campo Mourão, da Caritas – que é uma organização da Igreja Católica que promove ajuda às comunidades necessitadas –, Pe. Aloysio, oportunamente, fez uso do movimento para fomentar ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a fim de receber a aprovação do governo, chegando até a enviar três marianos⁶ de Engenheiro Beltrão e 1 de Ivailândia para participarem do curso de formação para líderes do sindicato (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

⁶ “Mariano” é o nome que se dá ao membro do Movimento Mariano, que engloba leigos comprometidos com a consagração ao Coração Imaculado de Maria, em comunhão com padres e bispos.

Sendo assim, o engajamento do padre transcendeu as simples atividades de construção, de modo que não só colocava “as mãos à obra” apenas em construções, mas também se envolvia nas ações sociais desenvolvidas pela paróquia. Como deixou registrado no LTPNSG/Engenheiro Beltrão (1962), no mês de maio de 1963, a Caritas da diocese, iniciou a distribuição de recursos alimentares. Em Engenheiro Beltrão, havia 250 famílias cadastradas para receber os benefícios caritativos, pelo que Pe. Aloysio se encarrega de distribuir, semanalmente, às sextas-feiras, esses donativos. Assim, a atuação social do padre demonstra, na nossa leitura, a relevância da Igreja diocesana não apenas na dimensão da espiritualidade, mas também no apoio social. Como postula Durkheim (1996, p. 462), “pode-se dizer, em resumo, que quase todas as grandes instituições sociais nasceram da religião”. A Igreja desempenhou um papel na formação e sustentação das estruturas sociais na região de Campo Mourão, mesmo sendo em defesa de seus valores e interesses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após de anos ouvindo histórias sobre o biografado, tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa baseada em livros tombos, cartas, circulares, revistas, livros e jornais, de modo que, paulatinamente, pudemos fazer uso de trajetórias como ferramenta de pesquisa, que foi de grande significância para observarmos, no recorte proposto, as relações de poder entre Igreja e Estado. Tal observação, metaforicamente, é um prisma de várias faces que nos permitiu contemplar uma visão mais abrangente e holística da pesquisa, que envolveu o desenvolvimento de núcleos populacionais e a expansão do catolicismo ao longo das décadas de 1940 a 1970 na região de Campo Mourão.

Nesta complexa intersecção entre o poder religioso e político, Pe. Aloysio Jacobi emerge como uma figura central e ativa, exercendo um importante papel na expansão do catolicismo na Mesorregião Centro-Occidental do Paraná. Sua trajetória, marcada por eventos polêmicos – mas cruciais – e por desafios inerentes às dinâmicas político-sociais em uma relação de poder entre Igreja e Estado, oferece uma perspectiva singular capaz de contribuir para a compreensão de tensões, colaborações, contradições e transformações ao longo do tempo. No período compreendido entre 1940 e 1970, quando o padre chegou à região de Campo Mourão, testemunhamos, por meio das fontes empíricas cotejadas para tal análise, uma fase de intensa reocupação territorial, marcada por conflitos relacionados à posse de terras.

Ao lançarmos luzes sobre sua biografia, Pe. Aloysio Jacobi surge como figura central de nossa pesquisa, por meio da qual reconhecemos como sua atuação na consolidação do catolicismo durante a formação de núcleos populacionais nas localidades de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. Nesse contexto, buscamos compreender os impactos decorrentes dos encontros e desencontros políticos, sociais e religiosos na configuração da região, especialmente nas relações entre Pe. Aloysio Jacobi e os agentes públicos.

O uso da biografia como fonte de informação proporcionou uma visão mais detalhada e pessoal dos acontecimentos no contexto em que Pe. Aloysio estava inserido, oferecendo percepções sobre sua vida, contexto e experiências específicas. Dessa maneira, a biografia serve como uma ferramenta valiosa para enriquecer a compreensão das diferentes áreas do conhecimento e contextualizar a complexa presença e participação do líder religioso nos eventos que moldaram o desenvolvimento da região de Campo Mourão.

Desses eventos, o foco de análise foi as dinâmicas político-sociais em uma relação de poder entre Igreja e Estado predominante por séculos, e dentro de um contexto onde ambos

necessitavam do apoio um do outro. Por mais que as duas esferas de poder buscassem um alegado distanciamento, em vários momentos e períodos, se reaproximavam.

Para compreender melhor essa interação entre poderes políticos e religiosos, foi necessário analisar a dinâmica de expansão territorial e econômica, pressupondo o processo de reocupação de terras paranaenses. Como resultado desse processo, observamos o início da expansão do catolicismo no Brasil, que remonta ao século XVI, quando os jesuítas se estabeleceram em terras paranaenses com o propósito de catequizar os povos indígenas. É importante destacar também a presença dos nativos que já habitavam a região que foram submetidos ao sistema de *encomendas*, um regime de trabalho compulsório. Os espanhóis, trouxeram missionários da Companhia de Jesus para catequizá-los, originando as reduções. Essas reduções eram pequenos núcleos populacionais, que mais tarde foram destruídas, já que seu desenvolvimento fez suscitar entre os portugueses a percepção de uma perda de poder. Esse sentimento, em parte, motivou a destruição da maioria das reduções estabelecidas no Paraná.

Com a chegada dos espanhóis e portugueses, inicia a reocupação do Paraná, dando início as principais atividades econômicas, e resultante disso, foi o prelúdio dos primeiros núcleos populacionais. Essas atividades começaram com a busca pelo ouro no litoral, depois veio a tropeirismo, e quando chegou a exploração da erva-mate, culminou na emancipação política do Paraná no século XIX, e no desenvolvimento de indústrias.

Nesse cenário de desenvolvimento, uma política foi implementada para atrair imigrantes de outros países e de outras regiões do Brasil. Após a abolição da escravidão, essa política foi intensificada, especialmente devido à necessidade de mão de obra. Outro fator que impulsionou a vinda de imigrantes, foi uma tentativa de “branqueamento” do Paraná. O objetivo era reduzir a população indígena e negra, enquanto se buscava aumentar a proporção de pessoas de ascendência europeia na região.

A partir das primeiras décadas do século XX, as companhias colonizadoras passaram a desempenhar um papel crucial na ocupação de terras do estado do Paraná, participando, de forma ativa, numa segunda onda migratória que visava a moldar os imigrantes ao longo dos séculos, o que fez surgir o movimento migratório que deu origem ao paranismo, um movimento artístico-cultural que buscava definir uma identidade para o estado, mas que, em grande parte, excluía sua inegável herança negra.

Além disso, o trabalho dessas companhias de terras teve como resultado a criação de novas localidades e a expansão da ocupação territorial, como ocorreu na região de Campo Mourão. Relatos, que acionamos nessa pesquisa, indicam que essa região passou a ser ocupada

com mais intensidade a partir de 1903, quando uma população étnica diversificada se estabeleceu na área, o que deu origem a uma sociedade de formação complexa.

Com a chegada de imigrantes, surgiram pedidos de auxílio religioso de várias congregações religiosas, entre elas a CVD, que exerceu um papel de relevância na difusão do catolicismo no Paraná e na região de Campo Mourão. A CVD estabeleceu-se no Paraná logo após a Proclamação da República, em 1889, o que desencadeou uma reestruturação eclesial significativa na região. Em 1926, foi criada a Província Eclesiástica do Paraná, com Curitiba elevada à arquidiocese e tendo como sufragâneas as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho, além da prelazia de Foz do Iguaçu. O primeiro arcebispo de Curitiba, Dom João Francisco Braga, iniciou a busca por congregações religiosas europeias para fortalecer o catolicismo na região.

Com a chegada dos imigrantes impulsionada pela venda de terras e desenvolvimento econômico, surgiu um fenômeno de criação de novas dioceses em todo o estado do Paraná, expandindo a presença religiosa para atender às demandas da crescente população e reforçar a identidade católica do estado. É nesse contexto que foi criada a diocese de Campo Mourão em 1959 e instalada em 1960. A CVD desempenhou um papel significativo na história religiosa do Paraná, marcada pela dedicação missionária, educação e assistência social. Os missionários enfrentaram desafios como missões junto aos indígenas, fundação de escolas e formação de colônias de imigrantes. Os verbitas estiveram envolvidos na educação, juntamente à expansão das atividades pastorais, contribuindo, dessa maneira, para a consolidação da presença da congregação em diferentes municípios paranaenses. O contexto de imigração e romanização da Igreja Católica no Brasil, aliado à política de imigração, proporcionou à CVD a oportunidade de estender seus serviços às comunidades de imigrantes europeus e promover o crescimento do catolicismo no Paraná.

A Mesorregião Centro-Occidental do Paraná foi um dos territórios do estado onde a CVD atuou, com as visitas espaçadas iniciadas em 1914. Mas, em consonância com o crescimento da localidade, aumentaram os pedidos por presenças religiosas. E nessa conjuntura, o biografado chegou à localidade na década de 1938, atuando como vigário nos municípios e Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, visitando inúmeras áreas que abrangiam essa região, revelando a problemática das relações de poder entre Igreja e Estado. E foi dentro dessa problemática, que a biografia emergiu como instrumento para trazer a luz essas relações de poder religioso e estatal.

A análise biográfica de Pe. Aloysio amplia a compreensão dos contextos históricos, no recorte temporal de 1940 a 1970, quando ocorria a formação dos núcleos populacionais na

região de Campo Mourão. E nas observações feitas através da biografia como instrumento de pesquisa, que foi possível identificar e reconhecer crescente a importância que ela tem recebido nos últimos tempos. Historiadores, educadores, sociólogos e antropólogos de diversas áreas utilizam a biografia de forma interdisciplinar, ampliando a compreensão dos eventos e fenômenos históricos.

Além disso, o estudo biográfico sobre Pe. Aloysio Jacobi vai, portanto, além da narrativa de uma vida individual. Ela se inter-relaciona com a história das localidades em que atuou, influenciando e sendo influenciada pelos fatos ocorridos e pelas pessoas que convivia. O estudo dessas trajetórias individuais enriquece nosso entendimento do passado, contribuindo para uma visão mais completa e contextualizada das dinâmicas culturais e sociais.

Da análise biográfica de Pe. Aloysio, seus aspectos religiosos tornam-se complexa. O alemão não se limitou apenas a construir templos: antes, buscou incorporar os princípios do catolicismo nos núcleos populacionais que iam se formando, sem deixar de mencionar as dificuldades encontradas. Dessas dificuldades apontamos as visitas religiosas, que demoravam meses, devido à vasta área que abrangia a região de Campo Mourão e o difícil acesso, o próprio padre sempre mencionava em seus relatos que “não havia estrada e nem picada”, os caminhos pelo qual percorria eram de difícil acesso, feitos a pé ou de cavalo.

Além disso, Pe. Aloysio expressava resistência em certas situações, criava polêmicas em torno dos batismos, criticava os desrespeitos às crenças católicas. Seu posicionamento crítico diante de práticas que considerava desrespeitosas e ofensivas destaca as dinâmicas de poder não apenas entre figuras públicas, mas também na comunidade circundante, ressaltando a complexidade das sociedades envolvidas.

Pe. Aloysio, como representante do catolicismo da época na região de Campo Mourão, vivia o contexto em que a Igreja buscava um reposicionamento, movimento que era chamado de “Restauração Católica”. Com a implantação da república e a laicização no Brasil no final do século XIX, a Igreja sentia seu poder enfraquecido, pois perdia privilégios advindos do Estado, para não perder seu poder totalmente.

Mas, no início do século XX, o poder estatal carecia de recursos em algumas áreas em que a Igreja conseguia suprir com seus próprios meios, o que levou à reaproximação dos dois poderes. O Estado começou a financiar obras e iniciativas religiosas, enquanto a Igreja passou a ceder aos interesses do Governo (Valle, 1995). A partir da década de 1920, as autoridades eclesiais brasileiras concentraram seus esforços em afirmar o catolicismo na sociedade. Os líderes católicos passaram a desempenhar um papel ativo junto às lideranças nos campos político, militar e intelectual (Azzi, 2006).

É dentro do cenário restaurativo, que teve início na década de 1920 no Brasil e se estendeu por alguns anos, que na década de 1940, Pe. Aloysio iniciou suas visitas na região de Campo Mourão, trazendo consigo o ideal de obter benefícios estatais para as construções da Igreja.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, um evento global de grande impacto, também influenciou a chegada de Pe. Aloysio à região Centro-Occidental do Paraná. Devido à sua origem alemã, país que estava envolvido no conflito, o padre chegou a ser denunciado como espião nazista, tendo que prestar depoimento na polícia de Curitiba. Essa denúncia foi atribuída por Pe. Aloysio a agentes públicos da época, em decorrência de um incidente durante a formação do município de Campo Mourão. A população, descontente com a localidade escolhida pelas autoridades públicas para dar início ao município, procurou Pe. Aloysio e Monsenhor Koenner para intervir na escolha, o que resultou em um desacordo sugestivo entre as autoridades religiosas e as autoridades estatais, evidenciando uma disputa de poder.

Como padre verbita, Pe. Aloysio foi imbuído de estabelecer templos durante a formação dos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. Apesar das disputas de poder, ele nutria articulações com as autoridades públicas envolvidas na criação desses municípios. Dessa forma, ocorriam momentos de cooperação entre as esferas de poder, de modo que, durante esses períodos de aproximação, o padre conseguia obter doações de terrenos para a construção de capelas, igrejas, escolas, entre outros. Tal relação dinâmica entre a Igreja e o Estado era moldada por eventos específicos que ocorriam em contextos singulares nos quais ambas as partes estavam envolvidas.

Um dos contextos analisados foram as campanhas eleitorais que ocorriam nos três municípios onde o padre atuava. Apesar de afirmar que não desejava se envolver em questões de natureza política, em determinados momentos, ele acabava cedendo à tentação e se metendo no jogo político. Observamos uma dualidade nas ações do padre, às vezes criticando a interferência política na Igreja e, outras vezes, buscando apoio de agentes públicos para seus projetos religiosos. Em algumas ocasiões, chegou até mesmo a oferecer apoio eleitoral a determinados candidatos. Esses fatos revelam a complexidade da figura de nosso biografado.

Diante da análise da complexa trajetória do Pe. Aloysio, torna-se evidente que sua vivência se desdobrou em uma rede de relações marcada por uma interação dinâmica com diferentes círculos sociais. Seja com leigos ou clérigos, ele estabelecia relações tanto harmoniosas como conflituosas.

Essa relação com algumas famílias, marcada por laços de amizade e pela realização de projetos em comum, como a construção de igrejas, evidenciava os interesses e o

desenvolvimento das comunidades locais. Por outro lado, com outras famílias, a relação era de animosidade e tensões, relacionadas a questões administrativas, posse de terras, opiniões políticas e até mesmo questões pessoais. Essa observância dos fatos traz à luz a dualidade de Pe. Aloysio, sugerindo que, enquanto ele fortalecia os laços com determinadas famílias, enfrentava desafios e conflitos com outras.

Com sua subjetividade multifacetada, o padre refletia uma mistura de predileção e, às vezes, de intolerância perante diferentes grupos étnicos, religiosos e até mesmo com os clérigos. Suas experiências proporcionavam uma reflexão sobre as relações interpessoais, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda da complexidade inerente à condição humana.

Apesar dessa hermética relação em diferentes círculos sociais, Pe. Aloysio incluía em seus projetos ações sociais, refletindo a tradição de a Igreja Católica desempenhar um papel social e político relevante ao longo dos séculos. Uma ilustração disso pode ser observada no período da Era Vargas, quando o governo, estrategicamente, se aproximou da Igreja para obter aceitação entre a população, enfrentando resistência de diversos setores, incluindo movimentos sociais e operários. Nesse contexto, a Igreja Católica expandiu suas atividades para além do aspecto religioso, se engajando em programas assistencialistas e educacionais, em estreita colaboração com o Estado. Essa união resultou em benefícios mútuos e refletiu uma estratégia de relações de poder. O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um marco importante nesse processo, promovendo uma nova visão de Igreja e reforçando seu compromisso com a solidariedade aos povos oprimidos e classes marginalizadas.

No âmbito educacional, Pe. Aloysio, procurava devolver os projetos educacionais como o fundador da CVD, Pe. Arnaldo Janssen, lhes pedia. Além de construir templos, Pe. Aloysio buscava formar escolas. Dentro de um contexto em que a Igreja desempenhava um papel importante ao longo de sua história no campo educacional. Durante o período colonial, a Igreja teve um papel pioneiro na promoção da educação, principalmente, por meio de congregações religiosas como a dos jesuítas.

Além disso, Pe. Aloysio foi um dos principais idealizadores do Colégio Santa Cruz em Campo Mourão, e em Peabiru, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Para formação dessas instituições religiosas, o padre contava tanto com a ajuda de seu país de origem, a Alemanha, de fiéis, e também com a ajuda do poder estatal, demonstrando mais uma vez as relações de poder entre Igreja e Estado. Nas escolas, foi incorporado o Ensino Religioso nos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mostrando a interação entre esferas religiosas e educacionais, onde a Igreja tinha a pretensão da expansão do catolicismo.

Como a Igreja buscava a expansão do catolicismo, inúmeras foram as instituições religiosas fundadas no decorrer dos séculos. Na região de Campo Mourão, Pe. Aloysio foi uma figura importante nas edificações de templos religiosos. O surgimento de paróquias, como exemplificado pelos casos de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, estava associado ao crescimento populacional, às demandas por assistência espiritual e à necessidade de estruturas eclesiais no surgimento desses novos municípios. E ainda, vinha correlacionada com o apoio financeiro do Estado, trazendo à tona a colaboração entre essas instituições em benefício mútuo.

Com todo esse desenvolvimento territorial e religioso, em meados do século XX, a região de Campo Mourão sentia a necessidade de uma sede eclesial para atender as demandas religiosas. Nesse sentido, que no ano de 1959, foi criada a diocese de Campo Mourão, e nomeado como primeiro bispo, Dom Eliseu Mendes. Essa criação teve uma participação ativa do Pe. Aloysio Jacobi, sendo que chegou a ser designado como Vigário Geral, viabilização de fundos e as construções necessárias para nova sede.

A criação de uma diocese não apenas reflete uma organização eclesial, mas também se torna uma estratégia de ação de poder, afirmativa da identidade religiosa em uma determinada região. Essas organizações vinham de um processo de criação de várias dioceses, que pode ser entendido como diocesanização, cujo objetivo consistia em organizar e estruturar a Igreja Católica.

O uso da trajetória de Pe. Aloysio, foi uma estratégia significativa para entender as relações de poder entre Igreja e Estado na região de Campo Mourão. Sua atuação desempenhou um papel crucial no campo religioso, assistencial e educacional. Desde viagens pastorais até a formação de uma nova diocese, sua atuação demonstra as complexas relações de poder entre a esfera religiosa e governamental. Em suma, sua trajetória trouxe a luz, não só a expansão do catolicismo, mas as seculares relações de poder dentre Igreja e Estado.

FONTES

AGUILAR, Jurandir Coronado. **Sob o sinal da Santa Cruz**. Maringá: Massoni, 2020.

ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Engenheiro Beltrão, s.d.

ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, s.d.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1942.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1953.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1954.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1955.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1957.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1959.

ARQUIVO DA PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1960.

ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1961.

ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1962.

ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1965.

ARQUIVO DA PROVINCIA DO VERBO DIVINO DE CURITIBA. Curitiba, s.d.

ATA 01 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU, 1953

CARLOS, Sebastião; KILL, Francisco Faustino; VALE, Rui Nunes. **Jubileu áureo: 50º aniversário da chegada dos primeiros missionários da Congregação do Verbo Divino no Brasil**. 1945.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium Edições, 2005.

COLÉGIO VICENTINO SANTA CRUZ. **Histórico do Colégio Vicentino Santa Cruz**, Campo Mourão, s.d.

DIOCESE DE CAMPO MOURÃO. **Padres**. Disponível em: <<http://www.diocesecampomourao.org.br/padres/82/aloizio-jacobi>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

DIOCESE DE CAMPO MOURÃO. **História**. Publicado em 12 de fevereiro de 2020 <<http://www.diocesecampomourao.org.br/historia/1/diocese-de-campo-mourao-12-02-2020>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

FIGURA ESTÁTUA EM HOMENAGEM AO PE. ALOYSIO JACOBI EM FRENTE À CATEDRAL SÃO JOSÉ DE CAMPO MOURÃO. Fonte: Arquivo Pessoal de Lucinéia Aparecida Gomes Pereira, 2024.

FIGURA DO REGISTRO DE ESTRANGEIROS DE PE. ALOYSIO JACOBI. Fonte: Arquivo Pessoal de Lucinéia Aparecida Gomes Pereira, 2023.

LAR CATÓLICO. Demonstrada a inocência de Monsenhor Koenner. Publicado em 12 de março de 1944. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq=Manoel%20Koenner&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=6349>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ, Campo Mourão, 1943.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, Peabiru, 1953.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Engenheiro Beltrão, 1962.

MC GOVERN, Joseph Patrick. **Fertilidade de Canaã**: a história da Congregação do Verbo Divino no Brasil. Juiz de Fora: Esdeva, 1974.

O DIA. O vigário de campo Mourão desmente uma falsidade dos caluniadores. Publicado em 09 de setembro de 1950. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=Pe.%20Aloysio%20Jacobi&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=70137>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

O DIA. As atividades subversivas de Monsenhor Koenner. Publicado em 21 de outubro de 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&Pesq=Pe.%20Aloysio%20Jacobi&pagfis=50672>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

PARELLADA, Claudia Inês. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. **SEEC-PR. Missões**: conquistando almas e territórios. Curitiba: SEEC-PR, p. 59-79, 2009.

PARÓQUIA DO MÊS: Engenheiro Beltrão. **Jornal Servindo**, Campo Mourão, out. 2011, p. 12.

PARÓQUIA DO MÊS: Mamborê. **Jornal Servindo**, Campo Mourão, fev. 2012, p. 16.

PARÓQUIA DO MÊS: Sagrado Coração de Jesus de Jussara. **Jornal Servindo**, Campo Mourão, maio 2014, p. 12.

PERBECHE, Henrique. **Um pioneiro do sertão**: esboço biográfico Pe. Aloísio Jacobi S.V.D. (s.d.)

RICARDO, Irineu. 1º padre vira estátua em Campo Mourão. Publicado em: 23 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjU4OTkzJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9MjMxMA>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. **Campo Mourão Diocese pioneira.** Curitiba, s.d.

TR NOTÍCIAS. A história de Mamborê através de fotos. Disponível em: <<http://www.trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/index3.html>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

UNESPAR. **Janela para história.** Disponível em: <<http://janelaparaahistoria.unespar.edu.br/etapa1caso1.html>>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

VALLE, Edenio. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 33-61, 1995.

WISNEWSKI, Maria José. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 9-32, 1995.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Coronado Aguilar. **Intrépidos missionários da Igreja no Paraná**. Curitiba: Champagnat, 2010.
- AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890/1923)**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2012.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira. A paróquia ao longo da história. **Theologica**, v. 28, n. 1, p. 13-33, 1993.
- AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 66, n. 262, p. 337-369, 2006.
- AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, v. 13, n. 29 a 31, p. 7-7, 1981.
- AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 6, n. 17, 1979.
- AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 12, 1978.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 10, 1977.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 87, p. 39-50, 1996.
- BALHANA, Altiva Pilatti. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. 1969.
- BARBOSA, Michele Tupich. Darcy Vargas: a trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência - LBA. In: Cláudia Piori e Márcio José Pereira. (Org.). **Os estudos de gênero e seus percursos: intersecções possíveis com a história pública**. v. 1, p. 129-156, 2020.
- BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.
- BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2015.
- BEOZZO, José Oscar. Igreja no Brasil: o planejamento pastoral em questão. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 42, n. 167, p. 465-505, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. São Paulo: Presença, 2007.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, p. 240-265, 2001.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2003.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena; ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 975-975, 2020.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, p. 94-119, 2012.

CARLOS, Sebastião; KILL, Francisco Faustino; VALE, Rui Nunes. **Jubileu áureo: 50º aniversário da chegada dos primeiros missionários da Congregação do Verbo Divino no Brasil. 1945.**

CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão-Paraná, 1948-1970. **História**, v. 26, p. 269-287, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia moderna**. 12ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.

COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. **Paidéia**, v. 16, p. 9-17, 2006.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro-1889/1960. **Revista Pleiade**, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2007.

DEITOS, Nilceu Jacob. As relações de família e práticas religiosas a partir da memória de colonizadores no oeste do Paraná. **ANPUH – XXIV Simpósio Nacional De História**, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, p. 123-143, 2010.

DEVEZA, Felipe. O caminho da prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII). **Navigator**, v. 2, n. 4, p. 79-87, 2006.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, v. 24, p. 213-225, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FEDALTO, Pedro Antônio Marchetti. **História da Igreja no Paraná:** contribuição de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a celebração do jubileu de ouro da Regional Sul 2 da CNBB. Curitiba: CNBB Regional Sul, v. 2, 2014.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Zahar, 2005.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses:** origens e significados de seus nomes. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial:** os 2.174 dias que mudaram o mundo. Casa da Palavra, São Paulo, 2014.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião:** dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo, Attar Editorial, 2002.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira:** a visão da espionagem. Editora Record, 2014.

GONZÁLEZ MONTEAGUDO, José. La entrevista oral e historias de vida: Teoría, método y subjetividad. **Historial oral:** fundamentos metodológicos para reconstruir el pasado desde la diversidad, 2010.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 201-209, 2006.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná, 1940-70. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAMMEL, Ana Cristina. A luta pela terra na região Centro Sul Do Paraná. **Direitos, democracias e lutas sociais em tempos de crise**, p. 11-19, 2019.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, v. 11, n. 1, 1993.

HOORNAERT, Eduardo, et al. História Geral da Igreja na América Latina. **História da Igreja**, 1977.

IPARDES. **Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense.** Curitiba, 2004.

IPARDES. **Projeto de ativação da pesquisa e exploração mineral.** Curitiba, 1976.

JOHANSEN, Elizabeth; SACHELLI, Myriam Janet; ZULIAN, Rosângela Wosiack. Fontes para a História Eclesiástica dos Campos Gerais. **Revista de História Regional**, 2006.

LIMA, Solange. O “perigo alemão”: a comunidade teuta e a DOPS em Curitiba. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 24/24, 2009.

LUNEAU, René; MICHEL, Patrick. **Nem todos os caminhos levam a Roma.** Petrópolis: Vozes, 1999.

- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995.
- MENEZES, Carlos Alberto de. **Ação Social Católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. Edições Loyola, 1986.
- MEZZOMO, Frank Antonio. Nós e os outros: proselitismo e intolerância religiosa nas igrejas neopentecostais. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 1, p. 1-25, 2008.
- MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek—dois Estados, uma “Ordem”. **História em Curso**, v. 2, n. 2, p. 78-109, 2012.
- MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade: identidade humana**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- MORIN, Edgar.; KERN, Anne Brig. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. SEED, Curitiba, 2001.
- OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo; PIFFER, Moacir. Técnicas de pesquisa qualitativa: uma abordagem conceitual. **Ciências sociais aplicadas em revista**, v. 17, n. 32, p. 87-110, 2017.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas**, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.
- PADIS, Pedro Calil. O Paraná: uma visão de conjunto. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, p. 35-50, 1971.
- PISSOLATO, Elizabeth; DE SOUZA, Ronaldo Antonio. MISSÃO E CIÊNCIA: OS VERBITAS E O ANTHROPOS NO BRASIL. **CES Revista**, v. 22, n. 1, p. 103-122, 2008.
- POLON, Luana Caroline Kunast. A construção de territorialidades no âmbito da constituição das missões jesuítas no estado do Paraná. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 10, n. 20, p. 1-11, 2019.
- PRIMOLAN, Emilio Donizete. Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades**, p. 01-15, 2007.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, p. 7-16, 2009.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

QUEIRÓS, Janete; CAMPOS, Névio. Diocese de Guarapuava: uma estratégia político-educacional da Igreja Católica no Paraná. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 2, 2018.

RAMOS, Renê Wagner. **O Paraná moderno de Bento Munhoz da Rocha Netto: ações para implantação de novo modelo agrário (1951-1955)**. São Paulo: Paco e Littera, 2023.

RENK, Valquiria Elita. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. **Acta Scientiarum Education**, v. 36, n. 02, p. 223-231, 2014.

REUTER, Jakob; PETERS, Reginfrida. **Arnaldo Janssen: cativado e enviado pelo espírito**. 2008.

ROCHA, Arléto; SILVA, Washington Luiz Henrique. **Peabiru - PR 70 anos: do caminho a cidade**. Curitiba: Hellograf Artes Gráficas, 2022.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná: ensaios**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo. **História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR**, v. 15, n. 61, p. 379-389, 2015.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. EdUERJ, 2018.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. **Espaço e Cultura**, p. 67-79, 2008.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia de religião: uma proposta. **Espaço e Cultura**, n. 1, p. 45-74, 1995.

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos; DA SILVA, Márcia; GALUCH JUNIOR, Daniel. Eleições para governador do Paraná em 1950. **Atlas eleitoral do Paraná**, p. 517-533, 2020.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Do Guairá ao Paraná: fronteiras de conflito e territórios em construção. **IX Encontro Estadual de História**, p. 01-14, 2008.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões no Guairá: espaço e territorialidade. In: _____. **Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo: FAPESP p. 103-112, 1999.

SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 61-94, 1992.

SILVA, Alberto da Costa. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200)**. São Paulo: Editora Senac, p. 18-41, 2000.

SILVA, Aldemir Barbosa da; CARMINATI, Celso João. Recatolizar a Nação: Intelectuais Católicos na Comissão Nacional do Livro Didático (1938-1969). **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 68, p. 885-924, 2019.

SILVA, Moacir Motta da. O caboclo no Sudoeste do Paraná: sua identidade e memórias tombadas. **Revista Semina**, v. 01, n. 1, p. 1-20, 2012.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Osvaldo Heller da Silva, 2006.

SILVA, Wilton Carlos Lima. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, v. 11, n. 20, p. 151-166, 2009.

SILVA, Wilton Carlos Lima. Biografia, narrativa e política: um debate lusitano. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.

SILVA, Wilton Carlos Lima. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica. **Patrimônio e memória**, v. 11, n. 1, p. 71-95, 2015.

SILVA, Wilton CL. A biografia como espaço de poder, caminho de saber e campo de possibilidades. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 20, n. 37, p. 221-225, 2018.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

SOUZA JUNIOR, José Pereira d. O processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira república. **Fato & Versões-Revista de História**, v. 7, n. 14, 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: _____. **Fronteiras**. Brasília, p. 19-37, 1988.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. 1997.

- VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar editora, p. 31-48, 1994.
- VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 38, p. 3-9, 2006.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Zahar, 1981.
- WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- WACHOWICZ, Ruy. **Paraná sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.
- WEBER, Astor. **Territorialidades e identidades mourãoense pelas narrativas histográficas-1900/40**. (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu, 2021.
- YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 217-228, 2005.
- ZUCON, Otávio. Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 9, p. 103-114, 1997.
- ZULIAN, Rosângela Wosiack. “Bêbados, arruaceiros e sovinas”: a Igreja Católica e o imaginário imigrante no início do século XX/Ponta Grossa (PR). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 2, p. 299-313, 2009.